UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES – CCHLA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA – PROLING

O LATIM EM CARTAS DO CARIRI CEARENSE

(Final do século XIX e início do século XX)

Dissertação de mestrado

Autor: Francisco de Freitas Leite

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina de Assis

João Pessoa (PB)

2009

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

FRANCISCO DE FREITAS LEITE

O LATIM EM CARTAS DO CARIRI CEARENSE

(Final do século XIX e início do século XX)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística – PROLING da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Linguística.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina de Assis

João Pessoa (PB)

2009

TERMO DE APROVAÇÃO

Dissertação defendida e aprovada como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Linguística em _____ de _____ de 2009, pela banca examinadora constituída por:

_____

Profa. Dra. Maria Cristina de Assis
Orientadora

_____

Profa. Dra. Fátima Almeida

_____

Prof. Dr. Fabrício Possebon

DEDICATÓRIA

A Sheila, Ticiano e Cibele, pois, como diz o provérbio latino, *longe fugit quisquis suos fugit*[1],

e

àquele que me apresentou o latim, professor Hermínio Rebouças (*In memoriam*).

[1] Foge para longe quem foge dos seus.

AGRADECIMENTOS

A Deus e a Seus anjos que me inspiram;

a minha esposa e a meus filhos, meu porto seguro;

a meus pais, irmãos, sobrinhos, sogros e cunhados, que me envolvem num enlace de paz e amor;

à professora Dra. Maria Cristina Assis, uma das escolhas mais acertadas que já fiz na minha vida acadêmica (tê-la escolhida como orientadora);

aos meus professores e professoras do PROLING: Demerval da Hora, Rosalina Chianca, Fátima Almeida, Elizabeth Christiano, Regina Celi e Fátima Benício.

a Vera, educadíssima e muito prestativa secretária do PROLING;

aos meus (e às minhas) colegas mestrandos e doutorandos do PROLING;

aos meus colegas (professores, ex-professores e funcionários) e meus alunos do Curso de Letras da URCA, que tão bem souberam me apoiar, de um forma ou de outra, nessa empreitada de dois anos, sobretudo Carlito, Eneida, Socorro Abreu, Edson, Sergiana, Ricardo Correia, Evanilda, Lúcia Agra, Cristiane Baltor, Cristiane Oliveira, Thiago Gil, Raimundo Luís, Socorro Martins, Neide, Teuma (pelos livros emprestados para o *corpus*), Auxiliadora, Michel Macedo, Tony, Eugênia, Dulciane, Flávio Queiróz, Cláudia Rejane, Sandra Spinola, Natália, Lins e Samara;

ao Departamento Histórico Diocesano Pe. Gomes – DHDPG, pertencente à Diocese de Crato, na pessoa do padre Roserlândio (sem o qual não seria possível constituir o *corpus* dessa pesquisa), pela preciosa disponibilização do acervo de cartas que ali se encontram arquivadas;

ao prof. Dr. Luciano Pontes (UECE), prof. Dr. Fabrício Possebon (UFPB), prof. Dr. Alzir Oliveira (UFRN), profa. Lireda Noronha e colegas do Proáreas da URCA, Zuleide Queiroz e Carlos Rafael (pelos livros), Tavares e Marília (Vale do Amanhecer), João (Hotel Ouro

Preto), Zé Ari e Helder (companheiros de ônibus), Alexandrina (fonoaudióloga), Cristina (psicóloga), pelas várias formas de apoio que me deram;

aos seminaristas e alunos, padres e professores do Instituto de Filosofia do Crato, que sempre estiveram do meu lado;

e, enfim, a todos, inclusive os não citados (não porque não são importantes, mas pela falha de memória), que estiveram envolvidos, em Crato e em João Pessoa, nesse período tão conturbado, porém de riquíssimas experiências, da minha vida.

Lecturis salutem[2]

[2] *"'Cumprimentos aos que lerem'. Palavras com que os copistas dos códices costumavam iniciar o seu trabalho."* (RÓNAI, 1980, p.101).

RESUMO

Este trabalho é um estudo sobre os usos que tinha o latim em cartas escritas no Cariri cearense no período que vai da segunda metade do século XIX até a primeira metade do século XX. A pesquisa está embasada na proposta teórica da História Social da Linguagem, nos moldes dos trabalhos de Burke e Porter (1993 e 1997) e dá ênfase, principalmente, à interpretação das dimensões de significado social dos usos dos termos e expressões latinos, em cartas escritas basicamente em português.

PALAVRAS-CHAVE: Latim; História Social da Linguagem; significado social; Cariri cearense; séculos XIX e XX.

ABSTRACT

This work is a study on the uses that had Latin in letters written in Cariri from Ceará in the period from the second half of the century XIX to the first half of the century XX. The research is based in the theoretical proposal of the Social History of the Language, in the molds of the works of Burke and Porter (1993 and 1997) and gives emphasis, mainly, to the interpretation in the dimensions of social meaning of the uses of the terms and Latin expressions, in letters written basically in Portuguese.

KEYWORDS: Latin; Social History of the Language; social meaning; Cariri from Ceará; centuries XIX and XX.

SUMÁRIO

LISTA DE MAPAS E ILUSTRAÇÕES 11
LISTA DE GRÁFICOS 11
LISTA DE FOTOS..... 11
LISTA DE TABELAS 11
ABREVIATURAS 11

INTRODUÇÃO 12

CAPÍTULO 1
DO LATIM AO PORTUGUÊS: BREVE PERCURSO HISTÓRICO 17
1.1 O latim: origem e difusão 17
1.2 O latim clássico (literário) e o latim vulgar 21
1.3 O latim pós-clássico 26
1.3.1 O latim eclesiástico 29
1.3.2 O latim bárbaro 31
1.3.3 O latim macarrônico 32
1.3.4 O latim científico 34
1.3.5 O latim jurídico e o diplomático 35
1.4 O latim na história da língua portuguesa 37

CAPÍTULO 2
QUESTÕES DE HISTÓRIA NOS ESTUDOS DA LINGUAGEM 47
2.1 Sincronia e diacronia 48
2.2 Filologia, Linguística Histórica e História Social da Linguagem 50
2.3 Substrato, superstrato e adstrato 54
2.4 Latim literário: um adstrato permanente 57

CAPÍTULO 3
O CONTEXTO HISTÓRICO, SOCIOCULTURAL E EDUCACIONAL CARIRIENSE DA PASSAGEM DO SÉCULO XIX AO SÉCULO XX 66
3.1 Aspectos geográficos do Cariri cearense 66
3.2 Resumo da história do Cariri: das origens até meados do século XX 68
3.2.1 Missão Velha 70
3.2.2 Crato 70
3.2.3 Juazeiro do Norte 72
3.2.4 Barbalha 73
3.2.5 Jardim 73
3.3 O Padre Cícero e a sociedade caririense: aspectos socioculturais 74
3.4 Aspectos educacionais do Cariri cearense 79

CAPÍTULO 4
UMA PÁGINA DA HISTÓRIA SOCIAL DO PORTUGUÊS: OS USOS DO LATIM EM CARTAS DO CARIRI CEARENSE 84
4.1 O mapa do *corpus* 85
4.1.1 Bloco I 88
4.1.2 Bloco II 97
4.1.3 Bloco III 100
4.1.4 Bloco IV 117
4.2 Caracterização do latim usado nas cartas 120
4.3 Uma análise dos condicionantes históricos e sociais dos usos do latim 123
4.3.1 Tema 124
4.3.2 Papéis sociais dos envolvidos 127
4.3.3 Níveis de registro 129
4.4 As dimensões de significado social dos usos do latim 133

CAPÍTULO 5
CONCLUSÕES 141

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 146

LISTA DE MAPAS E ILUSTRAÇÕES

Mapa 1: Povos da península itálica no século VIII a.C. Fonte: Wikipedia 18
Mapa 2: As línguas neolatinas no mundo. Fonte Wikipedia 20
Mapa 3: As invasões e migrações dos povos bárbaros. (ARRUDA e PILETTI, p. 88) 27
Mapa 4: As regiões da *Hispania* romana. (ILARI, 2000, p. 175) 37
Mapa 5: Línguas da Península Ibérica por volta de 930. (ILARI, 2000, p. 175) 40
Mapa 6: Línguas da Península Ibérica por volta de 1072. (ILARI, 2000, p. 176) 40
Mapa 7: Línguas da Península Ibérica por volta de 1200. (ILARI, 2000, p. 177) 41
Mapa 8: Línguas da Península Ibérica por volta de 1300. (ILARI, 2000, p. 177) 41
Mapa 9: Localização geográfica do Cariri cearense. Fonte Wikipedia 67

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Desdobramento do latim em forma de "cacto deitado" 25
Gráfico 2: Cacto deitado estendido: genealogia do português 65
Gráfico 3: Variável independente *tema* 126
Gráfico 4: Variável independente *papéis sociais dos envolvidos* 128
Gráfico 5: Variável independente *nível de registro* 131

LISTA DE FOTOS

Foto 1: Estação ferroviária do Crato, década de 1930. Foto: Júlio Saraiva. Arq. Linard ... 66
Foto 2: Família da alta sociedade cratense, final do séc. XIX. Arquivo Lúcia Castro 77
Foto 3: Jagunços de Juazeiro da época da Revolução de 1913-1914. Fonte Wikipedia 78
Foto 4: Floro Bartolomeu e Padre Cícero. Fonte Wikipedia 79

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Resumo das ocorrências de latim nas cartas 119
Tabela 2: Distribuição das cartas quanto aos temas 124
Tabela 3: Quantidade e percentual de cartas com e sem latim em cada tema 125
Tabela 4: Legenda para a variável independente *papéis sociais dos envolvidos* 127
Tabela 5: Distribuição das cartas do *corpus* quanto aos níveis de registro 129
Tabela 6: Distribuição dos níveis de registro entre as cartas com e sem latim 130

ABREVIATURAS

N.B.: *Nota bene* = "observa bem", frase com que se chama a atenção para o trecho que segue.
E.g.: *Exempli gratia* = "por exemplo". O mesmo que ***v.g.***: *verbi gratia.*
I.e.: *Id est = "isto é".*
Arq.: Arquivo.
Séc.: Século.

INTRODUÇÃO

O latim, em vários períodos da história, desde a Idade Média, foi usado pela elite de diversas sociedades ocidentais, muitas vezes, como um adorno à sua condição privilegiada, algo assim como um elegante broche a reluzir no busto de uma fina dama da sociedade, enfim, como um dos emblemas de seu *status*[3] sociocultural.

Textos escritos predominantemente em língua vernácula, vez ou outra, davam espaço a termos, expressões, frases ou mesmo a longos trechos em latim. Coisa comum, por exemplo, nos documentos notariais dos cartórios da Lusitânia medieval – em que se alternavam em usos o galego-português e o latim bárbaro – e também no interior do Brasil, nos séculos XIX e XX, como vemos nas cartas analisadas nesta pesquisa – em que, não raras vezes, o português cede espaço ao latim aprendido nas escolas e/ou seminários pela elite cultural do lugar.

Não nos interessa pesquisar uma língua hipotética pertencente a usuários virtuais. Interessa-nos a língua real, usada por pessoas reais que fazem parte de uma história e de uma sociedade. Língua esta que tem seus usos diretamente determinados por fatores sociais, culturais e históricos. Daí o cunho funcionalista e empírico deste trabalho sobre um *corpus* constituído de 55 cartas escritas por caririenses, desde a segunda metade do século XIX à primeira metade do século XX.

A princípio, tentamos viabilizar os objetivos desta pesquisa tendo em vista a seguinte *hipótese*: as ocorrências de usos do latim nas cartas escritas no Cariri cearense, nos séculos XIX e XX, são fortemente determinadas por condicionantes históricos e socioculturais que imprimem a esses usos significados sociais ainda pouco analisados.

---

[3] Situação, estado ou condição de alguém ou algo.

No sentido de pesquisar, sobretudo, os condicionantes históricos e sociais dos usos do latim em cartas escritas no Cariri cearense, trabalhamos com as seguintes *variáveis*:

Dependente: Os usos do latim no gênero textual carta.

Independentes: a) tema: filosófico-religioso/prosaico;

b) papéis sociais dos envolvidos (*status*, escolaridade, religioso, leigo etc.);

c) níveis de registro: formal/informal.

Analisando os usos do latim no Brasil, pretendemos também contribuir com a pesquisa para a história social da língua portuguesa. Como dissemos anteriormente, não nos interessam generalizações imprecisas ou puramente formalistas, mas sim um estudo de uma situação real, portanto a nossa proposta de pesquisa tem bem definidos: *quem* (indivíduos cultos), *onde* (no Cariri cearense) e *quando* (do final do século XIX ao início do século XX).

Segundo Peter Burke (BURKE; PORTER, 1993, p. 11), no prefácio à edição brasileira do livro *Language, Self, and Society: A Social History of Language*, muito ainda há de ser feito no tocante a uma história social da linguagem no Brasil. Ele cita aí um ensaio de José Honório Rodrigues, de 1985, que trata da relação entre o Português e as diversas línguas africanas e indígenas no período colonial. Além disso, faz algumas interrogações como que sugerindo temas a serem trabalhados dentro dessa proposta da História Social da Linguagem, tais como: qual a influência das línguas de imigrantes mais recentes, como os italianos e alemães, no Português do Brasil? Por que o Italiano não venceu a disputa com o Português em São Paulo, por volta de 1900? Por que os gaúchos falam "tu" em vez de "você"? Por que elementos arcaicos sobreviveram no Português do sertão?

Nossa proposta é, com essa pesquisa, dar uma contribuição para este trabalho que é enorme e demorado e que envolve várias universidades e pesquisadores do país: a elaboração de uma história da língua portuguesa no Brasil.

Outros estudos atestam ou registram essas convivências do latim com as línguas românicas, entretanto poucos são os trabalhos que se restringem a pesquisar os condicionantes histórico, sociais ou culturais, bem como os significados sociais dos usos do latim por utentes da língua portuguesa, de época e lugar definidos, mesmo tendo eles uma língua bem formada e estruturada para qualquer propósito comunicativo. Dessa forma, algumas questões não apresentam ainda respostas definitivas.

Pretendemos fazer um estudo de uma situação regional que pode servir como peça de um enorme "quebra-cabeça" que está sendo montado, que é a história do português brasileiro. Daí a *justificativa* para que se pesquise esse tema, ou seja, ajudar a completar as lacunas existentes nessa área da investigação linguística, procurando responder, com base na pesquisa documental e bibliográfica, questões como aquelas apresentadas na *problematização* da pesquisa: por que, na segunda metade do século XIX e na primeira metade do século XX, no Cariri cearense, um indivíduo, ao escrever uma carta, em alguns momentos, deixava de escrever em português para escrever em latim? Quais as características desse latim usado nas cartas? Há, por trás dos usos do latim, determinantes históricos, sociais ou culturais? Quem escreve em latim? E, quando usa, fala sobre o quê? Em que consiste esse uso: trata-se de frases feitas, citações ou discurso original? Quais os efeitos de sentido dos usos do latim sobre os níveis de registro das cartas? Quais as dimensões de significado social que envolvem os usos de termos latinos ou portugueses?

O mesmo Peter Burke, num ensaio intitulado "*Heu domine, adsunt turcae*[4]: esboço para uma história social do latim pós-medieval", chama a atenção para um fato que –

[4] Atenção, senhor, os turcos estão aqui!

contradizendo a quem pensa que tudo que havia para se estudar sobre latim já foi feito –, podemos dizer, também é uma justificativa a favor da relevância de se pesquisar esse tema do latim usado como segunda língua em alternância de usos com o português, principalmente na modalidade escrita:

> Há também uma cronologia do latim, e também aqui **a sabedoria convencional precisa de correções**. O latim não desapareceu repentinamente no fim do século XVII ou mesmo no fim do XVIII. Ainda era falado e escrito em alguns lugares e em alguns domínios no século XIX e até mesmo no século XX. (BURKE; PORTER, 1993, p. 64). (**Negritos nossos**).

Por fim, para viabilizar a pesquisa, buscamos, como *objetivo geral*, encontrar na história, na sociedade e na cultura as bases para a compreensão dos significados sociais dos usos do latim em cartas escritas predominantemente em português, por determinados usuários da língua, de lugar e período histórico específico.

E, como *objetivos específicos*, pretendemos:

1. apresentar uma trajetória histórica do latim ao português;
2. esboçar o contexto histórico, sociocultural e educacional de produção das cartas;
3. caracterizar o latim usado nas cartas;
4. analisar os condicionantes históricos e sociais dos usos do latim nas cartas;
5. interpretar as dimensões de significado social que envolvem os usos de termos latinos ou portugueses.

Em suma, os 4 capítulos centrais dessa dissertação correspondem a esses objetivos acima relacionados.

No capítulo 1, apresentamos um esboço da trajetória histórica do latim ao português, a fim de que se possa melhor compreender motivações históricas, tais como o uso do latim como língua da cultura e da ciência, na Idade Média e Renascimento, na origem das preferências dos usuários do português por termos ou expressões latinas, mesmo quando se tem na língua portuguesa outros termos ou expressões equivalentes.

No capítulo 2, fazemos uma pequena revisão da literatura acerca de questões de história nos estudos da linguagem, tais como: a distinção entre sincronia e diacronia; o essencial sobre filologia, linguística histórica e história social da linguagem; conceitos de substrato, superstrato e adstrato, este último fundamental para a compreensão daquilo que apresentamos no final deste capítulo: o entendimento do latim literário como um adstrato permanente da língua portuguesa.

No capítulo 3, apresentamos o contexto histórico, sociocultural e educacional de produção das cartas que constituem o *corpus*, com base em livros, fotos e diversos textos que se referem ao Cariri cearense da segunda metade do século XIX até a primeira metade do século XX, pois, para que possamos compreender as dimensões de significado social, precisamos ter um conhecimento sobre a cultura e a sociedade em que esses significados figuram.

No capítulo 4, fica o cerne da pesquisa, ou seja, analisamos os usos do latim em cartas escritas no Cariri cearense, dos séculos XIX e XX, numa espécie de apresentação de uma visão histórico-social do português. Para tanto, além de caracterizarmos o latim usado nas cartas, fazemos uma análise dos condicionantes históricos e sociais dos usos do latim, bem como interpretamos as dimensões de significado social dos usos do latim.

O texto segue então com as conclusões e, em seguida, com as referências bibliográficas. As cartas, digitalizadas e impressas, que constituem o *corpus* dessa pesquisa encontram-se compiladas num documento à parte, por conta do seu grande volume.

CAPÍTULO 1

DO LATIM AO PORTUGUÊS: BREVE PERCURSO HISTÓRICO

Roma caput mundi.[5]

TEMPORA MUTANTUR ET NOS MUTAMUR IN ILLIS[6]
Lotário[7] (*apud* FURLAN e BUSSARELO, 1997, p. 67.)

Pode-se afirmar, com mais propriedade, que o português é o próprio latim modificado. É lícito concluir, portanto, que o idioma falado pelo povo romano não morreu, como erradamente se assevera, mas continua a viver, transformado, no grupo de línguas românicas ou novilatinas.
(COUTINHO, 1976, p. 46.)

1.1 O latim: origem e difusão

Os estudos de linguística comparada, que tiveram grande desenvolvimento no século XIX, principalmente com os trabalhos do filólogo alemão Franz Bopp, revelaram que o latim, bem como o sânscrito, o grego, o alemão, o lituânio, entre outras línguas da Europa e da Ásia, são oriundos do indo-europeu, língua sem registro escrito e falada pelos arianos há, pelo menos, 3.000 a.C, como informa Câmara Júnior (2001, p. 145).

Pelo método da gramática comparada é que Franz Bopp conseguiu demonstrar o parentesco linguístico existente entre essas línguas, levando-se em conta diversos fatos fonéticos, morfológicos e sintáticos.

A penetração ariana na península Itálica, segundo Hauy (1994, p. 9), deu-se, aproximadamente, por volta do segundo milênio antes de Cristo. E em contato com outros falares locais dividiu-se basicamente em três línguas: umbro, latim e osco (pertencentes ao chamado ramo itálico do indo-europeu), respectivamente faladas no noroeste, no centro e no sul da Itália antiga.

---

[5] Roma, capital do mundo (inscrição encontrada numa calçada em Roma).
[6] Os tempos mudam e nós mudamos neles.
[7] Lotário (795 – 855 d.C.), o terceiro imperador do Sacro Império Romano-Germânico.

Em comparação com as outras línguas faladas na Itália antiga, não foi por ser bem estruturada ou por qualquer outra suposta superioridade intralinguística que o latim se espalhou por quase todo o mundo conhecido na antiguidade, mas por motivos extralinguísticos principalmente.

Mapa 1: Povos da península itálica no século VIII a.C.

O latim era a língua falada pelos latinos, na região do Lácio, principalmente em Roma, fundada hipoteticamente em 753 a.C. e cuja população, a princípio, era de origem simples e camponesa. Os romanos, porém, logo cedo demonstraram possuir um acentuado tino político e guerreiro e, devido também à estratégica localização comercial de Roma, já no século III a.C., dominavam quase toda a Itália, sendo o latim a língua corrente.

É claro que a língua latina não foi sempre da forma como nós a conhecemos hoje nas gramáticas latinas ou nos versos de Virgílio. Antes do século II a.C., segundo Desbordes (1995, p. 21), "na ausência de textos, ignoramos tudo o que puderam pensar os primeiros indivíduos que tentaram anotar o latim com a ajuda de um alfabeto que tomavam, muito provavelmente, dos etruscos", mas somos obrigados a discordar desse "ignoramos tudo", uma vez que, embora poucos, os registros do latim datados entre o século III a.C. e início do século

I a.C., por exemplo, nos revelam uma língua de "vocabulário reduzido e estruturas morfossintáticas não rigorosamente determinadas", no dizer de Cardoso (2002, p. 7). Com o passar do tempo, essa língua toma, principalmente na modalidade escrita, características peculiares e um aprimoramento gramatical determinado, sobretudo, pelo desenvolvimento da literatura e pelo contato com a língua e a cultura helênica.

É nesse mesmo período que ocorre uma maior difusão de livros na sociedade romana, também por influência grega, como registra Cavallo (2002, p. 72):

> Essa nova presença do livro se liga a dois fatos de capital importância, que marcam a cultura romana entre o final do século III e o início do século I a.C.: o nascimento de uma literatura latina inspirada em modelos gregos e a chegada a Roma, como despojos de guerra, de bibliotecas gregas completas, num momento em que Roma se mostrava cada vez mais submissa à influência grega, a ponto de surgirem colecionadores obcecados por qualquer objeto que fosse grego.

A língua grega, aliás, foi de tamanha importância para a estruturação da língua latina que, afinal, podemos dizer que os romanos, somente depois de cinco séculos escrevendo sobre suas leis e seus preceitos religiosos, se inspiraram nos poetas gregos para produzir seus primeiros poemas de valor literário; e que o contato com o grego foi tão importante para o latim que por fim o seu léxico e sua sintaxe são em grande parte gregos.

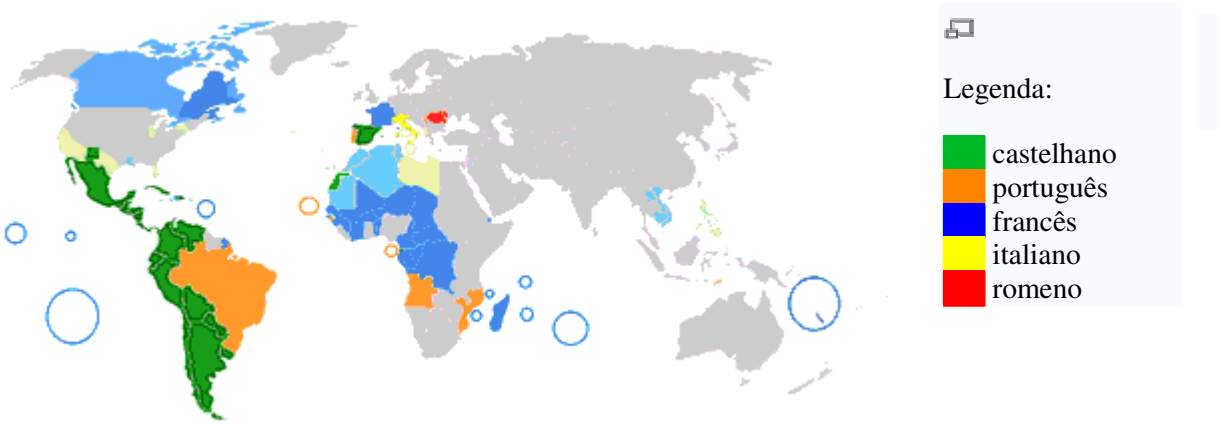
As conquistas romanas foram iniciadas em fins do século IV a.C. e continuaram até pouco depois do século I da Era Cristã. E por onde se estabeleceram os romanos, foi-se difundindo o latim. Uma característica dos romanos, nesse sentido, principalmente nos períodos e nas regiões de mais influência do Senado, era a edificação de escola, como aconteceu na Hispania Ulterior (a região sudoeste, correspondendo às regiões da Lusitânia e Bética), conforme observação de Ilari (2000, p. 169), lugar onde se podia estudar o latim e o grego entre outras disciplinas. Porém foi o latim tipicamente oral e falado em situações informais de uso que mais rapidamente se espalhou entre os povos conquistados pelas mais

diversas regiões, pois as relações comerciais e administrativas eram realizadas, em geral, nessa modalidade da língua.

Assim, na medida em que se expandia o império romano, se alargava a área de influência da língua latina. Ao passo que crescia a importância política e econômica de Roma, aumentava o interesse dos povos dos mais diversos lugares em falar latim. Dessa forma é que o latim foi-se difundindo como língua de grande importância, ou seja, no ritmo do fortalecimento de Roma.

O latim foi de tamanha importância para a formação da maioria das línguas ocidentais que ainda hoje se encontram vestígio dessa antiga língua em nosso cotidiano. Ou melhor, podemos afirmar, numa visão diacrônica da evolução do latim, que ele ainda resiste aos séculos e permanece vivo! Só que modificado, no tempo e no espaço, em novas línguas que se desenvolveram a partir dele: as línguas neolatinas.

Mapa 2: As línguas neolatinas no mundo



Obs.: cores escuras indicam língua oficial; cores claras, língua de uso comum.

1.2 O latim clássico (literário) e o latim vulgar

Os primeiros registros escritos da língua latina aparecem no século VII a.C.[8] Basseto (2005, p. 89) resume bem esse período:

> Procedendo a um rápido retrospecto histórico do latim, encontra-se o primeiro documento, a Fíbula de Preneste, aproximadamente do ano 600 a.C.: MANIOS MED FHEFHAKED NVMASIOI (Manius me fecit Numerio). Ainda que seja um documento isolado, essa inscrição é aceita como um ponto de referência inicial para a história do latim, ao lado de outros escritos epigráficos, como os epitáfios dos Cipiões. Nessa fase das origens, o latim devia ser relativamente uniforme, tendo como foco irradiador o *sermo urbanus*[9] de Roma. **(Itálicos no original)**.

Nesse período, o latim não era muito elaborado quanto à extensão do léxico, nem de estrutura bem definida na sintaxe. Era a língua simples de um povo dado à terra e envolto numa constante atmosfera belicosa e assim, segundo Neto (1977, p. 16), "alheio às graças da prosa artística e às seduções do verso".

O latim literário (ou norma literária) só aparece a partir do século III a.C., quando Roma já dominava quase toda a Península Itálica e os romanos já se punham em contato com outros povos, outras culturas. É nessa época que surgem os primeiros grandes nomes da literatura romana: Lívio Andrônico e Ênio, entre outros.

Essa norma literária era artificial, rígida, caracterizada pelo apuro do vocabulário, pela correção gramatical, pela elegância de estilo e com notável influência grega. A Grécia, aliás, mesmo dominada por Roma, impôs o respeito da sua fulgurante civilização, sendo

---

[8] A opinião de Françoise Desbordes sobre o assunto é diferente. Em seu livro "Concepções sobre a escrita na Roma antiga", ela afirma: "as primeiras inscrições conservadas, sobre o "cipo do Fórum" e no "vaso de Quirinal", datariam, respectivamente do final do século VI e do início do V a.C. (...) É preciso deixar de lado o caso da "fíbula de Preneste", que se considera do final do século VII, mas que poderia bem ser falsa." (DESBORDES, 1995, p. 21 e 29). ***N.B.***: O "vaso de Quirinal" é aquele famoso vaso encontrado no Monte Quirinal e que traz a "inscrição Duenos", a qual consiste num texto de três linhas, começando com a palavra *Duenos* ("bom" em latim arcaico).

[9] *Sermo urbanus*: a língua falada pelas classes cultas de Roma, certamente correto do ponto de vista gramatical, mas sem os refinamentos e a estilização da variedade literária. (BASSETO, 2005, p. 92).

imitada pelos romanos em quase tudo, inclusive na língua e na literatura. É como diz, sobre esse assunto, o verso de Horácio (apud NETO, 1977, p. 17): *"Graecia capta ferum victorem cepit..."*[10]

Essa norma literária era aquela adotada pelos escritores clássicos, estudada em sua rigidez gramatical nas escolas romanas, e que ainda hoje é estudada, por exemplo, nos Cursos de Letras. Essa norma clássica e literária do *sermo urbanus*, por ser artificial e rígida e, muito provavelmente, por não refletir a vida trepidante e mutável do povo, é que permaneceu durante muito tempo, mais ou menos, estável.

O próprio Cícero (apud NETO, 1977, p. 30) já falava de uma dualidade de emprego do latim numa carta que escreveu ao seu amigo Paetus: *"Quid tibi ego uideor in epistolis? nonne plebeio sermone agere tecum?... causas agimus subtilius, ornatius; epistolas vero cotidianis verbis texere solemus."*[11] Deixando claro que a norma literária, também denominada *urbanĭtas*, era reservada aos discursos solenes e que em situações informais e cotidianas, mesmo para os cultos, era adequado o *sermo plebeius*, que obviamente não era tão desleixado como o *sermo rusticus* (dos homens do campo), o *sermo castrensis* (dos militares) ou o *sermo peregrinus* (a fala dos estrangeiros).

A maioria dos textos escritos que ficaram para nós daquela época são representantes da variedade literária do *sermo urbanus*, restando, portanto, pouquíssimos documentos escritos representantes da norma popular.

Essa norma popular do latim é mais conhecida como latim vulgar ou *sermo vulgaris*, denominação, aliás, que traz um certo valor pejorativo e que não revela os matizes de variantes que essa modalidade englobava. Basseto (2005, p. 92) prefere a denominação *sermo plebeius* e assim a define:

---

[10] A Grécia conquistada conquistou o selvagem vencedor.

[11] Que tal me achas nas cartas? Parece que uso contigo a língua popular, pois não é?... Nos discursos aprimoro mais; nas cartas, porém, teço as frases com expressões cotidianas.

> *Sermo plebeius*: essencialmente falado, era a norma da grande massa popular menos favorecida, analfabeta. Foi metodicamente ignorada pelos gramáticos e escritores romanos, mas era viva e real; apresenta variantes sobretudo no léxico, segundo o modo de vida dos falantes, distinguindo-se o *sermo rusticus*, o *castrensis* e o *peregrinus*. (**Itálicos no original**).

Serafim da Silva Neto arrola algumas outras denominações que eram dadas às modalidades populares do latim, conforme as nuanças de uso: *sermo cotidianus, usualis, proletarius, inconditus,* afora as já citadas *vulgaris, plebeius e rusticus* (NETO, 1977, p. 15). Além disso, ele cita ainda uma variedade de latim denominada *patauinĭtas*:

> que Asínio Polião increpava a Tito Lívio [e que] tem sido interpretada como a expressão de palavras provincianas arcaizadas na língua comum (Rossbach), enquanto outros, como Laurand, a explicam como refletindo traços da fala regional, hipóteses que, longe de serem contraditórias, se completam. (*Idem*, p. 77)

Entendemos essa multiplicidade de "latins" como normas e subnormas diferentes usadas por diferentes grupos sociais e/ou regionais, em conformação com o entendimento de Coseriu (1979b, p. 72) quando afirma:

> o indivíduo cria sua expressão numa língua, fala uma língua, realiza concretamente em seu falar moldes, estruturas da língua de sua comunidade. Num primeiro grau de formalização, essas estruturas são simplesmente normais e tradicionais na comunidade, constituem o que chamamos de **norma**. (**Negrito no original**).

É importante notar que não eram apenas os incultos e vulgares que usavam uma ou outra norma popular do latim. Inicialmente, o *sermo vulgaris* foi típico das classes inferiores da sociedade romana, mas posteriormente foi usado praticamente por todo o Império Romano.

Esse latim vulgar era como que uma espécie de denominador comum, usado da plebe à aristocracia, sendo o instrumento familiar de comunicação diária.

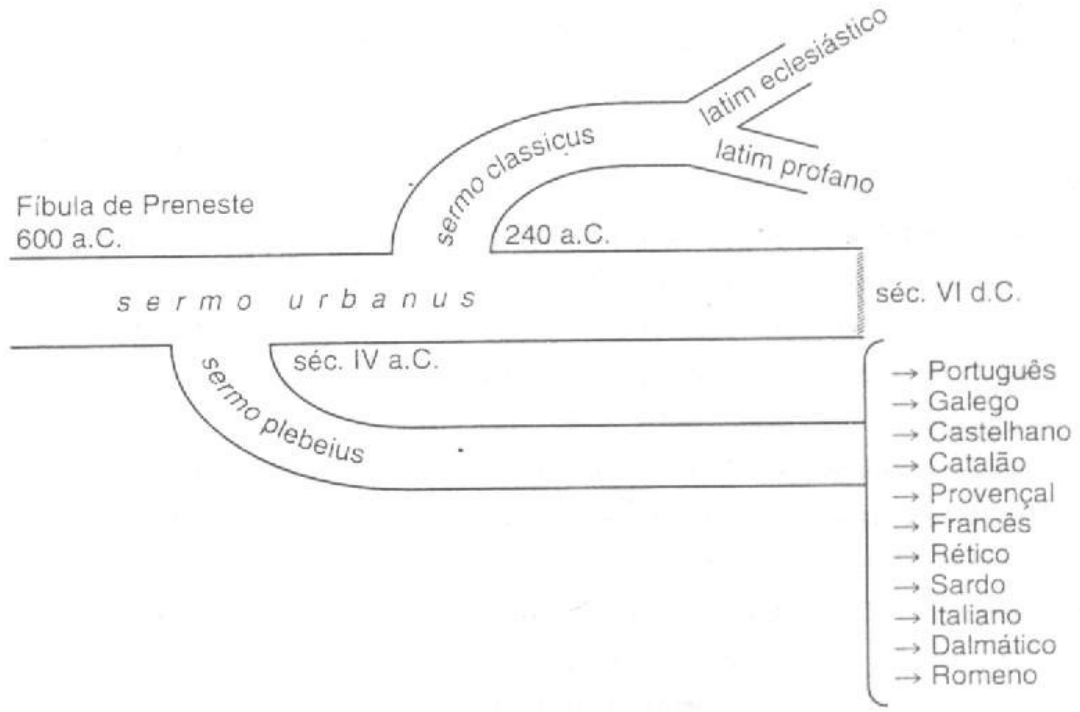
Não é fácil hoje conhecer pormenores dessas normas populares do latim que existiam quase que somente na oralidade, pois, por exemplo, mesmo o mais rústico homem, quando ia gravar uma inscrição, esforçava-se por escrever em norma literária. Entretanto, mesmo poucas, chegaram aos nossos dias informações sobre o latim vulgar, principalmente, segundo Coutinho (1976, p. 31):

> a) pelos trabalhos dos gramáticos, na correção das formas errôneas usuais; b) pelas obras dos comediógrafos, quando apresentam em cena pessoas do povo, falando; c) pelas inscrições, que nos legaram humildes artistas plebeus; d) pelos cochilos dos copistas; e) pelos erros ocasionais dos próprios escritores cultos, principalmente dos últimos tempos.

Em suma, latim clássico – denominação que, em geral, se refere ao latim surgido a partir do segundo quartel do século I a.C. e que vai até, mais ou menos, 14 d.C (ano da morte do imperador Otaviano Augusto César) – é de um valor inestimável por ser o veículo de uma literatura riquíssima deixada por grandes nomes da antiga Roma, tais como César, Cícero, Virgílio, Horácio e tantos outros; enquanto que o latim vulgar, sem regras rígidas e com as características dinâmicas da vida dos latinos, é que foi levado às mais diversas regiões conquistadas pelos romanos, diferenciando-se ao passar dos séculos e pela ação, principalmente, dos substratos e superstratos linguísticos até resultar, a partir do século IX d.C., as línguas neolatinas existentes hoje: português, espanhol, italiano, francês, romeno, entre outras.

O gráfico seguinte encontra-se em Basseto (2005, p. 91) e ilustra os dois rumos principais (duas normas) que tomou o *sermo urbanus*: *sermo classicus* (latim clássico ou literário) e *sermo plebeius* (latim vulgar).

Gráfico 1: Desdobramento do latim em forma de "cacto deitado"



Se compararmos a situação linguística na Roma antiga com a que temos hoje no Brasil, diríamos, a título de outra ilustração, que – obviamente guardadas as peculiaridades que distinguem uma língua da outra (latim e português) no tempo, no espaço, na sociedade, na cultura, etc. – o *sermo urbanus* aproxima-se da ideia que temos de norma culta (das grandes cidades); o *sermo plebeius* das normas não-padrão (de uso coloquial); e o *sermo classicus* da norma literária (ou estilizada e artístico-poética). Todas elas, denominações genéricas, difíceis de serem precisadas e que englobam outras subnormas.

Além disso, resta um comentário acerca da *latinĭtas*, que era um termo usado pelos eruditos latinos, já desde o século I a.C, para significar aquilo que em relação à língua grega denominavam *hellenismo*: a correção gramatical. Sobre esse assunto, esclarece Desborde (1995, p. 42-43).

> *Hellenismo* (helenismo, grecismo) [é] o fato de falar grego, quer dizer, de falar *corretamente* grego. A gramática retomou por sua conta essa noção e

> aprofundou-a, procurando o que havia de propriamente grego no grego, o que consistia em atualizar as propriedades comuns e invariáveis da língua. É, sobretudo, o reconhecimento e a exploração dessa entidade, a *língua*, diferente dos *discursos* produzidos e, todavia, comum a todos os discursos, que fundamenta a gramática sistemática e retórica. (**Itálicos no original**).

Em Roma, entre o século I a.C. e o século II d.C., sabemos que o estudo da *latinĭtas* (espécie de norma padrão ou gramatical) tem para a elite cultural uma enorme importância dentro da cultura latina, mas sabemos também de eruditos (gramáticos ou não) que lançam suas críticas "sobre o aspecto técnico da gramática e sobre suas pretensões normativas" (DESBORDES, 1995, p. 53), nos molde da *ars grammatica* praticada pelos romanos por influência da *technē grammatikē* dos gregos, ou seja, um estudo exclusivamente relativo à língua escrita, aos textos escritos. Entre esses eruditos vemos que:

> Probus zomba das "regras rançosas da gramática", Aulo-Gélio ataca os "novos princípios dos gramáticos", Quintiliano, mesmo, coloca doutamente (e por muito tempo!) que "não significa a mesma coisa falar latim e falar de acordo com a gramática" (*aliud esse Latine, aliud grammatice loqui*, 1, 6, 27). (*Idem, ibidem*). (**Aspas e itálico no original**).

E, com essas últimas palavras, vislumbramos o abismo existente entre o "como realmente falavam os latinos" (mesmo os cultos) e o "como idealizadamente deveriam falar" que as gramáticas latinas prescreviam.

1.3 O latim pós-clássico

O Império Romano já vinha em crise desde meados do século III da Era Cristã. No ano de 395 d.C., por exemplo, o imperador Teodósio divide o Império em dois: o Império do Ocidente – onde predominava com mais força a romanização e que tinha Roma como

capital – e o Império do Oriente, que permaneceu como unidade até 1453 d.C, mas que, na verdade, sempre foi mesmo uma região fortemente helenizada.

Vários foram os fatores determinantes da corrosão que se deu no poderoso Império Romano do Ocidente, tais como: as dificuldades militares seguidas de sucessivos ataques dos povos bárbaros às fronteiras e mesmo dentro do território romano, a vastidão do Império e as dificuldades de locomoções de tropas.

Sobre esse assunto, acrescenta Hauy (1994, p. 10):

> A diminuição da produção nos latifúndios, provocada pela escassez da mão-de-obra escrava, foi uma das várias causas dessa crise. A doutrina cristã, legalizada pelo imperador Constantino em 313, com a publicação do Édito de Milão, e transformada em religião oficial do Império em 391, quando o imperador Teodósio aboliu definitivamente o paganismo, proibia a escravidão. Além disso, desastrosas foram as pestes de origem asiática, que assolaram a Europa nos séculos II e III.

Mapa 3: As invasões e migrações dos povos bárbaros

A queda do Império Romano do Ocidente deu-se definitivamente no século V, mais precisamente em 476 d.C., e é usada como referência para marcar o final da Antiguidade e o início da Idade Média.

A Idade Média – que tem seu fim marcado pela tomada de Constantinopla pelos turcos, em 1453, e que é costumeiramente dividida em Alta Idade Média (século V ao século IX) e Baixa Idade Média (século IX ao século XV) – assistiu a fortes dialetações do latim vulgar, que resultaram nos romanços e nas línguas românicas, conforme já foi citado anteriormente, e assistiu também a um esforço das classes cultas, durante muitos séculos, por manter, principalmente na modalidade escrita, o uso de um latim tido como clássico.

As palavras de Ilari (2000, p. 62) reforçam essa informação da estabilidade do latim escrito:

> Enquanto o latim literário permanecia relativamente estável como língua da escrita e como a língua falada de todas as situações mais formais, o latim vulgar foi derivando para variedades regionais que, no fim do primeiro milênio, já prefiguravam as atuais línguas românicas.

Denomina-se, portanto, de latim pós-clássico o latim das obras literárias do período que vai do século I ao século V da era cristã, que é quando, segundo Cardoso (2002, p. 8), "a língua começa a perder a pureza e a perfeição que a haviam caracterizado no período anterior". No latim pós-clássico a distância entre a língua falada e a escrita é menor que no período do latim clássico.

Dentro desse período, há quem distinga ainda um latim imperial que vem a ser:

> o latim literário escrito, *grosso modo*, nos dois primeiros séculos da era cristã (após a morte de Otávio Augusto em 14 d.C.); é o latim de Tácito (c. 55 - c. 120 d.C.), Sêneca (c. 4 a.C. - 65 d.C.), Plínio, o Jovem (61 - c. 113 d.C.), Marcial (c. 40 - c. 104 d.C.), Juvenal e Quintiliano (c. 35 - c. 96 d.C.). (FERREIRA, 1986, p. 1013).

E um latim tardio que é: “o latim literário dos séc. III ao V da era cristã e que, por vezes, alcança os séculos VI e VII”. (FERREIRA, 1986, p. 1013).

Passemos, pois, a uma discriminação das várias facetas (formas) em que o latim clássico e o pós-clássico se desdobraram no período medieval, no Renascimento e mesmo depois deste.

1.3.1 O latim eclesiástico

O latim eclesiástico, ou latim da igreja, ou latim medieval, ou baixo latim são denominações que designam um latim que se pretendia herdeiro do latim clássico “escrito gramaticalmente, mas eivado de palavras novas, tomadas das línguas faladas e da contribuição grega”, no dizer de Hauy (1994, p. 12).

Mas para Câmara Júnior (2001, p. 65), a denominação baixo latim refere-se especificamente:

> ao latim usado na Idade Média como língua escrita, em vez das línguas nacionais. Caracteriza-se pela adaptação às condições novas da civilização medieval, em cotejo com as da Antiguidade, especialmente na sintaxe e no léxico; sob muitos aspectos afasta-se portanto do latim clássico dos antigos escritores romanos.

É esse baixo latim que, ainda na concepção de Câmara Júnior (Op. Cit.), “deturpou-se em latim bárbaro, nos cartórios medievais”. Ou seja, para esse linguista, tanto o latim da Igreja quanto o latim de tabeliães têm a mesma origem no baixo latim medieval.

Nesse momento, consideramos importante atentarmos para um detalhe apontado por Sílvio Elia, no clássico livro *Preparação à linguística românica*: “a princípio a língua da pregação cristã foi o grego. ‘A *koiné* grega’” (ELIA, 1979, p. 55). (**Aspas e itálico no**

original). Mas, à medida que o cristianismo foi se expandindo, foi também surgindo a necessidade de textos bíblicos escritos em latim, ou seja, para atender a um grande número de convertidos que tinham no latim a sua língua de uso. É a partir daí que surge o latim cristão (ou latim dos cristãos) dos primeiros séculos, mais apropriado aos primeiros cristãos provenientes das classes mais baixas da sociedade, que não dominavam o grego ou hebraico. E assim, provavelmente já no início do século I d.C, foram escritas por tradutores informais "as primeiras versões de Bíblia em latim, conhecidas com o nome de *Itala*, ou melhor, *Vetus Latina* (para o território europeu) e *Afra* (para o norte da África)". (*Idem, ibidem*).

Esse latim das primeiras versões dos textos bíblicos dos primeiros cristãos não é, portanto, o mesmo latim eclesiástico, a língua permanente da Igreja, de caráter mais erudito e usado pelos doutores, em que, posteriormente, eram feitos os sermões e eram (e ainda são) redigidos os documentos oficiais da Igreja Católica.

Esse latim eclesiástico é a língua que, desde os primórdios da Igreja Católica, trazia um componente universalizante e que foi usada como a sua língua oficial, sendo seu uso obrigatório, até 1961, "tanto na redação de documentos eclesiásticos como na realização de cultos e cerimônias religiosas", como diz Cardoso (2002, p.8). Entretanto é importante notar que em documentos oficiais, por exemplo, a língua latina utilizada era sempre a mais culta e mais próxima do latim clássico, enquanto que – como ocorreu em vários momentos da história da Igreja Católica –, nas homilias e em outras situações de uso do latim falado, houve uma orientação a que o latim fosse adaptado a se assemelhar à língua falada, para que o povo a compreendesse melhor.

Como exemplo disso, podemos citar o latim da *Vulgata*, a versão latina da Bíblia – bastante usada pela Igreja Católica e que ainda é hoje muito respeitada – escrita por São Jerônimo, por solicitação do papa São Dâmaso, no século IV d.C, com o intuito de ser mais

precisa e mais fácil de ser compreendida do que as versões anteriores (*Itala* e *Afra*), as quais eram escritas num latim de pretensões literárias e extremamente artificial.[12]

Outro exemplo dessas orientações é o que diz o trecho abaixo pertencente ao Concílio de Tours (813 d.C.):

> Visum est unanimitati nostrae ut quilibet episcopus habeat omelias continentes necessarias ammonitiones, quibus subiecti erudiantur... Et ut easdem omelias quisque aperte transferre studeat in rusticam Romanam linguam aut Thiotiscam, quo facilius cuncti possint intelligere que dicuntur.[13] (BASSETTO, 2005, p. 173).

É importante se ressaltar que nesse século IX, segundo Biderman (1992, p. 14) "a missa e outras cerimônias continuaram a ser ditas em latim", restringindo-se, portanto, a orientação do Concílio somente às homilias.

1.3.2 O latim bárbaro

Ao lado do latim eclesiástico, surgiu o latim bárbaro ou latim de tabeliães, utilizado até os séculos XII e XIII, que é, segundo Hauy (1994, p. 12), "um latim sem regra, também misturado com o léxico de outras línguas, empregado pelos tabeliães; foi o latim bárbaro que os cartórios documentaram em contratos, testamentos, doações e outros escritos de ordem jurídica."

---

[12] "Essas antigas versões são caracterizadas por um literalismo extremo que levou os seus autores a darem preferência às construções que melhor guardassem a feição grega do original, muitas vezes, aliás, resultado da fidelidade ao modelo hebraico". (ELIA, 1979, p. 55).

[13] A todos nós pareceu necessário que cada bispo faça homilias, que contenham os ensinamentos indispensáveis, com os quais os fiéis sejam instruídos... E que cada um procure traduzir com clareza essas homilias para a rústica romana língua ou teodisca, de modo que todos possam compreender mais facilmente o que se diz.

No que se refere especificamente à região galego-portuguesa, desde 870 d.C. há registros em documentos cartoriais que mostram uma alternância ora de latim bárbaro, ora de galego-português, como anota Furlan (2006, p. 309):

> Entre os séc. IX e XIII, os notários, por já não saberem bastante latim para nele lavrarem os documentos forenses, faziam uso de um complexo de fórmulas latinas que passavam de geração em geração, cujas lacunas preenchiam com termos da língua neolatina regional, para depois vertê-lo ao latim, o que às vezes faziam, outras não.

Cardeira (2006, p. 45) chama a atenção para o fato de que, nos primeiros séculos da reconquista cristã (a partir do século VIII), no Condado Portucalense, o latim continuava sendo a referência como uma língua de prestígio, portanto ideal para esse uso em escritos formais, entretanto, na realidade, o latim dos documentos notariais "era muito simplificado e seria pronunciado de uma forma muito próxima do romance falado". Era dessa forma, usando um latim bárbaro, que o povo, apesar de não saber mais falar latim, redigia seus documentos nos cartórios.

1.3.3 O latim macarrônico

Uma outra faceta na qual se desdobrou o baixo latim medieval, além do latim eclesiástico e do latim bárbaro, foi o latim macarrônico, que por um detalhe é semelhante ao latim bárbaro e ao latim eclesiástico, se não vejamos: latim bárbaro, para Câmara Júnior (2001, p. 65), é aquele usado:

> nos cartórios medievais, em documentos de rotina tabelioa, que, redigidos por escrivães incultos, são muitas vezes **a mera latinização da língua românica falada pelo redator do texto**; assim em texto português –

> *uinderemus* "venderemos", *paredes*, *sautos* por *saltus* "soutos", *tiui*, isto é, *tivi* por *tibi*. (**Negritos nossos**).

Comparemos essa explicação com uma observação feita por Peter Burke (BURKE; PORTER, 1993, p. 60) ao latim eclesiástico: "O Latim eclesiástico tradicional **incluía não só termos pós-clássicos, mas também construções modeladas a partir do vernáculo**". (**Negritos nossos**).

Agora, vejamos o trecho abaixo, do mesmo Peter Burke (BURKE; PORTER, 1993, p. 60-61), referindo-se ao latim macarrônico:

> O cronista italiano do século XV Stefano Infessura usa expressões que precisam ser retraduzidas para o Italiano para se tornarem inteligíveis. Sua expressão para "barato" é *pro bono fora* (em Italiano, *a buon mercato*), e para "ele se levantou", *erexit se in pedes* (em outras palavras, *si levò in piedi*). É esse tipo de "Latim grosseiro" (*Latinus grossus*) que foi parodiado pelo monge humanista Teofilo Folengo em poemas como *Liber Macaronices* (1517), assim chamado por ter sido escrito em "Latim macarrônico", grosso como macarrão. (...) O latim macarrônico foi, ao mesmo tempo, objeto de sátira, um símbolo da ignorância do clero tradicional, e um meio para a sátira, **próximo ao vernáculo direto, coloquial, terreno**. (**Negritos nossos**).

Notemos, pois, que os três tipos de latim têm em comum o fato de serem uma espécie de latim vernacularizado, ou seja, apresentarem frases em latim, mas estruturadas à semelhança morfossintática das línguas vernáculas, além de estarem cheias de palavras novas tomadas dessas mesmas línguas.

Diferenciam-se basicamente por: ser de uso da Igreja e de tradicionalmente tentar não se distanciar muito da forma clássica (latim eclesiástico); ser de uso dos tabeliães e mais inculto que o eclesiástico (latim bárbaro); ser usado geralmente de modo irônico ou rabelaisiano (latim macarrônico).

Enfim, o latim macarrônico não passava de uma espécie de língua popular com desinências latinas destinada à troça.

1.3.4 O latim científico

Latim científico (ou latim das ciências) tradicionalmente é a denominação que se dá ao latim que foi mais vastamente usado, em tratados científicos, acadêmicos e filosóficos, desde a Idade Média até o início do século XX, pela ciência que via nele uma espécie de língua universal capaz de ser usada independentemente das fronteiras linguísticas que separavam os cientistas do mundo todo.

Embora se usasse o latim em alguns debates e conferências pelo seu caráter universal, foi justamente por ser uma língua que existia quase que exclusivamente na modalidade escrita e, portanto, imutável, ou engessada, ou, por que não dizer, fossilizada que era adequada para as denominações científicas das espécies – por exemplo, o cão doméstico foi denominado *canis familiaris*; a bonina (também chamada maravilha) de *mirabilis jalapa* (com referência ao topônimo Jalapa no México, de onde é originária); recentemente (e isso mostra esse uso ainda em nossos dias) uma espécie de dinossauro encontrada na cidade de Santana do Cariri (CE), com a colaboração do pesquisador Plácido Cidade Nuvens, foi "batizada" (em homenagem à cidade e a Plácido) de s*antanaraptor placidus.*

Além dessa razão pragmática, não se pode esquecer de que a formalidade e a dignidade dos textos acadêmicos exigiam que eles fossem escritos numa língua que desse a eles uma aura de "nobreza", como relata Burke (BURKE; PORTER, 1993, p. 49):

> Na França do século XIX, a tese suplementar para o doutorado em letras tinha de ser escrita em Latim, não importando se o tema fosse a poesia de Keats, a jurisdição criminal do Châtelet de Paris, as políticas fiscais de Luís XVI ou o desenvolvimento do método sociológico, apesar da necessidade de neologismos tais como *scientiae "sociologicae"*.

Na criação dos neologismos, obviamente, era o latim clássico o modelo para a sua estruturação morfológica, ou seja, a partir de lexemas novos, acresciam-se gramemas latinos da língua clássica.

1.3.5 O latim jurídico e o diplomático

Em quase todo o Ocidente – e principalmente na Europa – o latim foi ainda a língua do Direto e da diplomacia.

Mesmo em países que não tinham uma tradição do direito ligado ao Direito Romano, eram comuns expressões como *habeas corpus*[14] e *data venia*[15] nas falas de advogados e em documentos jurídicos. Mas é importante lembrar que os usos, e às vezes abusos, dessas expressões latinas sempre foram alvo de críticas por aqueles que acusavam os senhores doutos de usarem os seus conhecimentos do latim "para tirar proveito das pessoas comuns", conforme lembra Peter Burke (BURKE; PORTER, 1993, p. 54).

No campo diplomático o latim foi bastante usado na Renascença e mesmo depois do século XVII, por príncipes e ministros, que às vezes necessitavam de secretários especialistas em latim, pois já não o dominavam tão bem para a comunicação oral. As palavras de Peter Burke (*Idem*, 1993, p. 55) reforçam isso: "foi nas relações internacionais que o Latim, falado e escrito, realmente se manteve, permanecendo importante por toda a Europa ao longo dos séculos XVI e XVII".

Em síntese, o latim jurídico e o diplomático são formas *sui generis*[16] de uso do latim clássico ou pós-clássico, não se diferenciando desses por sua estrutura morfossintática, mas sim basicamente por alguns termos específicos das áreas.

---

[14] "Que tenhas o teu corpo". A expressão completa é *habeas corpus ad sujiciendum*, "que tenhas o teu corpo para submetê-lo (à corte de justiça)", e refere-se à garantia constitucional outorgada em favor de quem sofre ou está na iminência de sofrer coação ou violência. (RÓNAI, 1980, p. 77).
[15] Concedida a vênia; com licença.
[16] De seu gênero; peculiar.

Na Europa medieval, a situação linguística pode ser resumida desta forma: para expressar-se oralmente, usava-se a língua vernácula (ou neolatina), mas documentos escritos – principalmente os formais – não eram escritos em vernáculo, e sim em latim (ou baixo latim), como notamos nas palavras de Havelock (1996, p. 346):

> Quando esses vernáculos se tornaram as línguas da gente comum, o latim permaneceu como língua internacional das pessoas educadas, na maioria o pessoal da Igreja. Reservava-se para esse latim o uso do alfabeto. Os governantes, sua burocracia seus intelectuais, clérigos ou leigos, trocavam correspondência, minutavam leis, compunham prosa e poesia no alfabeto latino, como o tinha feito Roma Imperial. Mas a língua usada desse modo separava-se do uso da gente comum a tal ponto que todo membro da classe governante conserva seu vernáculo, qualquer que ele fosse, apenas para uso oral. Tinha uma segunda língua como língua literária, e apenas a esta dedicava o prestígio da escrita.

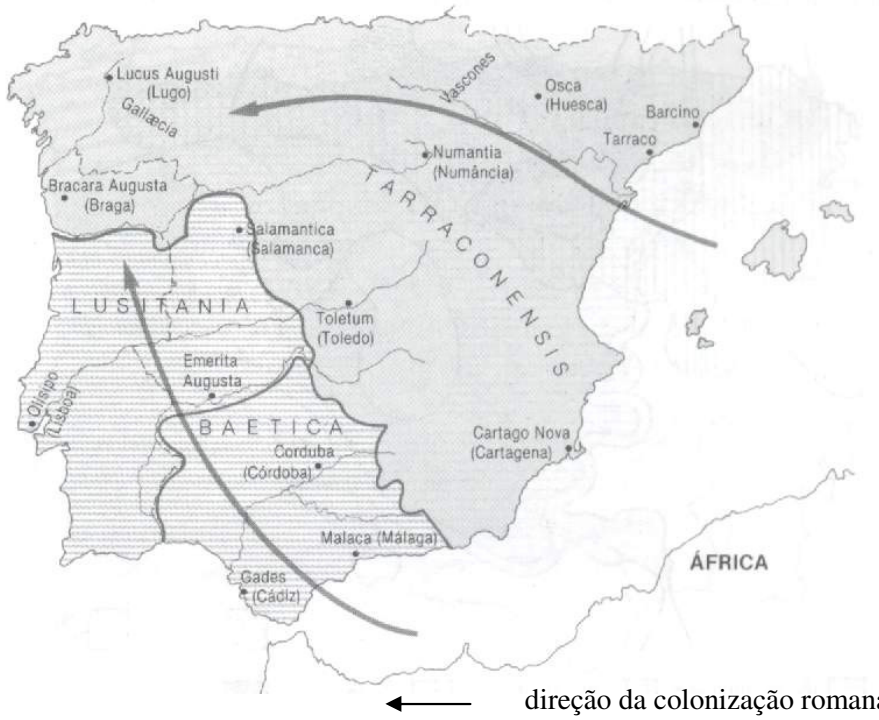
É importante ainda ressaltar que o latim continuou no Renascimento (século XIV ao XVII) como a língua da cultura, da ciência, da religião e do Direito para as classes cultas, inclusive emprestando vocábulos, como anota Williams (1994, p. 28): "desde os primeiros tempos os vocábulos latinos entraram no português, primeiro por intermédio da Igreja e da Lei, depois pela obra dos eruditos e dos homens de letras, e por fim pela ciência."

Com o pensamento humanista retomam-se os estudos das línguas clássicas, sobretudo grego e latim. E outra vez é o latim que é adotado como a língua da cultura, conforme afirmam Arruda e Piletti (2002, p. 163.): "recuperado, o latim clássico passou a ser a língua com a qual os estudiosos se comunicavam e escreviam suas obras". Alguns poetas e prosadores nessa época ainda escreviam suas obras em latim como forma de destacar sua cultura e valor. Além disso, nesse período renascentista tem-se uma grande ocorrência de vernáculo latinizado, com frases vernáculas estruturadas forçosamente à maneira latina ou com vários termos latinos em substituição aos vernáculos.

1.4 O latim na história da língua portuguesa

O latim foi levado pelos romanos para a Península Ibérica no século II a.C. Como língua de conquistador, passou a ter uma importância determinada pelo poder e influência de Roma. Mas desde cedo começou a sofrer influências das línguas pré-românicas que ali já existiam (celta, ibero, fenício, cartaginês, etc.), ou seja, pela ação do substrato linguístico.

Mapa 4: As regiões da *Hispania* romana



direção da colonização romana

O latim continuou sendo, porém, tanto na modalidade oral quanto na escrita, a língua da comunicação entre os povos daquela região até, mais ou menos, a queda do Império Romano do ocidente, quando o esfacelamento do Império vai determinar um isolamento e um desenvolvimento peculiar a cada região antes dominada pelos romanos. Aos poucos o latim falado vai se dialetando, ou seja, tomando características típicas de cada região, principalmente nos usos das camadas não-aristocráticas, mas continua sendo usado, mais ou menos preservado, na escrita pela aristocracia.

Na Alta Idade Média, como já foi dito, o que se falava, por exemplo, na península Ibérica, era uma língua oral de base latina (que não se podia mais dizer que era latim), constantemente influenciada principalmente pelos superstratos linguísticos dos invasores germânicos (a língua dos suevos, dos visigodos e dos vândalos) e orientais (a língua dos alanos), enquanto que o latim pós-clássico continuava a ser preservado, principalmente nos mosteiros e conventos, como a língua de prestígio adequada à modalidade escrita. É nessa época que, como anota Cardeira (2006, p. 83), "falava-se romance, escrevia-se latim".

O trecho abaixo, retirado do romance histórico *Eurico, o presbítero*, de Alexandre de Herculano, refere-se à Península Ibérica do século VIII d.C. e dá uma ideia dessa fusão ocorrida entre os conquistadores godos e os conquistados romanos, com assimilação por parte dos conquistadores das leis, política, cultura, religião e língua dos conquistados, tidas como mais virtuosas.

> Desde essa época, a distinção das duas raças, a conquistadora ou goda e a romana ou conquistada, quase desaparecera, e os homens do norte haviam-se confundido juridicamente com os do meio-dia em uma só nação, para cuja grandeza contribuíra aquela com virtudes ásperas da Germânia, esta com as tradições da cultura e política romanas. As leis dos césares, pelas quais se regiam os vencidos, misturaram-se com as singelas e rudes instituições visigóticas, e já um código único, escrito na língua latina, regulava os direitos e deveres comuns quando o arianismo, que os godos tinham abraçado abraçando o Evangelho, se declarou vencido pelo catolicismo, a que pertencia a raça romana. (HERCULANO, 1984, p. 25).

Como atesta Williams (1994, p. 26), "os visigodos e os suevos deixaram apenas cerca de vinte palavras no português" e menor ainda é a herança linguística dos alanos e vândalos no português. Já a ação do adstrato dominante árabe é maior.

A dominação árabe na Península Ibérica durou sete séculos (711 d.C. a 1492 d.C.) e foi determinante tanto para a formação política dos estados monárquicos, quanto para a formação das línguas nacionais como resume Hauy (1994, p. 16):

> Foi rápida a conquista muçulmana, mas penosa e apaixonada a Reconquista. Refugiados nas montanhas das Astúrias (Montes Cantabros), os restos dos exércitos hispano-góticos e os cristão rebeldes à invasão muçulmana fundaram ali, no noroeste do país, o Reino das Astúrias e iniciaram, sob o comando de Pelágio, o movimento da Reconquista. Era uma guerra militar, santa, abençoada e beneficiada pelos papas. Avançando para o sul, foram recuperando aos poucos os territórios perdidos; assim se formaram os reinos cristãos de Leão, Aragão e Castela.

O surgimento da língua portuguesa está diretamente ligado à influência política, cultural e linguística que a Galiza teve sobre o Condado Portucalense – "território desmembrado da Galiza, compreendido, a princípio, entre o Minho e o Douro, e, a partir de 1095, entre o Minho e o Tejo", segundo Hauy (1994, p. 17) – como também está diretamente ligado à Reconquista.

O galego-português (ou galaico-português) era o idioma falado nessa região entre a Galiza e a nascente nação portuguesa até o século XIV, como anota Hauy (Op. Cit., p. 26):

> Falada pelos muçulmanos remanescentes da Reconquista, pelos moçárabes[17] e por todos os estrangeiros participantes do repovoamento, a língua trazida do Norte e adotada durante três séculos pela Nação portuguesa sofreu gradativamente uma significativa transformação, acelerada ainda pela decisiva influência dos dialetos moçárabes[18] e pelos fatos políticos do prestígio de Lisboa, até adquirir, no século XIV, feição distinta que a caracterizou como língua portuguesa.

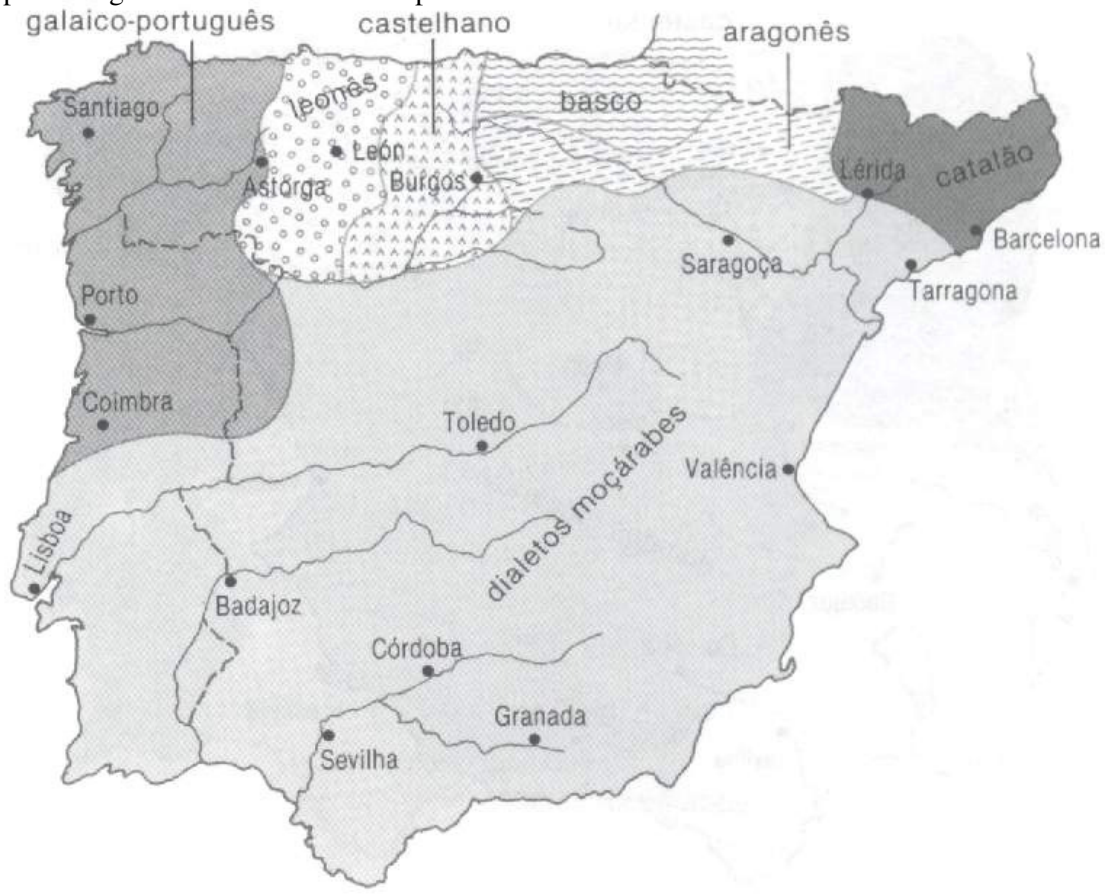
É, portanto, em torno de 1350 que vários fatores sociais, políticos, culturais e linguísticos – tais como o fim da escola literária galego-portuguesa e a crescente influência da região Sul de Portugal – vão quebrar a unidade linguística galego-portuguesa dando ao português o *status* de língua nacional de um país já então totalmente delimitado.

---

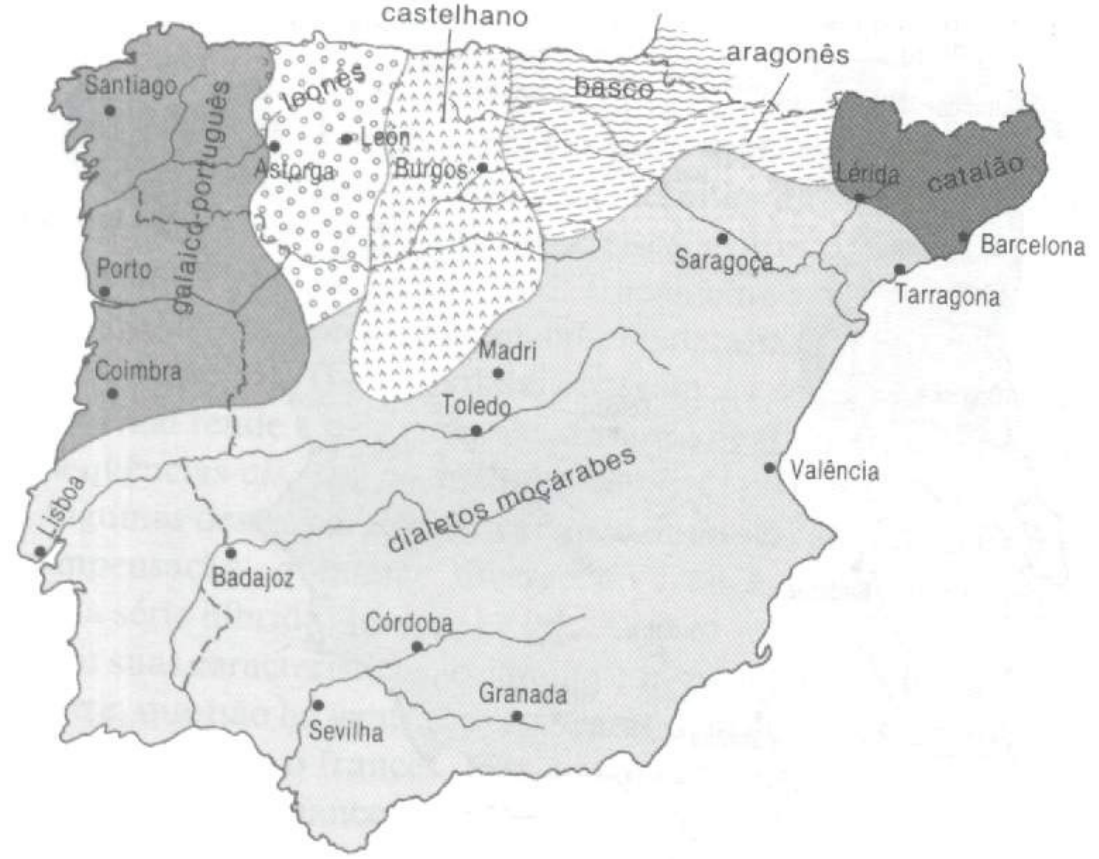
[17] Cristãos que viviam nas terras da Península Ibérica ocupadas pelos árabes.

[18] O moçárabe era um grupo de dialetos populares românicos com forte influência, principalmente, de vocábulos árabes e que constituía uma espécie de língua geral usada pelos cristãos que viviam sob o jugo dos mouros e por estes, na parte da Península Ibérica do período da dominação árabe.

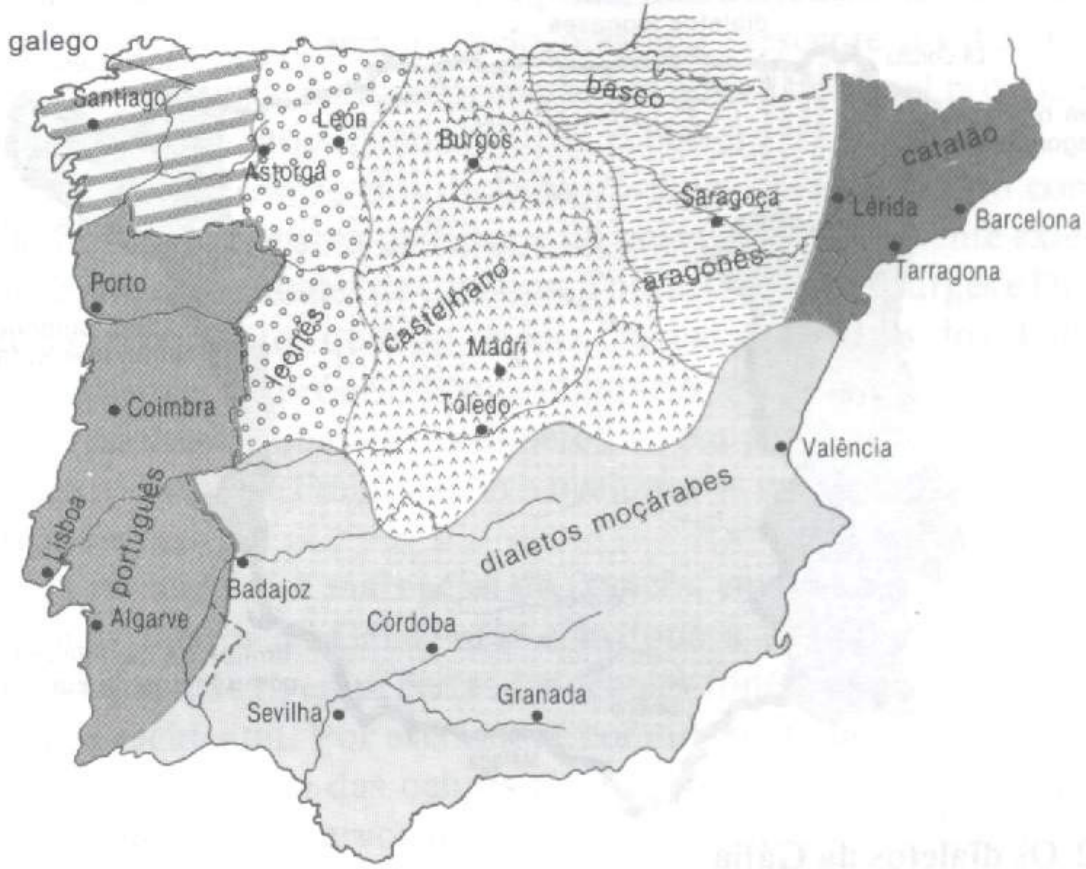
Mapa 5: Línguas da Península Ibérica por volta de 930



Mapa 6: Línguas da Península Ibérica por volta de 1072



Mapa 7: Línguas da Península Ibérica por volta de 1200



Mapa 8: Línguas da Península Ibérica por volta de 1300

Em Portugal, no século XV, a língua portuguesa estava seguindo seu desenvolvimento independente já quebrada a relativa unidade linguística que, nos séculos anteriores, a prendia ao galego. Mas é justamente nesse século que o latim toma novo fôlego, principalmente por conta do progresso das universidades. O trecho abaixo, recolhido de Paiva (1988, p. 9), dá uma ideia do papel do latim nesse século:

> O conhecimento do latim difundia-se cada vez mais, tornava-se acessível também a leigos, sobretudo da classe nobre ou a ela ligados, crescendo sua influência a tal ponto, que até mesmo as mulheres se aplicariam ao seu estudo no século seguinte.
> O latim, na época, funcionava como língua internacional, servindo de veículo de comunicação da filosofia, da ciência e das letras; por consequência, foi um dos elementos mais relevantes da educação e da cultura.
> Na Igreja seu uso já se tornara corrente de há muito e, como a hegemonia do ensino sempre estivera em suas mãos, em todas as escolas monacais e episcopais, o estudo da língua latina tinha presença constante.

Em fins do século XVI e início do século XVII, há homens doutos que acusam a língua portuguesa de pobreza vocabular (exaltando o castelhano como língua mais universal), mas há gramáticos como Fernão de Oliveira e João de Barros que a defendem apresentando, para tanto, vários argumentos, entre os quais a sua filiação com a língua latina. Neste período, tenta-se impor o estudo sistemático da língua portuguesa consoante o espírito reinante e, como atesta Spina (1987, p. 15): "O elogio e a defesa das línguas nacionais foi unânime na Europa românica". Era um período de imposição das línguas modernas "em substituição ao latim, que ainda permanecia a língua defendida pelos humanistas". (*Idem, ibidem*). É importante lembrar que, neste período humanístico, quando a língua portuguesa passou a ser estudada, através do surgimento das primeiras gramáticas, ortografias e cartilhas, foi o latim clássico que serviu de modelo para esses estudos. E isso não foi diferente com as demais línguas vernáculas.

No século XVIII, o "Século das Luzes", ficaram famosas em Portugal as "Cartas" escritas por Luís Antônio Verney, sob o pseudônimo de Padre Barbadinho; na primeira delas, que trata dos problemas da língua portuguesa, ele defende, conforme Morel Pinto (1988, p. 11), "o ensino da língua vernácula, que deve ser prioritário, em relação ao latim". Notemos ainda a necessidade que tinham os intelectuais de defender o ensino da língua portuguesa, frente à força da tradição do latim. Tradição essa que pode ser atestada ainda nas orientações por uma grafia latina para palavras recém-introduzidas na língua portuguesa como o fazia João de Moraes Madureyra Feyjó, no seu livro *Orthographia ou arte de escrever e pronunciar com acerto a lingua portugueza.* (WILLIAMS, 1994, p. 41).

No século XIX, a língua portuguesa, quer em Portugal, quer no Brasil, já se apresentava em plena maturidade e estruturação, a qual, no dizer de Martins (1988, p. 13), era "maleável aos mais diversos usos". Entretanto, ainda nessa época, ocorriam muitos latinismos em nossos textos, pois "conferiam ao estilo pompa, dignidade, nobreza, musicalidade e, também, muitas vezes, um tom afetado" (MARTINS, 1988, p. 18.).

Nesse século ainda, como bem lembra Câmara Júnior (1976, p 29), "o movimento literário do Romantismo, que se manifestou algumas décadas depois da independência do Brasil (1822), aproximou bastante a língua literária da língua oral comum do país". É dessa época também a questão da língua, em que muito se argumentou em favor de uma língua brasileira, ou, no dizer de Teyssier (1997, p. 111), "muitos brasileiros pensavam ser impossível haver uma nação original, com sua cultura e com literatura própria, sem língua original".

Quanto à literatura brasileira do início do século XX, Pinto (1988, p. 14) afirma: "como consequência de sua atitude de desapego, relativamente à tradição literária portuguesa, os escritores do século XX substituem o apuro gramatical pela criação estilística, alimentada da oralidade". Acreditamos que esse modo de escrever espelhado na oralidade pode ser

estendido a todos os brasileiros, não só aos literatos, restando considerar que isso podia não ocorrer dependendo do *status* do leitor.

Além disso, não podemos esquecer que, mesmo no século XX – o século da aceleração tecnológica, da pressa e do rápido obsoletismo das coisas – o latim permaneceu sendo usado larga, mas "sorrateiramente", mais ou menos da maneira como ainda o vemos no século XXI. Em outras palavras, podemos dizer que o latim ainda se dissimula em nosso cotidiano. Se não, vejamos:

Usamos abreviaturas dele e, tantas vezes, nem percebemos: etc.[19], p.s.[20], a.m.[21], p.m.[22], et al.[23], op. cit.[24], *INRI*[25]; *SPQR*[26]; id.[27]; ibid.[28]

Falamos ou escrevemos termos e expressões latinas e, às vezes, nem notamos que se trata de latim: *curriculum vitae*[29], *errata*[30], *grosso modo*[31], *pro labore*[32], *vade mecum*[33], *a priori*[34], *a posteriori*[35], *apud*[36], *vide*[37], *sic*[38], *corpus.*[39]

Lemos em alguns textos ou até falamos e escrevemos empréstimos do latim literário, às vezes, aportuguesados só na grafia, tais como: abscôndito, celeuma, gáudio e quiproquó.

---

[19] *Et coetera* (e outras coisas).
[20] Pós-escrito.
[21] *Ante meridiem* (antes do meio-dia).
[22] *Post Meridiem* (depois do meio-dia).
[23] *Et alii* (e outros – usado em obras com mais de dois autores).
[24] *Opere citato* (na obra citada).
[25] *Iesus Nazarenus Rex Iudaeorum* (Jesus Nazareno Rei dos Judeus).
[26] *Senatus Populusque Romanus* (O senado e o povo romano).
[27] *Idem* (o mesmo; a mesma coisa; o mesmo autor).
[28] *Ibidem* (no mesmo lugar; na mesma obra, capítulo ou página).
[29] "Carreira da vida".
[30] "Erros"; "coisas erradas".
[31] "De modo grosseiro"; "de forma geral"; "aproximadamente".
[32] "Pelo trabalho". Remuneração paga pela realização de um serviço.
[33] "Vem comigo". Denominação dada a livros pequenos e de conteúdo prático e útil.
[34] "Do que vem antes"; "anteriormente à experiência".
[35] "Do que vem depois"; "a partir dos dados da experiência".
[36] "Junto a"; usado para indicar citação indireta.
[37] "Vê (tu)"; "veja (você)". Fórmula para remeter a outro livro ou trecho.
[38] "Assim"; "assim mesmo".
[39] "Corpo"; conjunto de documentos, dados e informações sobre determinada matéria.

Usamos expressões e termos técnicos, jurídicos, científicos ou religiosos em latim e, muitas vezes, nem nos damos conta disso. Eis alguns: *lato sensu*[40], *stricto sensu*[41], *ex officio*[42], *aedes aegypti*[43], *honoris causa*[44], *te deum*[45].

Ouvimos outros mais velhos dizerem expressões e máximas em latim, do tipo: *sine qua non*[46]; *statu quo*[47]; *in dubio pro reo*[48]; *Roma locuta, causa finita*[49]; *vade retro*[50]; *ecce homo*[51].

Não nos parece exótico o latim dos lemas das bandeiras e brasões, como por exemplo: *FELIX AD SATUM*[52] (brasão da URCA); *SAPIENTIA AEDIFICAT*[53] (brasão da UFPB); *LIBERTAS QUAE SERA TAMEN*[54] (inscrição na bandeira do Estado de Minas Gerais); *NON DUCOR DUCO*[55] (inscrição na bandeira da cidade de São Paulo).

Desde a infância, acostumamo-nos com frases, insígnias, epígrafes e outros dizeres em latim tantas vezes repetidos, tais como: *carpe diem*[56]; *cogito, ergo sum*[57]; *in hoc signo vinces*[58]; *ad astra per asperam*[59], *requiescat in pace (RIP*[60]*).*

---

[40] Em sentido largo.
[41] Em sentido restrito.
[42] "Por obrigação"; "em função do cargo".
[43] Nome científico dado ao mosquito que transmite a febre amarela urbana, o dengue, a filariose e encefalites.
[44] "Por causa da honra".
[45] Hino religioso de ação de graça que começa com *Te Deum laudamus* (A ti, ó Deus, louvamos). (SOUZA, 1990, p. 67).
[46] "Sem o quê, não". Condição indispensável.
[47] "No estado em que". A expressão completa é *in statu quo ante*: no estado em que (se achava) antes.
[48] "Na dúvida, pelo réu".
[49] "Roma falou, a questão está resolvida".
[50] "Afasta-te"; "retira-te daqui".
[51] "Eis o homem".
[52] "Fértil para a semeadura".
[53] "A sabedoria edifica".
[54] "Liberdade ainda que tardia". Palavras de um verso de Virgílio, usadas também como lema da Conjuração Mineira.
[55] "Não sou conduzido, conduzo".
[56] "Aproveita o dia (presente)". Palavras de um verso de Horácio.
[57] "Penso, logo existo". Tradução latina da frase em francês de Descarte.
[58] "Com este sinal vencerás". Frase que teria aparecido a Constantino e adotada como seu lema.
[59] "Aos astros, através de ásperos caminhos".
[60] "Descanse em paz". Frase comum em lápides tumulares.

Assim vemos o latim sendo usado em vários contextos e com várias intenções nos entremeios dos usos da língua portuguesa.

Enfim, é possível compreender, do exposto, que a explicação para justificar o fato de um falante-usuário da língua portuguesa usar, em determinadas circunstâncias, o latim em vez do português esteja enraizada na história e na sociedade ocidental. Mas, nos moldes propostos pela História Social da Linguagem, investigar esses usos do latim vai além de apenas constatar que, em quase todo o ocidente desde a antiguidade até as primeiras décadas do século XX, o latim nunca deixou de ser uma língua de poder e dominação, sendo usada pelas elites – principalmente na modalidade escrita – como forma de prestígio ou como uma das fronteiras que as separavam da plebe ou dos seus submissos. Nos moldes da História Social da Linguagem, é preciso que se investiguem língua, história e sociedade de modo a que se trace um panorama de uma determinada época (o contexto) até que seja possível compreender as dimensões de significado social que os usos do latim poderiam ter, por exemplo, numa carta escrita no interior do Ceará, no século XIX – o que fazemos neste trabalho.

CAPÍTULO 2

QUESTÕES DE HISTÓRIA NOS ESTUDOS DA LINGUAGEM

"Para percebermos o Português actual precisamos de escavar até aos alicerces: as raízes de traços tornados estruturais perdem-se no fundo dos séculos, apagada a sua memória pelo excesso do tempo. Só a preservação da memória permite entender como o passado ilustra o presente. E se isso é verdadeiro quando se trata de factos históricos, como não o será quando o objecto de estudo é a língua?" (CARDEIRA, 2006, p. 80).

"Uma das áreas mais férteis para futuras pesquisas reside na aplicação dos conceitos da sociolinguística para o estudo histórico da linguagem, e na busca da explicação não apenas sobre como os fatores sociais afetam a linguagem, mas sobre como a mudança cultural e social a transformam". (GARRIOCH, 1997, p.139).

São vários os trabalhos de filologia, de linguística histórica e de história da língua portuguesa que vêm sendo desenvolvidos em várias universidades e por diversos pesquisadores, no Brasil, e que são usados como referenciais nessa nossa dissertação, tais como os trabalhos de Silva (2004 e 1999) da UFBA, Castilho (1998) da USP, Fonseca (2005) da UFPB, além dos trabalhos de tantos outros linguistas de diversas universidades do país, tais como Neto (1986), Elia (2000), Ilari (2000) e Faraco (1998 e 2008). Mas a proposta teórica a ser utilizada nessa pesquisa é essencialmente a da História Social da Linguagem, nos moldes dos trabalhos de Burke e Porter (1993 e 1997).

Mas, principalmente, para quem se principia nos estudos históricos de linguagem algumas interrogações podem surgir tais como: Este trabalho é de cunho sincrônico ou diacrônico? É uma pesquisa de filologia? É linguística histórica ou história social da linguagem ou as duas coisas juntas?

De modo a responder essas e outras questões de ordem epistemológica e também almejando abordar alguns conceitos teóricos da linguística que são relevantes para a compreensão de várias questões tratadas no decorrer do trabalho, procuramos organizar este capítulo didaticamente, do assunto mais amplo ao mais específico, nas quatro partes seguintes.

2.1 Sincronia e diacronia

A divisão sincronia x diacronia é uma das mais famosas dicotomias propostas por Saussure a partir do Curso de Linguística Geral, publicado em 1916.

A distinção entre essas duas maneiras de se encarar um estudo linguístico repousa basicamente na observação de fenômenos estáticos (sincrônicos) ou mutáveis (diacrônicos) de uma língua, como esclarece o próprio Saussure (1999, p. 96):

> É sincrônico tudo quanto se relacione com o aspecto estático da nossa ciência, diacrônico tudo que diz respeito às evoluções. Do mesmo modo, *sincronia* e *diacronia* designarão respectivamente um estado de língua e uma fase de evolução. **(Itálicos no original)**.

As palavras de Faraco (1998, p. 60) reforçam essa distinção:

> Na primeira [**diacronia**], o centro das atenções são as mudanças por que passa uma língua no tempo; na segunda [**sincronia**], são as características da língua vista como um sistema estável num espaço de tempo aparentemente fixo. Em outras palavras, pode-se dizer que o pressuposto da análise diacrônica é a mutabilidade das línguas no tempo, enquanto o pressuposto da análise sincrônica é a relativa imutabilidade das línguas. **(Termos entre colchetes nossos)**.

Além disso, é importante notar que se pode fazer um estudo sincrônico de uma língua tanto do presente como de um determinado período do passado, desde que as análises e descrições se restrinjam àquele período delimitado, sem se fazer comparação com o período precedente ou subsequente. Se se comparar um estágio de uma língua com um outro estágio anterior ou posterior, tem-se então uma perspectiva diacrônica.

Dessa forma, esta não é exatamente uma pesquisa diacrônica, da maneira como entendia Saussure, uma vez que não foca a atenção na mudança linguística, por exemplo, não comparando se a quantidade de ocorrências de termos latinos nas cartas diminuiu ou aumentou, entre o século XIX e o século XX.

Ela está mais próxima, portanto, de uma pesquisa sincrônica, em que se delimitou um período de tempo para serem feitas as observações e análises naquele período, de modo a se compreender melhor um fenômeno linguístico – o uso do latim e os seus significados sociais em cartas escritas basicamente em português – sem a preocupação de mostrar a evolução desse fenômeno no tempo.

Entretanto essa divisão estanque não é unanimemente a mais aceita atualmente. A língua é, ao mesmo tempo, uma mistura de fenômenos sincrônicos e diacrônicos; ela nunca é algo engessado, pelo contrário, está sempre em um vacilar entre estabilidade e continuidade, como afirma Coseriu (1979a, p. 237-238):

> A língua se faz (...): é um fazer-se num quadro de permanência e de continuidade (...). Mas o fato de se manter parcialmente idêntica a si mesma e o fato de incorporar novas tradições é, precisamente, o que assegura sua funcionalidade como língua e seu caráter de "objeto histórico". Um objeto histórico só o é, se é, ao mesmo tempo, permanência e sucessão. **(Aspas no original**).

Essa ideia é reforçada, num outro trabalho, pelo mesmo Coseriu (1979b, p. 16), que afirma: "a realidade da linguagem é movimento e, mesmo quando considerada sincronicamente, fundamenta-se num equilíbrio instável".

Daí ser necessário ponderar cautelosamente acerca da necessidade de se dividir categoricamente sincronia de diacronia.

2.2 Filologia, Linguística Histórica e História Social da Linguagem

Quanto a este trabalho ter ou não um cunho filológico, é importante, antes de tudo, compreender que o conceito de Filologia, tradicionalmente, sempre esteve ligado ao de Literatura, uma vez que a Filologia procurava estudar a história de uma ou mais língua através da sua Literatura; diferentemente, por exemplo, da Glotologia, que, como se depreende em Coutinho (1976, p. 18-19), não estava necessariamente ligada à Literatura (entendida como obra de arte), pois estudava qualquer língua, mesmo as que não dispunham de uma tradição literária.

Originalmente, como esclarece Bassetto (2005, p. 43), "o trabalho filológico tem por objetivo a reconstituição de um texto, total ou parcial, ou a determinação e o esclarecimento de algum aspecto relevante a ele relacionado", ou, no dizer de Elia (1979, p. 2), "iluminar um texto por meio de comentários da mais variada natureza é tarefa da Filologia", e nesse sentido ela muito colaborou, desde a Antiguidade e passando pelo Renascimento, para a compreensão de estágios pretéritos das línguas e dos povos antigos.

Importantíssima, não se pode negar também, foi a contribuição da tradição filológica ao desenvolvimento da linguística histórico-comparativista, principalmente nos seus primeiros momentos (início do século XIX), quando a Linguística começa a adquirir *status* de ciência autônoma, com métodos, técnicas e objeto delimitados.

Portanto, este não é um trabalho tipicamente filológico, apesar do caráter histórico na abordagem da língua através do trabalho com os textos escritos, visto que não tem aquela finalidade de elucidar os textos ou mesmo explicá-los (e nem são esses textos obras literárias), mas, usá-los como *corpus* (como um meio e não como um fim), ou ainda como fonte de informação sobre uma situação específica (a modalidade escrita e culta) de um estágio da língua portuguesa.

Já para a distinção entre linguística histórica *lato sensu*, linguística histórica *stricto sensu* e linguística diacrônica, tomaremos como referência, o trabalho de Rosa Virgínia Mattos e Silva intitulado "Orientações atuais da linguística histórica brasileira", do qual extraímos o trecho abaixo que resume a questão:

> *Linguística Histórica lato sensu* (...) inclui descrições e interpretações sincrônicas datadas e localizadas, *Linguística Histórica stricto sensu* (...) se concentra na mudança linguística no tempo, levando em consideração fatores intralinguísticos ou estruturais e fatores extralinguísticos ou sócio-históricos e *Linguística Diacrônica*, (...) tratando da mudança no tempo, se concentra no sistema ou na gramática, depreensões teóricas que subjazem às línguas históricas. (SILVA, 1999, p. 4).

Fica claro que a diferença básica entre Linguística Histórica *stricto sensu* e Linguística Diacrônica é o fato de que a primeira, numa perspectiva mais funcionalista, estuda a mudança linguística e suas motivações intra e extralinguísticas; enquanto que a segunda estuda também a mudança linguística, mas numa perspectiva mais formalista, ou seja, sem considerar as pressões sociais, culturais e históricas que agem sobre a língua (sistema).

Já a Linguística Histórica *lato sensu* não trabalha com a mudança linguística, mas com a análise e descrição sincrônica de uma língua num dado período e lugar específico, com base em um *corpus*, geralmente escrito. É, portanto, o caso deste nosso trabalho.

Surge então a questão: existe diferença entre a Linguística Histórica *lato sensu* e a História Social da Linguagem?

A resposta é sim. Apesar de não serem teorias, ambas são áreas da linguística que trabalham com língua/linguagem numa perspectiva histórica, com dados de um lugar e período delimitados, porém elas têm suas peculiaridades das quais tratamos a seguir.

A Linguística Histórica prende-se a uma tradição de estudos que remonta desde o século XIX, com o início dos trabalhos de linguística histórico-comparativa (com Franz Bopp, Jacob Grimm, entre outros), passando pelos neogramáticos e que, atualmente, no Brasil,

apresenta vertentes que trabalham (i) com a elaboração de atlas linguísticos de falares regionais, numa perspectiva da Dialectologia e da Geografia Linguística; ou (ii), numa perspectiva laboviana da sociolinguística variacionista, com a elaboração de projetos como o NURC, voltados para a descrição da norma culta em capitais brasileiras.

Já a História Social da Linguagem filia-se a uma orientação de trabalhos nos modelos metodológicos dos trabalhos de Burke e Porter (1993 e 1997), os quais enfocam um estudo linguístico atrelado a um estudo histórico e sociocultural da comunidade que faz uso da(s) língua(s) ou dialeto(s) em questão.

Nesse sentido, sobressai-se o interesse pelas análises e interpretações do significado social dentro daquilo que é pesquisado numa dada comunidade.

A ideia de significado social vai além da concepção de significado saussuriano (ou significado referencial): ela diz respeito, principalmente, aos valores atribuídos (tabus, preconceitos, etc.) histórica e socioculturalmente por um povo ou grupo de indivíduos a determinados vocábulos, ou expressões, ou a qualquer outro elemento gramatical em oposição a outro(s) num contexto determinado. Para essa distinção, podemos ainda citar as palavras de Blom e Gumperz (1998, p. 40): "os significados referenciais (...) são segmentais, enquanto os significados sociais não o são". Seria o caso, por exemplo, de se estudar, no Brasil contemporâneo, os significados sociais que justificaram a popularização da sigla AIDS em vez de SIDA; ou de investigar quais grupos da nossa sociedade se diz "C A" em vez de câncer, e o valor social que subjaz a essa escolha.

Nesse sentido, um interessante artigo de Roy Porter, intitulado *"Expressando sua enfermidade": a linguagem da doença na Inglaterra georgiana*, dá a exata noção de como "a terminologia médica fornece um bom exemplo das múltiplas funções que a linguagem tem de desempenhar", para usar as mesmas palavras do autor. Nesse artigo ele estuda as

"incrustações de significado em torno dos termos médicos" e a ideia historicamente popularizada de que *nomen est omen.*[61] (BURKE; PORTER, 1993, p. 365-366).

É nesse sentido que damos um enfoque histórico e sociológico ao nosso trabalho de pesquisa em linguística histórica sobre o português brasileiro, observando, por exemplo, se o uso de expressões latinas em cartas escritas, basicamente, em língua vernácula, no Brasil da passagem do século XIX para o século XX, tinha as mesmas motivações dos casos relatados por Burke (BURKE; PORTER, 1993, p. 61) na Itália do século XV ou na Alemanha do século XVII, ou seja, "para dar mais respeitabilidade ao texto".

Enfim, para que compreendamos melhor os fundamentos epistemológicos da História Social da Linguagem que irão fundamentar essa nossa pesquisa, achamos imprescindível atentar para os esclarecimentos de Dell Hymes no posfácio que escreveu para os ensaios de Burke e Porter (1993, p. 431-453): "É na condição de um linguista trabalhando em Antropologia e com a esperança de que a história social venha a ser, cada vez mais, uma parceira na construção de um entendimento geral das linguagens como parte da vida social".

Apesar de longo, preferimos transcrever *ipsis litteris*[62] o parágrafo abaixo do referido posfácio de Dell Hymes (BURKE; PORTER, 1993, p. 435), visto ser ele importante e didático para a compreensão do objeto em História Social da Linguagem:

> Para ilustrar brevemente, se considerarmos um conjunto de termos que serviriam de resposta a uma questão sobre quais são os tipos de parentes que existem, os termos incluiriam "mãe, "pai", "tio", "tia", "filho", "filha" etc. Substituindo um termo, você substituiria um parente. Alguns pares de termos contrastam apenas em relação ao gênero (*e.g.*, mãe:pai etc.). Outros contrastam em termos de geração (*e.g.*, mãe:filha etc.). Outros, ainda, contrastam em termos de linearidade (*e.g.*, mãe:tia). Se considerarmos todos os termos que poderiam responder a essa questão, teríamos uma variedade de termos para o mesmo parente (*e.g.*, "mamãe", "mãezinha", "mãe"). Isso nos levaria a outras dimensões, dimensões de significado social que envolvem posturas e situações. Este segundo aspecto envolveria o fato de

[61] Um nome é um agouro.
[62] *Ipsis litteris* ou *literis*: "Com as mesmas letras", isto é, "nos mesmos termos", "textualmente". O mesmo que *ipsis verbis*, *ad litteram*, *litteratim*, *verbatim*. (RÓNAI, 1980, p. 94).

> que a denominação, referência ou identificação de uma pessoa como a mãe de alguém é apenas uma das coisas que esses termos fazem, o que nos levaria a questionar qual é, de fato, para essas pessoas, o conjunto de coisas que esses termos podem denominar.

Contextualizando, poderíamos dizer que nos interessa, entre outras questões, buscar na linguística, na história e na sociedade as motivações para o fato de um indivíduo preferir, por exemplo, a expressão latina *et orabo ad Dominum* à sua correlata portuguesa "e rogarei ao Senhor", ou por que uns escrevem ora *ad instar*, em latim, ora a forma vernácula "à semelhança", dependendo da situação. Quais são as dimensões de significado social que envolvem um termo ou uma expressão? Quando um padre no século XIX escrevia *fiat voluntas tua*, ele queria dizer exatamente o que se pode dizer com a frase portuguesa: "seja feita a tua vontade"? Ou a forma/fórmula em latim é, para além dos limites linguísticos, mais carregada de significados para uma sociedade ocidental, elitista, cristã e enraizada em tradições latinas?

2.3 Substrato, superstrato e adstrato

A compreensão do que seja o adstrato linguístico, bem como a diferença entre este e substrato e superstrato linguístico é de fundamental aplicação para a compreensão da importância do latim literário (culto) na história social da língua portuguesa, que é diferente do papel exercido pelo latim vulgar na base da formação de nossa língua, bem como de todas as línguas românicas.

Comecemos pela distinção fundamental entre substrato, superstrato e adstrato, usando, para tanto, o percurso do latim até as línguas românicas.

No transcorrer dos séculos, as transformações que o latim vulgar sofreu até chegar às línguas neolatinas modernas deveu-se, em grande parte, à ação de línguas pré-românicas faladas nas regiões conquistadas pelos romanos. Substrato linguístico são, portanto, todas as línguas dos povos vencidos pelos romanos e que modificaram de alguma forma o latim usado numa região.

Na Península Ibérica, o celta foi a língua que representou o mais importante substrato linguístico, responsável por inúmeras modificações fonéticas, morfossintáticas e lexicais no latim usado ali.

Denomina-se de superstrato a língua de um povo dominador que deixa marcas na língua do povo dominado.

Por exemplo, no processo de dialetação da língua latina, principalmente, depois da queda do Império Romano do Ocidente, as invasões germânicas dos godos, francos, lombardos, suevos, entre outros, exerceram influência linguística na Romênia. Esses outros povos passaram a exercer o poder político nas regiões antes dominadas pelos romanos. As línguas dos povos dominadores agora deixam marcas, quase sempre restritas ao léxico, na língua de base românica. Entretanto o prestígio cultural do latim favorece à sua preservação e consequente triunfo sobre a língua do dominador, ou seja, com o passar do tempo a língua germânica é pouco a pouco substituída pela língua de base latina, que permanece agora com marcas linguísticas deixadas pelos superstratos.

Mas sozinha a concepção de superposição que subjaz às noções de substrato e superstrato não explica completamente o contato do latim com as outras línguas. Para Ilari (2000, p. 149), por exemplo, essa concepção "evoca de algum modo a imagem de uma separação no tempo (primeiro os substratos, depois o latim, depois os superstratos) que não é

linguisticamente correta". Mais correta é a compreensão de que essas outras línguas e o latim estiveram por muito tempo em contato, numa situação de bilinguismo, não superpostas, mas interpenetradas, obviamente de maneiras diferentes em cada região da Romênia.

Essa ideia da interpenetração de línguas parece ser a mesma da concepção de adstrato, que é, segundo Câmara Júnior (2001, p. 42), "toda língua que vigora ao lado de outra, num território dado, e que nela interfere como manancial permanente de empréstimos". Mas não é, visto que na ocorrência de substrato e superstrato sempre há o desaparecimento, depois de algum tempo, de uma língua e a sobrevivência de outra.

Já no caso do adstrato, segundo Bassetto (2005, p. 164), "nenhuma das línguas intervenientes desaparece; apenas convivem e se influenciam" ou, complementaríamos, alternam-se em uso dependendo da situação.

Assim o latim culto, que foi preservado principalmente na escrita, é uma espécie de adstrato permanente das línguas românicas, pois, com exceção do romeno, essa convivência do latim literário (ou latim culto) aconteceu desde a formação de todas as outras línguas românicas. Ele estava preservado nas igrejas, escolas e universidades como um acervo linguístico de prestígio e cultura a ser usado em vez da língua materna de um falante a depender da situação.

Assim é que na Europa, como relata Ilari (2000, p. 153), "muitos renascentista escreveram em latim seus trabalhos mais 'sérios'; esperavam com isso alcançar a imortalidade para suas obras". Davam, dessa forma, ao latim uma dignidade maior do que a que davam às suas próprias línguas vernáculas.

2.4 Latim literário: um adstrato permanente

O português coloquial (popular, vernáculo e oral) é herdeiro direto, desde a Antiguidade, do latim vulgar, que se desdobrou na língua popular de base latina falada na Península Ibérica, desde a Alta Idade Média.

Aprendemos a falar com nossos pais, que aprenderam com nossos avós, que aprenderam com nossos bisavós, de modo que, se retrocedêssemos no tempo até a Alta Idade Média, chegaríamos a um soldado romano ou a um celta, ou, mais provavelmente, a algum falante da Península Ibérica que seria uma miscigenação de latinos, gregos, celtas, iberos, suevos, visigodos, alanos e árabes.

Mas ao longo dos séculos – no transcorrer da Idade Média e muito fortemente no Renascimento – os gramáticos e literatos reintroduziram termos do latim clássico (literário) ao português culto (erudito). Eram palavras como argênteo, paupérrimo ou máxime, que não faziam parte do léxico popular diretamente filiado ao latim vulgar e que, por isso, não passaram de pai para filho na tradição oral do português vernáculo. Aqui se entendendo vernáculo como o entendia Labov, citado por Chagas (2002, p. 148): "um tipo de construção que os falantes usam enquanto estão conversando à vontade e sem fazer esforço consciente para falar 'corretamente'".

O povo geralmente desconhece termos como argênteo, paupérrimo e máxime. Eles foram tardiamente introduzidos no português, podemos dizer, forçadamente pela atuação de eruditos e/ou puristas ansiosos por destacar uma manutenção da filiação do português ao latim clássico.

Não queremos dizer que essa convivência de latim com o português popular, com consequente influência, seja algo anormal. Não. Tanto na Península Ibérica como nas outras partes da Europa, o latim literário, clássico ou pós-clássico, sempre conviveu com uma

modalidade de língua falada com a qual mantinha uma relação de influência recíproca. Isso ocorreu na Antiguidade Clássica, entre o *sermo classicus* e o *sermo plebeius*; na Alta e na Baixa Idade Média, entre o baixo latim e os romances em formação; no Renascimento entre o latim clássico (literário) e as línguas neolatinas. Vejamos o que anota, por exemplo, Ilari (2000, p. 62) sobre essa convivência de influência recíproca entre latim e romance na "Renascença Carolíngia" (século IX d.C.):

> A influência do latim literário no romance se fez sentir sobretudo no período da chamada "Renascença Carolíngia", quando por efeito de uma profunda revivescência dos estudos latinos, muitas expressões clássicas passaram do latim literário ao francês, sendo adotadas posteriormente pelas línguas românicas do ocidente. Quanto às interferências do vulgar no latim escrito, elas foram cada vez mais numerosas com o passar do tempo, na pena de escribas que pensavam de fato em vulgar, desconhecendo os modelos clássicos, e dominavam o latim de maneira primária. A "Renascença Carolíngia" teve um papel muito importante em mostrar que esse latim tinha muito pouco a ver com o verdadeiro latim literário, criando condições para que os romances começassem a ser utilizados na escrita.

Dessa forma, queremos dizer que o latim literário (ou eclesiástico) pode ser tido sim como um adstrato permanente da língua portuguesa, não só no período de formação da língua, emprestando formas eruditas e semi-eruditas à língua culta (sendo que alguns dos quais passaram à língua popular) e modelos para a elaboração das primeiras gramáticas portuguesas, mas também no período após o Renascimento indo até o início do século XX, estando a língua portuguesa já formada, quando o latim convivia como segunda opção de língua para expressão do pensamento filosófico, religioso, jurídico, ou científico, principalmente na modalidade escrita.

Consideramos importante ponderar essa convivência do latim literário, junto ao português, ao modo de um adstrato permanente, que, ao longo dos séculos, foi a principal fonte de empréstimos ao nosso idioma, em sua maioria empréstimos lexicais.

O latim ficou preservado em grande parte pela força da escrita. E essa ideia de preservação do latim na escrita como um modelo exemplar aproxima-se da ideia de retorno ao modelo de unidade política que foi o Império Romano. Ideia esta que perpassou toda a Idade Média, desde a Alta Idade Média (por exemplo, com Carlos Magno), passando pela Baixa Idade Média (por exemplo, com o Sacro Império Romano-Germânico) e chegando mesmo até o século XIX, quando, por exemplo, Napoleão Bonaparte julgava-se sucessor de Júlio César, o conquistador romano.

Roma também foi o modelo para as literaturas e línguas das novas nações que foram surgindo na Europa medieval. Não se pode esquecer de que Roma era conhecida como a civilização da escrita: escrevia-se em muros, painéis, papiros, pergaminhos, tabuinhas enceradas, entre outros suportes, e isso contribuiu para que o legado cultural romano chegasse até os nossos dias.

Como era a literatura de outros povos da Antiguidade, tais como os francos, os gauleses e os celtas? Pouco ou nada se sabe, pois eles não deixaram (ou não se conservou) um patrimônio escrito como fizeram os romanos. Da língua gótica (língua dos godos), por exemplo, temos apenas uma tradução da bíblia feita pelo bispo Wulfila (311-383 d.C.), sendo este o melhor documento que chegou aos nossos dias, para vislumbrarmos como eram as línguas faladas pelos povos germânicos antigos.

Nesse momento é importante observarmos quão determinante é a fixação de uma língua pela escrita para o estabelecimento de uma norma padrão (ou literária), fator determinante na diferenciação da importância que tem hoje a língua latina em comparação com as línguas bárbaras.

As palavras de Possebon (2008, p. 2), a respeito da língua gótica, dão uma clara ideia disso:

> O trabalho de tradução de Wulfila deve ter sido considerável, pois ele é o iniciador da língua literária, manipulando uma norma até então usada apenas como veículo de comunicação que agora passa a expressar conceitos filosóficos.

A língua e a cultura dos povos germânicos, por exemplo, não se pode dizer que fossem melhores ou piores que as do povo romano, mas como não ficaram bastante documentadas em escritos, não podemos dizer muito sobre elas. Já os romanos tinham um ditado que dizia *"verba volant, scripta manent"*[63], coisa que literalmente entenderam e puseram em prática.

Um detalhe que não podemos deixar de mencionar é o fato de que se louva o legado cultural e sociopolítico dos romanos, mas geralmente se esquece de que eles construíram seu poderoso Império alicerçado em numerosas matanças e em verdadeiros genocídios.

Caio Júlio César, por exemplo, foi um dos maiores assassinos da história da humanidade. Comandou várias legiões romanas durante anos na Gália, sendo responsável pela morte e escravidão de aproximadamente 1 milhão de pessoas, mas isso pouco é lembrado. Quase todos lembram apenas o grande estrategista, que proferiu a célebre frase *"Alea iacta est"*[64], atravessando o rio Rubicão para enfrentar Pompeu, o Grande, em Roma, ou o ilustre literato da obra *"Commentarii de bello Gallico"*[65], praticamente a única fonte histórica para que saibamos hoje detalhes sobre os gauleses da Antiguidade.

É preciso então que se perceba a importância e a força da escrita: primeiro, na manutenção do patrimônio cultural, literário e linguístico de uma sociedade ou povo (como aconteceu com Roma e o latim); segundo, na instituição de uma norma culta elitista (como aconteceu com as línguas românicas, que adquiriram *status* de línguas nacionais apoiadas

---

[63] As palavras voam, os escritos permanecem.
[64] A sorte está lançada.
[65] Comentários sobre a guerra da Gália.

também em suas produções literárias); terceiro, na determinação de autoridade a certos discursos, muitas vezes com uma consequente deformação da realidade (como é o caso dos textos de Júlio César e da maioria dos textos produzidos pelos vencedores e/ou opressores).

A instituição do português na escrita como língua literária e pronta a quaisquer fins (alguns dos quais antes restritos ao latim) está diretamente ligada à manutenção do legado cultural e literário (histórico) latino, ou seja, a uma constante tentativa de não se afastar muito do latim clássico (na ortografia, no léxico, na fonética, ou na sintaxe), consequentemente a norma culta portuguesa, principalmente a de uso literário, traz um tempero românico clássico que a caracteriza.

Dessa forma, podemos dizer que estudar a história da língua portuguesa não é só estudar a língua (sistema), ao modo estruturalista, e sim estudar todo um complexo de fatores extra e intralinguísticos que coexistiram e ainda coexistem para que tenhamos uma língua (com suas várias normas) como a que temos hoje.

Assim a relação entre *norma culta (literária) do português* e *latim literário* é bastante estreita, visto que, até meados do século XX, o uso de termos e expressões latinas em discursos formais e cultos produzidos em português por indivíduos letrados era muito comum, como atestam, por exemplo, as obras de Machado de Assis ou as cartas do *corpus* desta pesquisa; visto que, mais fortemente, a partir o Renascimento humanista, houve uma padronização da ortografia portuguesa a aproximar-se da latina, como atesta Teyssier (1997, p. 84-85): "o latinismo vai consistir muitas vezes em adotar uma ortografia etimológica para tornar a escrita das palavras mais próxima do latim"; visto que, quanto a fonética, latinismo se sobrepuseram em usos cultos a formas antigas e tradicionalmente portuguesas, tais como nestes exemplos arrolados pelo mesmo Teyssier (1997, p. 85): "*digno* (com *g* pronunciado) impôs-se a *dino*, *ocupar* a *acupar*, *elefante* a *alifante*, *crónica* a *corónica*, *espírito* a *esprito*,

etc."; visto que, até mesmo na sintaxe, houve latinismos em nossa língua, tais como os exemplos retirados da prosa do século XV, outra vez apontados por Teyssier (1997, p. 87):

> D. Duarte, por exemplo, pelo modelo latino, emprega depois do verbo *crer* uma oração infinitiva: "Fé e virtude per a qual o fiel crê aquelo *seer* verdade que nom sente nem entende." Nas subordinadas, o verbo é, com frequência, colocado no final da frase. A imitação da sintaxe latina alimentou o gosto das frases longas, sobrecarregadas de subordinadas, mas deu à língua clássica uma complexidade e uma maleabilidade toda nova.

Atualmente a ocorrência de termos latinos em textos escritos no Brasil é bem menor em comparação com os séculos XIX e XX, como também é menor a preocupação por se manter uma ortografia etimológico-latina, ou por uma fonética e sintaxe alatinadas.

Isso se dá basicamente por conta de a Igreja ter deixado, desde a década de 60 do século XX, de usar o latim nas missas; pela retirada da disciplina de latim dos currículos escolares; e, mais recentemente, pela tendência, no Direito, de se evitar o uso de expressões latinas, como forma de facilitar a compreensão dos seus textos por parte de todos, inclusive do povo simples.

Esses fatores ocorreram quase que concomitantemente com a ascensão do inglês ao *status* de língua universal, em substituição ao latim e ao francês.

Se não vejamos um pouco de como isso se deu.

No Brasil, palavras lexicalmente ligadas ao latim foram, pouco a pouco, caindo em desuso, concorrendo com outras de cunho vernáculo ou com empréstimos de origem inglesa, francesa etc. À medida que o latim foi perdendo o prestígio que ainda guardava até, mais ou menos, meados do século XX, vinha crescendo a importância de outras línguas, como o francês, que já no século XIX ostentava a pompa de língua universal, e o inglês, que, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, despontava como a nova língua universal,

emprestando inúmeras palavras ao léxico português, parecendo tomar das outras línguas a posição de prestígio.

Deixando o latim de ser disciplina obrigatória dos currículos escolares brasileiros, palavras e expressões, antes de uso corriqueiro, aos poucos, passaram à condição de arcaísmos, tais como: *verbi gratia*, *incipit*[66], apropinquar e genuflectir.

A língua francesa emprestou muitas palavras ao português, sobretudo, na *belle époque*, alguns exemplos são: *bibelot*, *toilette*, chique e cocote.

A língua inglesa tem emprestado palavras ao léxico português há muito tempo, porém foi no século XX que as contribuições do inglês tornaram-se mais numerosas. Palavras como *software*, *happy end*, futebol e líder são de grande ocorrência no português falado e escrito no Brasil.

Essas ocorrências de palavras de léxicos estrangeiros em textos escritos no Brasil podem denunciar uma certa abertura, admiração ou submissão do falante brasileiro em relação a essas outras línguas e culturas. Ou também pode ser modismo, necessidade de falar conforme o uso de grupos mais jovens, ou ainda falta de léxico específico para determinadas áreas – e, mesmo nesse último caso, nada justifica falar-se em língua pobre em vocabulário, como defende Alkmim (2005, p. 41). De qualquer forma a explicação para ocorrências em maior ou menor número de empréstimos lexicais na língua portuguesa deve passar necessariamente por uma investigação do contexto social, cultural e linguístico de cada época.

Até meados do século XX o latim existia potencialmente como a segunda língua de muitos falantes cultos do português (e de algum modo até mesmo dos semi-cultos). Isso dava ao português uma espécie de amarra (âncora ou cordão umbilical) que não o deixava desaproximar muito de seu modelo ou língua base. É o que nos faz pensar em um "fazer-se" (na concepção coseriana) modelado (conservador, regido, governado ou administrado).

---

[66] "Começa". Forma verbal que dava início às antigas obras literárias. (SOUZA, 1990, p. 38).

É o caso de se perguntar: será que, na contemporaneidade, quando até mesmo na Igreja e entre religiosos o uso e interesse do latim diminuíram – não sendo mais o latim a segunda língua dos falantes do português – nossa língua segue então uma espécie de curso "evolutivo" mais livre de um modelo conservador, podendo então se distanciar mais ainda do latim clássico?

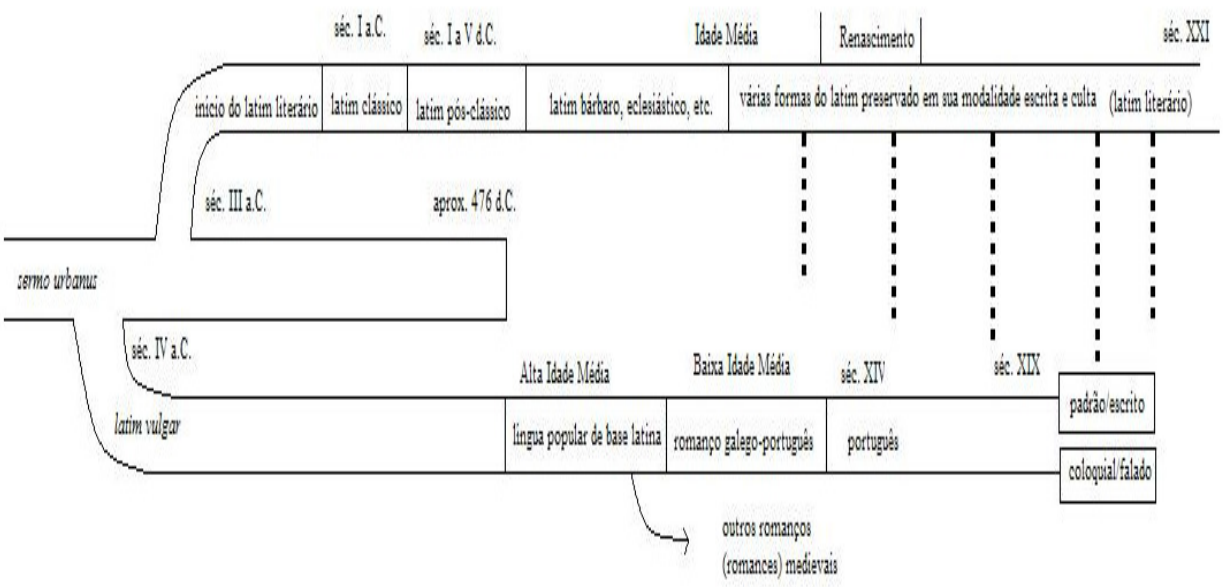
A proximidade dos fatos não nos permite fazer considerações categóricas e os objetivos desse trabalho limitam incursões mais aprofundadas e alongadas, mas nada nos impede de tecermos essas considerações sobre o assunto.

É obvio que, na contemporaneidade, nenhum gramático ou mesmo um popular queira, por exemplo, forçadamente fazer com que a língua portuguesa se pareça mais com o inglês ou com o francês, como já aconteceu com a tentativa de fazê-la se parecer com o latim.

Queremos dizer, entretanto, que o fosso que se abre entre o conhecimento e o uso do latim por parte dos usuários da língua portuguesa do passado em relação aos do presente nos leva a perceber inequivocamente a diminuição da ação do adstrato permanente (tal como o consideramos o latim literário) e nos induz a pensar que hoje a nossa língua segue, tanto na oralidade quanto na escrita, um curso (obviamente com seu inevitável "fazer-se") mais livre de modelos clássicos, tendendo-se a ficar cada vez mais distante do latim.

O gráfico seguinte, de nossa autoria, criado a partir do "cacto deitado" de Basseto (2005, p. 91), ilustra e resume nossa compreensão sobre esse assunto (os pontilhados indicam a ação do adstrato permanente):

Gráfico 2: Cacto deitado estendido: genealogia do português



Para finalizar, queremos acrescentar, a título de comentário do gráfico 2, as seguintes palavras de Vasconcelos (19—, p. 17):

> Muito ao contrário do latim vulgar e do português arcaico, que são línguas perfeitamente regulares, esse latim bárbaro que nunca teve vida e nunca foi falado, é inorgânico; obra artificial dos referidos tabeliães que sendo obrigados a servir-se da língua latina, a ignoravam todavia, cometendo por isso as maiores irregularidades.

Além disso, é importante não esquecer que, na época do latim bárbaro, havia uma grande variedade de formas, em cada lugar havia um latim diferente. Na época do renascimento, as línguas nacionais ascenderam e ocuparam este lugar do latim bárbaro, mas os doutos continuaram a usar o latim (à imitação do clássico, nas obras científicas, literárias, etc.). Os documentos dos cartórios são exemplos do primeiro latim, caótico. Dante, Petrarca são autores representantes do segundo caso, com um latim perfeito gramaticalmente, mas artificial.

CAPÍTULO 3

O CONTEXTO HISTÓRICO, SOCIOCULTURAL E EDUCACIONAL CARIRIENSE DA PASSAGEM DO SÉCULO XIX AO SÉCULO XX

"A fim de interpretar o que ouve, o investigador deve possuir algum conhecimento prévio da cultura local e dos processos que geram o significado social." (BLOM e GUMPERZ, 1998, p. 56).

"Se os antropólogos sociais e sociólogos podem estudar a linguagem de maneira proveitosa a fim de investigar a sociedade, a linguística também pode empregar informações sociais para explicar a linguagem." (GARRIOCH, 1997, p. 138).

Foto 1: Estação ferroviária do Crato na década de 1930.

3.1 Aspectos geográficos do Cariri cearense

O Cariri cearense é uma região localizada ao sul do Estado do Ceará, onde fica a maior parte da Chapada do Araripe, importante região geográfica considerada um oásis no sertão, pela sua fauna e flora, clima, nascentes de rios, minérios e sítios arqueológicos.

É nessa região onde está localizada a Floresta Nacional do Araripe, área de preservação ambiental em meio à predominante caatinga das circunvizinhanças.

Mapa 9: Localização geográfica do Cariri cearense

A delimitação do Cariri não é totalmente isenta de equívocos. Então comecemos com uma explanação preliminar.

Existe um Cariri no Sertão da Paraíba e outro no Ceará. O Cariri paraibano era denominado Cariris Velhos e o Cariri Cearense era denominado de Cariris Novos, denominações que, segundo Schröder (2008, p. 2), "referem-se às sequências históricas na colonização do Sertão".

A atual denominação de Cariri cearense, ainda não é totalmente precisa e, portanto, subdivide-se em 1) Cariri Central, formado pelas cidades de Crato, Juazeiro do Norte, Barbalha, Missão Velha e Jardim; 2) Cariri Ocidental, formado pelas cidades de Altaneira, Farias Brito, Nova Olinda, Santana do Cariri e Várzea Alegre; 3) Cariri Oriental,

formado pelas cidades de Abaiara, Aurora, Barro, Brejo Santo, Caririaçu, Grangeiro, Jati, Mauriti, Milagres, Penaforte e Porteiras. Sendo que para o IBGE a zona definida como Cariri corresponde às cidades de Abaiara, Altaneira, Aurora, Barbalha, Barro, Brejo Santo, Caririaçu, Crato, Farias Brito, Grangeiro, Jardim, Jati, Juazeiro do Norte, Mauriti, Milagres, Missão Velha, Nova Olinda, Penaforte, Porteiras, Santana do Cariri e Várzea Alegre.

Além disso, ainda segundo Schröder (2008, p. 2):

> "Ideias regionalistas também são responsáveis pela extensão do conceito da região para além dos limites estaduais. As intensas relações históricas, econômicas e culturais com Pernambuco deixam muitas pessoas falar de um *Cariri Cearense* e um *Cariri Pernambucano*, como se a Chapada do Araripe representasse o centro geográfico da região, a qual engloba os municípios ao redor da Chapada.

Neste trabalho, tratamos o Cariri cearense no âmbito da concepção vigente na época em que as cartas foram escritas (e ainda vigente para muitos caririenses), ou seja, basicamente o triângulo Crajubar (Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha), acrescido das cidades mais próximas Missão Velha, Jardim, Brejo Santo, Milagres, Porteiras e Santana do Cariri.

3.2 Resumo da história do Cariri: das origens até meados do século XX

São poucos os documentos e dados que possam ajudar a uma investigação científica sobre o passado pré-cabraliano das civilizações que habitavam o sul do atual Ceará.

O que é sabido, como já relatava o historiador caririense João Brígido (BRÍGIDO, [1888], 2007, p. 4) em meados do século XIX, é que, por causa do clima temperado, da abundância de frutos e de água potável, vivia aqui, antes da chegada dos portugueses, uma tribo indígena denominada Cariris. Era uma tribo belicosa que estava em constantes

confrontos com as tribos dos Cariús, Calabaças e Inhamuns, que habitavam respectivamente o norte do Araripe, as margens do rio Salgado e os sertões dos Inhamuns.

A conclusão a que chega o mesmo João Brígido (BRÍGIDO, [1888], 2007, p. 22), após ter entrevistado velhos moradores do Cariri (alguns octogenários de boa memória), na segunda metade do século XIX, e comparando seus relatos tradicionais aos documentos datados em decretos e inventários, é, em transcrição *ipsis litteris*, a seguinte: "Podemos estar em erro; mas, seja como fôr, 1590 é muito cedo para o descobrimento do Cariri, 1706 é demasiado tarde. Este acontecimento teve lugar em um época intermedia".

A data mais provável é algo entre 1660 e 1680, quando mamelucos vindos da Bahia, partindo do rio São Francisco e subindo o curso dos seus afluentes, chegaram à Chapada do Araripe; mesma época em que subindo o curso do rio Jaguaribe, criadores de gado, oriundos do litoral de Pernambuco e da Paraíba, estabelecidos na vila de Icó (já decretada vila desde 1725, portanto habitada desde muito antes), tomaram o rumo ascendente do seu afluente, o rio Salgado, até chegar às terras úmidas do vale dos índios Cariris, com os quais travaram batalhas e impuseram a fé católica através de padres missionários, como já havia acontecido com os silvícolas do litoral. (BRÍGIDO, Op. Cit.). Remonta a essa época o nome de algumas cidades e distritos (antes vilas) da região, tais como Missão Velha, Missão Nova e Missão do Miranda (antigo nome da cidade do Crato).

Passemos agora a um resumo dos fatos e datas mais relevantes na história das cidades centrais do Cariri cearense, com base em informações colhidas principalmente junto ao *site* da biblioteca do IBGE (BRASIL, 2008).

3.2.1 Missão Velha

Missão Velha muito provavelmente é a mais antiga povoação estabelecida pelos brancos na região do Cariri. Seu nome provém de uma "missão", a de São José, estabelecida pelos jesuítas nas terras que seriam depois o município de Missão Velha.

Por volta de 1707, um baiano de nome João Correia Arnaud, descendente do famoso Caramuru, estabeleceu-se aí com mulher e filhos, parentes e escravos, para dar início à colonização da região.

Por ato provincial de 18 de março de 1748, foi criado o Distrito com a denominação de Missão Velha. Em 3 de maio de 1760, foi autorizada a ereção da Matriz de São José, no sítio da antiga capela do aldeamento indígena. Em 8 de novembro de 1864, por lei provincial n° 1120, foi elevado à categoria de vila, desmembrando-se do município de Barbalha a que então pertencia, mantendo-se o mesmo nome de Missão Velha. E, por fim, elevado à condição de cidade, pelo decreto n° 262, de 28 de julho de 1931.

3.2.2 Crato

Ainda no século XVII, exploradores que subiam o curso do rio Salgado, passaram a cachoeira dos Cariris, onde já existia o aldeamento que mais tarde se chamaria Missão Velha, chegando, léguas à cima, até o rio Itaitera – nome indígena que ficou conhecido como significando "água que corre entre pedras" –, em cujas margens instalaram o maior e mais importante núcleo dos indígenas na região.

Este aldeamento, fundado por frei Carlos Maria de Ferrara, denominou-se, a princípio, Missão do Miranda, provavelmente em homenagem a um dos chefes da tribo que foi batizado com o nome de Miranda.

A Missão do Miranda era administrada pelos frades da Ordem dos Capuchinhos e, por conta da boa fertilidade do solo, da abundância de água que brotava do sopé da Chapada do Araripe e do consequente desenvolvimento da agricultura, o antigo aldeamento logo se transformou em um povoado promissor.

Em março de 1762, ainda na aldeia do Miranda, foi criada a Paróquia de Nossa Senhora da Penha. Em 17 de agosto de 1763, é elevada à condição de vila, que passou a se denominar Crato, sendo então a 7ª. vila do Ceará. A origem do nome Crato é, provavelmente, uma homenagem a um vilarejo português do Alentejo que tinha essa denominação.

Passa a distrito, pela provisão de 06 de janeiro de 1768 e ato de 18 de março de 1842. Até que em 17 de outubro de 1853, é elevado à condição de cidade, pela lei provincial n° 628.

No século XIX, o Crato foi palco de importantes acontecimentos históricos do Ceará, tais como a adesão ao movimento libertador de Pernambuco em 1817, em que Bárbara de Alencar, rica e influente fazendeira cratense, juntamente com seu filho José Martiniano, encabeçou a população e proclamaram aí a República, que teve duração apenas de 8 dias.

Bárbara de Alencar era mãe de José Martiniano de Alencar, que nasceu no Crato e foi Presidente da Câmara dos Deputados e Governador do Ceará por duas vezes, o qual, por sua vez, tinha como filho mais ilustre o romancista José de Alencar.

Foi ainda no Crato que nasceu o famoso Padre Cícero Romão Batista que, no final do mesmo século XIX, seria protagonista de um dos mais tumultuados fenômenos religiosos do Brasil: o milagre da hóstia que virava sangue na boca da beata Maria de Araújo, cujo desenrolar deu início às romarias ao Juazeiro e à crescente fama do Padre Cícero.

3.2.3 Juazeiro do Norte

No ano de 1827, numa localidade denominada Tabuleiro Grande, o padre Pedro Ribeiro de Carvalho ergueu uma pequena capela, bem em frente a um frondoso pé de juazeiro, próximo à estrada que ligava Crato a Missão Velha, na margem direita do rio Batateira.

O povoado de "Joaseiro", como era conhecido e grafado na época, não teve grande desenvolvimento a princípio. Subordinado ao Crato, passou a distrito com a denominação de Núcleo de Juazeiro, pelo ato de 30 de julho de 1858.

Em 1872, chega, nesse lugar, o Padre Cícero Romão Batista, que, anos depois passou a ser a figura mais importante da localidade e também da região do Cariri, por conta da avultada repercussão que teve "o milagre da hóstia", fazendo chegar ao Juazeiro levas e mais levas de peregrinos, ávidos por conhecer o padre milagreiro.

Juazeiro tem então um crescimento populacional considerável e uma crescente importância econômica para a região.

Isso também contribuiu para que, em 02 de julho de 1911, pela lei estadual n° 1028, Juazeiro fosse elevado à categoria de vila, sendo assim desmembrado do Crato. Até que em 23 de julho de 1914, pela lei estadual n° 1178, a vila é elevada à condição de cidade, tendo como seu primeiro prefeito o ilustre padre Cícero.

3.2.4 Barbalha

Uma das três cidades mais importantes do Cariri central (juntamente com Crato e Juazeiro formam o triângulo Crajubar), Barbalha nasceu em terrenos particulares do Capitão Francisco Magalhães Barreto Sá, descendente de Mem de Sá, 3° Governador-Geral do Brasil.

Ao redor da primeira capela construída naquela localidade, em 1790, foram surgindo as primeiras casas que, posteriormente, constituíram um pequeno arraial, elevado à condição de distrito pela Lei Provincial n° 130, de 30 de agosto de 1838, subordinado ao Crato.

Barbalha, desde cedo, mostrou-se próspera economicamente, principalmente, pelo cultivo da cana-de-açúcar, que tomou conta dos grandes brejos e vazantes às margens dos seus rios, onde foram construídos belos e ricos casarões que ainda hoje se conservam como patrimônio histórico e cultural.

Pela lei provincial n° 374, de 30 de agosto de 1846, Barbalha é elevada à condição de vila, desmembrando-se do Crato. E pela lei provincial n° 1740, de 30 de agosto de 1876, Barbalha é elevada à condição de cidade.

3.2.5 Jardim

Terras férteis, abundância de água e clima ameno são características da localidade onde há indícios também da presença dos índios cariris. Tais características também atraíram descendentes de portugueses que, no final do século XVIII, começaram a se estabelecer na região, muitos fugindo das secas que assolavam a Bahia e outras regiões vizinhas.

Essa é a origem do povoado a princípio chamado de Barra do Jardim, devido a um rio homônimo lá existente, denominação depois modificada, em 1814, para Santo Antônio do Jardim, quando é elevado a distrito pertencente ao Crato.

Em 30 de agosto de 1814 é elevado à condição de vila, por alvará régio, desmembrando-se do Crato. E em 03 de setembro de 1879, pela lei provincial n° 1829, é elevado à condição de cidade com a denominação de Jardim.

Fazem parte da história de Jardim acontecimentos relacionados às Revoluções Pernambucanas de 1817 e 1824 e também o movimento pela volta de D. Pedro I ao trono do Brasil.

3.3 O Padre Cícero e a sociedade caririense: aspectos socioculturais

O padre Cícero Romão Batista nasceu no Crato, em 24 de março de 1844, e, em 20 de julho de 1934, com 90 anos de idade, falece em Juazeiro do Norte.

Segundo consta em seu *site* oficial (http://www.padrecicero.com.br/portug.htm):

> Aos 16 anos de idade matriculou-se no colégio do renomado Padre Rolim, em Cajazeiras, Paraíba, em 1.860, onde ficou menos de dois anos, pois, com a morte inesperada do pai, vítima de cólera, em 1.862, teve que interromper os estudos e voltar para casa, a fim de cuidar da família – a mãe e duas irmãs. A crise financeira decorrente da morte do pai, transtornou a todos e só aos 21 anos de idade, com a ajuda do seu padrinho de crisma, Coronel Antônio Luiz Alves Pequeno, Cícero ingressou no Seminário de Fortaleza, em 1.865. Cinco anos depois foi ordenado sacerdote. Em janeiro de 1.871 retornou a Crato, onde ficou aguardando nomeação para prestar serviço em alguma paróquia.

Em 11 de abril de 1872, chegou ao "Joaseiro" – na época um Distrito pertencente ao Município do Crato –, como sucessor do padre Pedro Ferreira de Melo, quando esse mesmo distrito contava com apenas 12 casas de tijolos e 20 de taipa e palha.

Depois de mais de uma década e meia dedicada aos deveres religiosos e vivendo em relativo anonimato, em 6 de março de 1889, o padre Cícero, numa cerimônia religiosa, ao dar a hóstia à beata Maria de Araújo, testemunha um fenômeno, que se repetiu por vários vezes e durante anos: a hóstia se transformava, na boca da beata, em sangue, que diziam ser de Cristo.

As notícias do "milagre" se espalharam por todo o Nordeste brasileiro, o que provocou a reprovação da Igreja, que suspendeu as Ordens do padre Cícero, mas que deram início a um dos maiores "fenômenos" socioculturais do Brasil: as romarias a Juazeiro e o rápido crescimento populacional do lugar.

Em meio a toda a confusão gerada pelos acontecimentos relativos ao "milagre", o Padre Cícero teve que se afastar por alguns meses de Juazeiro, inclusive tendo que ir a Roma, como vemos outra vez no seu *site* oficial (http://www.padrecicero.com.br/portug.htm):

> Foi a Roma, por convocação superior, lá permanecendo quase nove meses. Lá reconquistou o direito de celebrar missa e, regressando a Juazeiro, estava convicto de que seria reabilitado pela Igreja. Por fim, novas sanções lhe foram impostas, sendo definitivamente suspenso de ordem.

O trecho abaixo transcrito a partir de manuscritos por Antenor de Andrade e Silva (SILVA, 1982, p. 79-81) são partes de uma carta escrita pelo próprio Padre Cícero e destinada à amiga Sra. Dona Jeronima, datada de 8 de janeiro de 1896, e dá uma ideia do sofrimento por que ele passava.

> Exma. Sra. D. Jeronima
> Há muito que já lhe devia ter escripto porém tenho passado por tanta coisa, tantas angústias que nem podia responder-lhe o que me perguntava – o que devia dizer quando lhe perguntaram a respeito dos factos do Jaseiro. (...) O nosso Bispo espantou-se do bem que os factos do Joaseiro produziram que foi uma fonte de salvação tão grande que foi como um chamado do Céu; e o povo em massa, gente de todas as classes, sacerdotes, homens de letra, ignorantes e sábios, militares, ímpios de todas as classes, maçons e grandes pecadores os mais horrorosos, mulheres de má vida, tudo se movia em ordem a procurar o Céo, todos afirmavam: foi uma voz de Deus chamando a todos por sua Misericórdia se consertando Freguesias inteiras, renascia a vida da Fé por toda parte.
> (...) Os acontecimentos das hóstias sacramentais em sangue reproduzidos aos olhos de todos, examinados até a saciedade, porque assim tinha mandado o nosso Bispo, que si o facto tornasse a reproduzir-se que se fizesse testemunhado por gente de todas as classes e a pobre Maria de Araújo que por sua humildade antes queria a morte mais pesada do que se saber o que se passava com ella. (...) Todos viram com os próprios olhos, examinaram, médicos, padres, bacharéis, gente de toda ordem, ímpios e sem ser ímpios e como o facto se reproduziu por muito tempo e foi dado a todos a liberdade de exame, foram muitos milheiros de testemunhas, e era um facto tão grande, tão provado que ninguém se atrevia a por uma dúvida. (...) Pouco mais tocou a minha vez porque me suspendia do uso das minhas ordens a excepção de celebrar missa, exigindo que nem na hora da morte eu, o único sacerdote do lugar confessasse os moribundos.

A sociedade cratense de então, que se orgulhava de sua cultura, de sua relevância política, de seus filhos ilustres, de sua intelectualidade e da sua tradição educacional, se assustou com o rápido crescimento do Juazeiro. Havia ainda o agravante de que agora o antigo Distrito tinha grande parte de sua população constituída de romeiros que decidiram se fixar na cidade para ficarem mais próximos do Padre. E estes eram, em sua maioria, pessoas simples, rudes, analfabetas ou pouco instruídas e às vezes tachadas de desordeiras e até de horda de bandidos. Tudo isso significava uma ameaça à ordem e à normal tranquilidade para a sociedade de que tanto o Crato se vangloriava.

Foto 2: Família da alta sociedade cratense, final do séc. XIX

Pouco a pouco, de um pequeno povoado inexpressivo, Juazeiro passava à condição de cidade relevante no cenário político e econômico cearense, apesar da "vulgaridade" – segundo alguns intelectuais caririenses – do acontecimento que foi o estopim de todo esse crescimento: o "milagre" da hóstia, seguido da consequente falta de famílias tradicionais como havia no Crato, apesar da pouca intelectualidade dos juazeirenses, entre outros motivos que muitos cratenses apontavam na época.

No início da segunda década do século XX, a rivalidade entre Crato e Juazeiro culmina naquela que ficou conhecida como Revolução de 1913-1914. Queiroz (2008, p. 160) resume assim esse período:

Com a hostilidade de Franco Rabelo ao Juazeiro, em função da aproximação do Padre, através de Floro Bartolomeu, do ex-governador Accioly, a cidade é sitiada com o apoio do Crato. Nesse período houve muita pressão e o próprio povo participou da resistência.

Foto 3: Jagunços de Juazeiro da época da Revolução de 1913-1914

Franco Rabelo era então governador do Ceará, tendo governado no período que vai de 14 de julho de 1912 a 14 de março de 1914. Accioly foi governador do Ceará, no período que vai de 12 de julho de 1904 a 24 de janeiro de 1912, e era um rival político de Franco Rabelo. Floro Bartolomeu era um médico baiano que se transferiu para o Juazeiro, tornando-se conselheiro do Padre Cícero e figura influente no cenário social e político da região.

O Padre Cícero, influenciado, entre outros, por Floro Bartolomeu, envolveu-se na política municipal, estadual e federal. Foi prefeito de Juazeiro, vice-presidente do Ceará e deputado federal.

Foto 4: Floro Bartolomeu e Padre Cícero

Desde esta época acentuaram-se as diferenças entre Crato e Juazeiro, ora de forma mais acirrada, ora mais velada. O Crato ficaria conhecido pela sua cultura, intelectualidade e escolas; o Juazeiro, pelas romarias, pela indústria e comércio.

3.4 Aspectos educacionais do Cariri cearense

Sabemos que, desde o século XVIII, filhos de ricos fazendeiros e pecuaristas do Cariri já estudavam nas escolas, seminários e faculdades de Recife, Fortaleza ou em outros importantes centros urbanos.

Já no Cariri, a tradição educacional começa com o padre Ibiapina, que, ainda na década de 1860, disseminou, no Crato, Barbalha, Milagres e em Missão Velha, as famosas Casas de Caridade, as quais serviam ao mesmo tempo, segundo Della Cava (1976, p. 34) de:

> escolas para as filhas dos fazendeiros e comerciantes ricos, de orfanato para as crianças das classes mais pobres, de centro para a manufatura de tecidos baratos e, consoante a própria ambição de Ibiapina, de convento para a sua congregação de freiras.

Antes disso, não existia, na região, nenhum prédio escolar construído pelo governo, "lecionando os professores nas salas das suas residências, ou em casas por eles alugadas", segundo Pinheiro (1950, p. 170), apesar de a nossa primeira Constituição (de 1824) explicitar, como lembra Silva (2004, p. 39): "a boa intenção de tornar o ensino universal e obrigatório no Brasil".

Dessa forma, sendo insuficientes as escolas mantidas pelo governo, surgiam professores particulares que lecionavam em suas casas.

Mas o governo estadual dava prioridade a algumas disciplinas, no caso do latim, talvez por estar atrelado também à educação religiosa, como percebemos nas palavras do mesmo Pinheiro (1950, p. 171): "havia, ainda, em alguns municípios, escolas de latim, pagas pelo governo. Na era de 60, no século XIX, foi professor dessa disciplina, no Crato, o Padre João Marrocos Teles".

Entretanto, o Crato dá um grande passo no sentido de se tornar o centro de referência em educação para o Cariri e regiões próximas a partir da criação do Seminário de São José, o qual começou a ser construído em 1874. As palavras de Pinheiro (1950, p. 166) ilustram a importância do Seminário:

> De sua formação até agora, prestou o Seminário inestimáveis serviços. Às vezes funcionou como colégio, sempre sob a direção de sacerdotes. Durante longos anos foi ele, nos largos sertões do nordeste, uma ilha, a única, em que se instruía a juventude sertaneja de cinco Estados brasileiros: Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba e Piauí. Poderíamos acrescentar a Baía.

Na Europa medieval, ou mais precisamente na Península Ibérica, conforme se percebe nas palavras de Neto (1986, p. 352), era assim: "o mosteiro era também escola. À sua roda enxameavam os meninos, uns, oferecidos pelos pais para consagrar-se à vida religiosa; outros apenas para aprender". Aqui no Cariri dos séculos XIX e XX ainda acontecia a mesma prática, ou seja, ao Seminário não se destinavam apenas os interessados na vida religiosa, mas também os filhos da elite social que visavam uma educação de qualidade.

Obviamente, leigos e seminaristas recebiam a mesma educação, portanto o ensino de latim não se restringia aos religiosos. Pinheiro (1950, p. 167) registra esse aspecto da educação no Seminário:

> Estudavam-se, ali, muito bem as línguas portuguesa, francesa e latina. No ensino do latim, nas aulas, estabeleciam-se nessa língua pequenos diálogos entre o professor, o Padre Miguel Coelho de Sá Barreto, de mui saudosa memória, e os alunos, nos quais diálogos tinham estes de aplicar as regras da gramática.

Outras escolas e colégios surgiram, no Crato, depois do Seminário de São José, alguns de existência efêmera. Abaixo estão relacionados alguns deles, segundo Pinheiro (1950, p. 171):

> Os colégios São Tomaz de Aquino, do professor Peixoto, os de José Marrocos, de Edilson Sucupira, o Colégio Leão XIII, fundado pelo Dr. Manuel Soriano de Albuquerque, que depois foi lente da Faculdade de Direito do Ceará, o Ginásio Cratense, dirigido por Antenor Madeira e José Esmeraldo, o Colégio de S. José, instituído pelo padre Joaquim Ferreira de Melo, que faleceu Bispo de Pelotas, no Rio Grande do Sul, em setembro de 1940, o Colégio Diocesano, criado pelo benemérito primeiro bispo do Crato, D. Quintino Rodrigues de Oliveira e Silva, etc.

Os de maior duração e que existem ainda hoje são o Seminário de São José, o Colégio Diocesano (antigo Ginásio do Crato) e o colégio de Santa Teresa, este último, a princípio, destinado à educação de meninas e moças.

Com relação ao ensino escolar em Barbalha, recorremos a Queiroz (2008, p. 187) que registra:

> A educação em Barbalha não teve a mesma expansão que no Crato. Sua história educacional tem como marco a fundação do Colégio Leão XII, em 1903, pelo juiz de Comarca Manoel Soriano de Albuquerque. A referida instituição tinha um padrão igual aos dos estabelecimentos de ensino de grandes cidades da época, para garantir a formação dos filhos dos grandes latifundiários.

Até mais ou menos o ano de 1944, os jovens de Barbalha tinham, portanto, pouca opção para fazer um curso secundário em sua cidade, tendo que se deslocar a outras cidades do Ceará e Estados vizinhos, quando, então, são criados outros dois importantes colégio na cidade, desta vez por intermédio da Igreja. São eles, segundo Queiroz (*Idem*, p. 185): "o Colégio Santo Antonio e o Ginásio e Escola Normal Nossa Senhora de Fátima, um dirigido pelos Padres da Sociedade do Divino Salvador e o outro pelas irmãs da Ordem de São Bento."

Em Juazeiro (então vila de Joaseiro), antes da chegada do Padre Cícero, a primeira escola régia data de 1865, instalada pelo 3° capelão, padre Antônio Almeida.

Na época do Padre Cícero, em 1890, é fundada a segunda escola, agora reservada às meninas, sob a regência da professora Ana Joaquina de São José (D. Naninha).

Depois vão surgindo mais e mais escolas pelos esforços do Padre Cícero, tais como quatro escolas particulares ainda na década de 1890.

Nas escolas de Juazeiro havia, como era comum na época, um atrelamento da educação à religião e, nesse entremeio, estava a preocupação com o ensino do latim que, além

de ser importante para que fossem acompanhados os rituais da Igreja, era um importante veículo para a formação cultural dos indivíduos.

Nesse sentido, podemos citar o trabalho do amigo do Padre Cícero, o professor José Joaquim Tele Marrocos que, em 1908, mudou-se do Crato para o Juazeiro, aí fundando o Colégio São José e uma escola de música. As palavras de Queiroz (2008, p. 194) dão uma ideia do trabalho ali realizado: "nessa escola o professor Marrocos ia além do ensinar a ler e escrever. Lá, era ensinado gramática portuguesa, aritmética, rudimentos de francês e latim".

Muitas outras escolas foram surgindo no início do século XX, tanto escolas particulares, muitas delas mantidas pelo Padre Cícero, como também escolas públicas iam sendo abertas para educar a crescente população juazeirense que ia demonstrando interesses pela educação livresca e cultura letrada, como se vê em Borges (2004), entre outras características diferentes daquelas que lhe eram imputadas na região: fanáticos religiosos, jagunços incultos, etc.

CAPÍTULO 4

UMA PÁGINA DA HISTÓRIA SOCIAL DO PORTUGUÊS: OS USOS DO LATIM EM CARTAS DO CARIRI CEARENSE

> *"... no fundo o meu amigo tem razão: não custa nada, não é demais meter um latinório para cima desse povinho todo; se a gente não faz isso, passa por ignorante e eles só respeitam quem mostra que sabe mais." Josué Guimarães (apud* RÓNAI, 1980, p.7).

Aqui fica o cerne da pesquisa, que consiste em apresentar uma "página" da história social do português brasileiro, focalizando os usos do latim em cartas escritas no Cariri cearense e no período sincrônico delimitado: da segunda metade do século XIX à primeira metade do século XX.

Para tanto, a partir dos dados extraídos do *corpus* e, obviamente, apoiados no arcabouço teórico que fundamenta esta pesquisa, bem como em informações históricas e sociais referentes aos indivíduos, ao lugar e à época, caracterizamos o latim usado nas cartas; analisamos os condicionantes históricos e sociais dos usos do latim nas cartas; e interpretamos as dimensões de significado social que envolvem os usos de termos latinos ou portugueses.

Isso basicamente corresponde às quatro partes deste capítulo, que, a partir de valiosos documentos históricos e linguísticos ao mesmo tempo – as cartas –, não quer perder de vista a lição de Garrioch (1997, p. 138), quando diz:

> Pelo fato de o comportamento linguístico exercer um papel fundamental na interação social, a evidência documental, quando existe, é uma valiosa fonte de informações a respeito das relações sociais. Da mesma forma que qualquer comportamento, o linguístico se adapta às normas que refletem a condição social dos envolvidos.

Então, intentemos tal tarefa, que é meio de historiador e meio de sociolinguista.

4.1 O mapa do *corpus*

O *corpus* desta pesquisa é constituído de 55 cartas, as quais se encontram divididas em quatro blocos, cada bloco correspondendo a uma fonte diferente. Cada fonte encontra-se identificada no início de cada bloco. Abreviamos f1 para fonte primária e f2 para fonte secundária.

Sob a denominação de cartas estão incluídas, além da carta pessoal, o abaixo-assinado, o telegrama, a pública-forma, que é, segundo Ferreira (1986, p. 1414), a "cópia integral, exata e certificada, de um documento, feita por um tabelião, e que pode substituir esse documento na maioria dos casos", bem como as cópias de diversas correspondências arquivadas em cadernos de acervos individuais.

O período sincrônico estabelecido pelas datas limites das cartas são 09 de março de 1865 (carta 21) e 5 de setembro de 1932 (carta 48). Trata-se, portanto, de uma amostra de registro de 67 anos de correspondências produzidas no Cariri cearense, mas que, para uma abordagem na perspectiva da história social da linguagem, dizem respeito a períodos que se estendem anterior e posteriormente às datas limítrofes. Registramos, de modo simplificado, a sincronia em que nos situamos para esta pesquisa como: a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX.

Consideramos importante aqui registrarmos que algumas poucas cartas não foram escritas exatamente no Cariri cearense, mas foram escritas por caririenses que estavam de passagem por uma outra região quando escreveram a carta, *e. g.*, a carta 23, escrita em Iguatu.

Algumas cartas do *corpus* não têm ocorrências de usos do latim – as quais identificaremos doravante com a abreviatura S.O. (sem ocorrência) –, mas isso não as diminui em importância para esta pesquisa, visto que são necessárias para que tenhamos referenciais,

ao lado das que trazem ocorrência de usos do latim, para analisar o que favorece esses usos ou não usos do latim em determinadas cartas por determinados escritores.

As ocorrências de usos do latim nas cartas podem ser: simples abreviações de termos latinos; saudações iniciais e/ou desfechos com formas padronizadas em latim; uma ou mais palavras latinas, provérbios ou expressões e frases latinas cristalizadas (muitas delas retiradas da *Vulgata Latina*) no corpo do texto; discurso original em latim (desde pequenos trechos a uma carta completamente escrita em latim).

Das 55 cartas totais do *corpus*, 35 delas trazem ocorrências de usos do latim (64% do total) e as outras 20 não têm ocorrência de latim (36% do total)[67].

As cartas do *corpus* estão aqui relacionadas e resumidas da forma como descrita a seguir:

Cada carta recebeu um número que vai de 1 a 55. Por esse número doravante identificaremos as cartas nas análises posteriores; exemplo: carta 37.

Cada uma recebeu uma referência entre colchetes, que serve para a localização da carta na fonte (por exemplo: carta [35, 05]), acompanhada de uma nota explicativa no rodapé.

Cada carta traz o local e a data em que foi escrita, sendo mantida a grafia do local como no original e a seguinte padronização da data: dia do mês com dois dígitos, o nome do mês por extenso e o ano com quatro dígitos (exemplo: 07 de agosto de 1895). Quando o original não traz a identificação do local e/ou a data, registramos, respectivamente, sem local e sem data.

Cada carta foi classificada, pelo exame do(s) assunto(s) tratado(s), quanto ao tema em: religioso, prosaico ou meio-termo entre o religioso e o prosaico.

Cada carta traz o nome do autor, autora ou autores, neste último caso quando se trata de abaixo-assinado, tendo logo em seguida as informações acerca dos seus papéis

[67] Três cartas, para não dizer que nada trazem de latim, apresentam a abreviatura *P.S.* (post scriptum), mas foram incluídas nesse rol das sem ocorrências de latim.

sociais, a partir do que é possível vislumbrar pelas informações contidas na carta ou através de dados notórios (exemplo: alto nível de escolaridade, *status* social privilegiado, religioso). Quando se trata de pública-forma, nos casos possíveis, procuramos identificar o tabelião que a escreveu, bem como o nome do solicitante, exemplo, carta 15: Autor: José Moreira Tavares (tabelião), pública-forma solicitada pelo Cel. Basílio Gomes.

Cada carta traz a identificação do destinatário (destinatária) da carta. Algumas cartas não trazem explícito o nome do destinatário, mas apenas um vocativo com a forma de tratamento adequada, por exemplo: carta 13, Exmo Senr. Bispo. Nesses casos, transcrevemos o vocativo literalmente como no original. Em alguns casos, colocamos entre parênteses o parentesco ou outra informação sobre o destinatário(a). Também, sobre os destinatários, apresentamos as informações acerca dos seus papéis sociais, da mesma forma como procedemos com os autores.

Cada carta traz uma classificação quanto ao nível de registro da carta em: formal, informal ou semi-formal. Classificação essa que levou em conta os seguintes critérios:

O nível de registro formal corresponde a uma linguagem mais cuidada, com atenção às prescrições da gramática padrão. A linguagem revela ainda um trato cerimonioso denotado pelos pronomes de tratamento; um léxico culto; e predominância de ênclises formais e próclises previstas na língua padrão.

O nível de registro semi-formal se refere a um grau de formalidade intermediário entre o mais formal e o menos formal. Nele a linguagem apresenta-se como não cerimoniosa, com o uso do pronome de tratamento *você*; um léxico variando do culto ao comum; e predominância de ênclises formais e próclises não previstas na língua padrão.

O nível de registro informal se refere à linguagem mais espontânea, *i.e.*, à maneira que mais se aproxima da oralidade, com ocorrência de dêiticos (que só o contexto familiar ou

íntimo reconhece), léxico regional ou popular, sintaxe simplificada e tratamento não cerimonioso.

Cada carta traz uma parte reservada a observações, onde podem aparecer informações sobre o que há de latim na carta, tais como: início e desfecho em latim; S.O., etc.

Por fim, cada carta possui uma parte reservada às transcrições dos trechos em que ocorrem usos de latim. Essas transcrições são *ipsis litteris* conforme o original, ou seja, não ocorrem correções. Os trechos em latim estão destacados em itálico e traduzidos em notas de rodapé, onde também, às vezes, aparecem observações e/ou comentários acerca desses mesmos trechos. No caso de um termo, expressão ou frase aparecer mais de uma vez, só é traduzido na primeira vez. Os casos ilegíveis ou duvidosos são anotados com um ponto de interrogação entre colchetes, exemplo: *Ad discernendum [?]*. Enfim, obviamente, não aparece essa parte da transcrição quando a carta não traz ocorrência de latim.

4.1.1 Bloco I

Constituem este bloco I 16 cartas (de 1 a 16) retiradas do virtual "Arquivo salesianos – pasta 35 – fotos" do acervo do Departamento Histórico Diocesano Pe. Gomes – DHDPG, pertencente à Diocese de Crato, com cartas digitalizadas a partir das originais. Sendo 7 cartas de autoria de José Marrocos, e 9 de outros autores.

1) Carta [35, 01 e 02[68]] f1[69]

Local e data: Crato, 07 de agosto de 1895.

Tema: religioso.

[68] Leia-se: pasta 35, fotos 01 e 02.
[69] Leia-se f1: fonte primária.

Autor: José J. T. Marrocos (alto nível de escolaridade, *status* social privilegiado, leigo).

Destinatário: D. Jeronymo (de Jesus) Maria Gotti (alto nível de escolaridade, *status* social privilegiado, religioso).

Nível de registro da carta: formal.

Observações: Há uma expressão cristalizada em latim no meio do texto.

Transcrição:

> – Que Sua Santidade, *ad instar*[70] dos outros officios votivos (...).

2) Carta [35, 02 e 03] f1

Local e data: Crato, 29 de agosto de 1895.

Tema: religioso.

Autor: José Marrocos (alto nível de escolaridade, *status* social privilegiado, leigo).

Destinatário: D. José Lourenço da Costa e Aguiar, Bispo do *Amasonas* (alto nível de escolaridade, *status* social privilegiado, religioso).

Nível de registro da carta: formal.

Observações: Duas expressões em latim no meio do texto.

Transcrição:

Favor tão grande si o seu pequeno Amigo nunca tiver a ocasião de agradecer *verbo et opere*[71], como deseja; – não escapará decerto da remuneração de Deus, por ser serviço em sua honra e glória; pois, como verá V Ex^{cia} do mesmo *postulatum*[72], alem do mais trata-se de dar a Deus o que é de Deus, (...).

---

[70] À maneira de; à semelhança; como; igualmente. (*Vulgata Latina: Liber II Paralipomenon 17,12; Liber Iob* 20, 5 e 36, 27).
[71] Com palavra e obra.
[72] Pedido; petição; pretensão.

3) Carta [35, 05] f1

Local e data: Barbalha, 04 de setembro de 1902.

Tema: religioso.

Autor: José Marrocos (alto nível de escolaridade, *status* social privilegiado, leigo).

Destinatário: Cardeal Jeronymo Maria Gotti (alto nível de escolaridade, *status* social privilegiado, religioso).

Nível de registro da carta: formal.

Observações: Duas expressões em latim.

Transcrição:

Decretar o officio votivo da S.S.S. Trindade *in dominicis per annum*[73], para que o dia consagrado a Deus (...).

(...) não obstante o Sant'officio tel-o restituído desde 7brº de 1898,, *absolutum a censuris quomodolibet incursis*[74]", e elle continuar calado, resignado (...).

4) Carta [35, 17] f1

Local e data: Joaseiro, 25 de dezembro de 1910.

Tema: meio-termo entre o religioso e o prosaico.

Autor: Tenente Coronel José Joaquim de Maria Lobo

Destinatário: Atestado a favor do Pe. Cícero (sem destinatário explícito).

Nível de registro da carta: formal.

Observações: Provavelmente o autor não conhecia bem o latim, visto não ter usado a forma culta da expressão.

[73] Nos domingos por ano.
[74] Absolvido das penas em que tivesse incorrido de qualquer modo.

Transcrição:

(...) vigario de Missão-Velha, e outros teem lhe comfiado suas disposições, *in articuli morti*[75], não só juridicamente (...).

5) Carta [35, 18] f1

Local e data: Crato (?), setembro de 1903 (?).

Tema: religioso.

Autor: José Marrocos (alto nível de escolaridade, *status* social privilegiado, leigo).

Destinatário: o Papa (alto nível de escolaridade, *status* social privilegiado, religioso).

Nível de registro da carta: formal.

Observações: Cinco ocorrências de termos, expressões e frase.

Transcrição:

Sanctissimo Padre, convertei as domingas *per annum*[76] em o officio votivo... (...).

– Si interpellava ao trahidor que O vende á sinagoga de satanas = *amice, ad quid venisti?*[77] (...).

No sacrario para entregal-O ás espeluncas *latronum*[78]. (...).

(...) tão impio e detestavel como o ultraje infernal das espeluncas *latronum*. (...).

(...) e que, como Elle mesmo, podia diser – *ex his, quos dedisti mihi, non perdidi unum*[79].

[75] A forma culta e padrão é *in articulo mortis* (em perigo de morte).
[76] Por todo o ano.
[77] Amigo, a que vieste?
[78] Dos ladrões.
[79] Destes, os quais me deste, não perdi um só. (Na *Vulgata Latina, Evangelium secundum Ioannem* 18,9, encontra-se *"quos dedisti mihi non perdidi ex ipsis quemquam"*).

6) Carta [35, 14] f1

Local e data: Crato, 27 de maio de 1908.

Tema: religioso.

Autor: José Marrocos (alto nível de escolaridade, *status* social privilegiado, leigo).

Destinatário: Núncio apostólico – Petrópolis (alto nível de escolaridade, *status* social privilegiado, religioso).

Nível de registro da carta: formal.

Observações: Telegrama completamente escrito em latim.

Transcrição:

Nuncio apostólico.

Petropolis

Si non licet inconsulto Pontifice alienare bona ecclesiastica, placeat tibi praecipere episcopo fortalesciensi suspensionem venditionis patrimonii Sancti Vicentii Ferrer Crato pactae ad postremum diem hujusce; donec perveniant tibi documenta Appelationis. Praedictum patrimonium constitutum 1801 expressa conditione perpetuitatis.[80]

7) Carta [35, 15] f1

Local e data: Crato, 04 de agosto de 1908.

Tema: religioso.

Autor: José Marrocos (alto nível de escolaridade, *status* social privilegiado, leigo).

Destinatário: Núncio do Brasil (alto nível de escolaridade, *status* social privilegiado, religioso).

[80] Ao núncio apostólico. Petrópolis. Se não é permitido a um imprudente pontífice vender os bens da igreja, que te agrade ordenar ao bispo de Fortaleza a interrupção da venda do patrimônio de São Vicente Ferrer, em Crato, ajustada para o último dia deste (mês); até que cheguem a ti os documentos da apelação. O patrimônio supracitado é constituído desde 1801 sob condição expressa de perpetuidade.

Nível de registro da carta: formal.

Observações: Esta carta é uma cópia em português de uma outra carta escrita em italiano seguida da cópia do telegrama em latim (carta 6) e da resposta em latim (transcrita abaixo) dada ao citado telegrama.

Transcrição:

Ad discernendum [?] questionem indigeo documentis quae praestolor[81].

8) Carta [35, 19] f1

Local e data: Crato (?), sem data.

Tema: religioso.

Autor: José Marrocos (alto nível de escolaridade, *status* social privilegiado, leigo).

Destinatário: o Papa (alto nível de escolaridade, *status* social privilegiado, religioso).

Nível de registro da carta: formal.

Observações: Carta (cópia) escrita em três línguas: português, italiano e latim, como, por exemplo, o trecho abaixo.

Transcrição:

Beatissime Pater!

Tantum modo confisus omnipotenti verbo illius qui dixit – petite et accipietis (...)[82].

[81] Para discernir a questão, necessito dos documentos que aguardo.
[82] Santíssimo Padre, de tal modo confiado somente na palavra onipotente daquele que disse – pedi e recebereis...

9) Carta [35, 04] f1

Local e data: Joaseiro, 02 de fevereiro de 1900.

Tema: meio-termo entre o religioso e o prosaico.

Autor: abaixo-assinado (vários autores).

Destinatário: Beatíssimo Padre (alto nível de escolaridade, *status* social privilegiado, religioso).

Nível de registro da carta: formal.

Observações: S.O.[83]

10) Carta [35, 07] f1

Local e data: Barbalha, 10 de abril de 1905.

Tema: meio-termo entre o religioso e o prosaico.

Autor: abaixo-assinado (vários autores).

Destinatário: o Bispo (alto nível de escolaridade, *status* social privilegiado, religioso).

Nível de registro da carta: formal.

Observações: S.O.

11) Carta [35, 08] f1

Local e data: Sant'Anna do Cariry, 10 de dezembro de 1905.

Tema: meio-termo entre o religioso e o prosaico.

Autor: Pública-forma de abaixo-assinado da Câmara Municipal (vários autores).

Destinatário: Exmo Rem°. Sr (alto nível de escolaridade, *status* social privilegiado, religioso).

Nível de registro da carta: formal.

Observações: S.O.

[83] Leia-se: sem ocorrência de latim.

12) Carta [35, 09] f1

Local e data: Barbalha, 10 de janeiro de 1906.

Tema: meio-termo entre o religioso e o prosaico.

Autor: Abaixo-assinado da Câmara Municipal (vários autores).

Destinatário: Exmo Sr. Bispo (alto nível de escolaridade, *status* social privilegiado, religioso).

Nível de registro da carta: formal.

Observações: S.O.

13) Carta [35, 10] f1

Local e data: Brejo dos Santos, 08 de fevereiro de 1906.

Tema: meio-termo entre o religioso e o prosaico.

Autor: Abaixo-assinado da Câmara Municipal (vários autores).

Destinatário: Exmo Senr. Bispo (alto nível de escolaridade, *status* social privilegiado, religioso).

Nível de registro da carta: formal.

Observações: S.O.

14) Carta [35, 11] f1

Local e data: Porteiras, 08 de fevereiro de 1906.

Tema: meio-termo entre o religioso e o prosaico.

Autor: Abaixo-assinado da Câmara Municipal (vários autores).

Destinatário: Exmo Senr. Bispo (alto nível de escolaridade, *status* social privilegiado, religioso).

Nível de registro da carta: formal.

Observações: S.O.

15) Carta [35, 12] f1

Local e data: Brejo dos Santos, 12 de fevereiro de 1906.

Tema: meio-termo entre o religioso e o prosaico.

Autor: José Moreira Tavares (tabelião), pública-forma solicitada pelo Cel. Basílio Gomes (nível de escolaridade provavelmente razoável, *status* social privilegiado, leigo).

Destinatário: Excelentíssimo Senhor Bispo (alto nível de escolaridade, *status* social privilegiado, religioso).

Nível de registro da carta: formal.

Observações: S.O.

16) Carta [35, 13] f1

Local e data: Crato, 19 de fevereiro de 1906.

Tema: meio-termo entre o religioso e o prosaico.

Autor: Victor (Tabelião), abaixo-assinado da Câmara Municipal (vários autores).

Destinatário: Excelentíssimo e reverendíssimo Senhor (alto nível de escolaridade, *status* social privilegiado, religioso).

Nível de registro da carta: formal.

Observações: S.O.

4.1.2 Bloco II

Este bloco II contém 05 cartas (de 17 a 21) retiradas da virtual "Pasta CRA 10", do acervo do Departamento Histórico Diocesano Pe. Gomes – DHDPG, pertencente à Diocese de Crato, com cartas digitalizadas a partir das originais. Diversos autores.

17) Carta [10, 04[84]] f1

Local e data: Missão Velha, 01 de janeiro de 1874.

Tema: religioso.

Autoras: Maria de Jesus Tavares e outras freiras da Casa de Caridade de Missão Velha (várias autoras).

Destinatário: Exm°. e Rem°. Senhor (alto nível de escolaridade, *status* social privilegiado, religioso).

Nível de registro da carta: formal.

Observações: Dois pequenos trechos-cópias em latim no meio do texto.

Transcrição:

(...) pela publicação do breve – *Quamquam dolores*[85] – do S. S. P. Pio 9º o Grande.

O <u>pontel</u> [?] *obedire Deo magis quam hominibus*[86].

---

[84] Leia-se: pasta 10, carta 04.

[85] Embora os sofrimentos... (= as dores). ***N.B.***: Essa expressão consta de um documento escrito pelo papa Pio IX, em 1873, e dirigido a Dom Vital, durante a Questão Religiosa, que envolveu a relação entre a igreja católica e o Estado brasileiro fortemente influenciado pela maçonaria, a que pertenciam muitos padres, intelectuais e políticos influentes. Como se sabe, os documentos pontifícios são escritos, ainda hoje, em latim, e são denominados pelas palavras com que principiam. No caso, "*Quamquam dolores"* são as palavras iniciais desse documento, uma encíclica, talvez, embora não conste da relação das encíclicas de Pio IX.

[86] Obedecer a Deus mais do que aos homens.

18) Carta [10,10] f1

Local e data: Juazeiro, 10 de outubro de 1870.

Tema: meio-termo entre o religioso e o prosaico.

Autor: abaixo-assinado (vários autores).

Destinatário: Exm°. e Rem°. Sr. (alto nível de escolaridade, *status* social privilegiado, religioso).

Nível de registro da carta: formal.

Observações: Desfecho com expressão em latim.

Transcrição:

> *Et orabunt ad Dominum*[87].

19) Carta [10,23] f1

Local e data: Goyaninha, 22 de agosto de 1895.

Tema: religioso.

Autor: Pe. Gondim (alto nível de escolaridade, *status* social privilegiado, religioso).

Destinatário: Exmo. Sr. (alto nível de escolaridade, *status* social privilegiado, religioso).

Nível de registro da carta: formal.

Observações: Apenas uma expressão cristalizada em latim, de uso generalizado.

Transcrição:

> (...) já que tambem não utilisâmos da de *Corpus Christi*.[88]

[87] E orarão ao Senhor.
[88] "Corpo de Cristo". Festa do corpo de Cristo, celebrada na quinta-feira seguinte ao domingo da Santíssima Trindade. (FERREIRA, 1986, p. 483).

20) Carta [10,29] f1

Local e data: Missão Velha, 07 de fevereiro de 1911.

Tema: religioso.

Autor: Pe. Horácio Teixeira (alto nível de escolaridade, *status* social privilegiado, religioso).

Destinatário: Bispo (alto nível de escolaridade, *status* social privilegiado, religioso).

Nível de registro da carta: formal.

Observações: S.O.

21) Carta [10,39] f1

Local e data: Missão Velha, 09 de março de 1865.

Tema: prosaico.

Autores: Conselho deliberativo da Santa Casa de Caridade de Missão Velha (vários autores).

Destinatário: Ilm^{o} Exmo e Rm^{o} Sr^{o} (alto nível de escolaridade, *status* social privilegiado, religioso).

Nível de registro da carta: formal.

Observações: S.O.

4.1.3 Bloco III

Neste bloco III, o mais extenso, há 30 cartas (de 22 a 51, todas escritas pelo padre Cícero) pertencentes ao livro: SILVA, Antenor de Andrade. **Cartas do Padre Cícero (1877 – 1934)**: dos originais manuscritos. Salvador: E. P. Salesianas, 1982.

22) Carta [p. 08[89]] f2[90]

Local e data: Missão Velha, 20 de agosto de 1884.

Tema: religioso.

Autor: Pe. Cícero (alto nível de escolaridade, *status* social privilegiado, religioso).

Destinatário: Dom Joaquim, Bispo do Ceará (alto nível de escolaridade, *status* social privilegiado, religioso).

Nível de registro da carta: formal.

Observações: Desfecho em latim.

Transcrição:

> Para que V.Ex.a Rm.a se digne deferir-me benignamente.
>
> *Et orabo ad Dominum*[91].

23) Carta [p. 09] f2

Local e data: Iguatu, 29 de agosto de 1886.

Tema: religioso.

Autor: Pe. Cícero (*idem*).

---

[89] Leia-se página 08 do livro: SILVA, Antenor de Andrade. **Cartas do Padre Cícero (1877 – 1934)**: dos originais manuscritos. Salvador: E. P. Salesianas, 1982.
[90] Leia-se f2: fonte secundária.
[91] E orarei ao Senhor.

Destinatário: Dom Joaquim, Bispo do Ceará (alto nível de escolaridade, *status* social privilegiado, religioso).

Nível de registro da carta: formal.

Observações: Desfecho em latim.

Transcrição:

Nestes termos

P.a V.Ex.a Ver.a benigno

Deferimento

Pe. Cícero Romão Bap.ta.

Et orabit ad Dominum[92]

24) Carta [p. 28] f2

Local e data: (sem lugar/sem data).

Tema: religioso.

Autor: Pe. Cícero (*idem*).

Destinatário: Dom Jaime (alto nível de escolaridade, *status* social privilegiado, religioso).

Nível de registro da carta: formal.

Observações: Desfecho em latim.

Transcrição:

Ita de gratia[93] *etc*

De V.Excia. Rma.

Humilde e obediente súbdito

Pe. Cícero Romão Baptista.

[92] E orará ao Senhor.
[93] Sem dúvida acerca da graça (permissão) e outras coisas.

25) Carta [p. 30] f2

Local e data: Fortaleza, 15 de novembro de 1898.

Tema: religioso.

Autor: Pe. Cícero (*idem*).

Destinatário: Dom Joaquim, Bispo do Ceará (alto nível de escolaridade, *status* social privilegiado, religioso).

Nível de registro da carta: formal.

Observações: Desfecho em Latim.

Transcrição:

> *Ita de gratia*
>
> Humilde e obediente súbdito
>
> Pe. Cícero Romão Baptista.

26) Carta [p. 39] f2

Local e data: Joaseiro, 24 de outubro de 1916.

Tema: religioso.

Autor: Pe. Cícero (*idem*).

Destinatário: Monsenhor Pe. Vicente (alto nível de escolaridade, *status* social privilegiado, religioso).

Nível de registro da carta: formal.

Observações: Início e desfecho em latim.

Transcrição:

> Exm.o Monsegnhor Pe. Vicente
>
> *Laudetur J. C*[94].

[94] Louvado seja Jesus Cristo.

(…)

Oremus ad invicem[95]

De seu amigo

Pe. Cícero Romão Bapta.

27) Carta [p. 48-49] f2

Local e data: Juazeiro, 18 de julho de 1918.

Tema: meio-termo entre o religioso e o prosaico.

Autor: Pe. Cícero (*idem*).

Destinatário: Padre Lúcio (alto nível de escolaridade, *status* social privilegiado, religioso).

Nível de registro da carta: semi-formal.

Observações: Início e desfecho em latim, além da abreviatura *P.S.* (do latim *post scriptum*) no fim do texto.

Transcrição:

Meu caro e bom amigo Pe. Lúcio

Laudetur Js. Christus

(...)

"Deus super omnia Oremus ad invicem"[96]. Disponha sempre. De seu amigo e irmão em Jesus Cristo.

Pe. Cícero Romão Baptista.

[95] Oremos a seu favor. ***N.B.***: Expressão largamente encontrada na *Vulgata Latina*.
[96] Deus está acima de tudo. Oremos a seu favor.

28) Carta [p. 52] f2

Local e data: Juazeiro, 2 de abril de 1929.

Tema: meio-termo entre o religioso e o prosaico.

Autor: Pe. Cícero (*idem*).

Destinatário: Dom Giacomo Maggi (alto nível de escolaridade, *status* social privilegiado, religioso).

Nível de registro da carta: formal.

Observações: Desfecho em latim.

Transcrição:

> Com os meus protestos de estima, amigo e irmão em Jesus Cristo,
>
> *Oremus ad invicem.* Pe. Cícero Romão Baptista.

29) Carta [p. 117-123] f2

Local e data: Joaseiro, 23 de outubro de 1914.

Tema: religioso.

Autor: Pe. Cícero (*idem*).

Destinatário: Padre Constantino Augusto (alto nível de escolaridade, *status* social privilegiado, religioso).

Nível de registro da carta: semi-formal.

Observações: Início e desfecho em latim.

Transcrição:

> Meu caro e bom amigo Pe. Constantino Augusto
>
> *Salutem in Domino*[97]
>
> (...)

[97] Cumprimentos no Senhor.

"Oremos ad omnes. Ex inimicis nostris, libera nos, Deus noster".[98]

Disponha sempre de seu amigo e irmão em J. Christo.

Pe. Cícero Romão Baptista.

30) Carta [p. 123-124] f2

Local e data: Joaseiro, 19 de novembro de 1914.

Tema: religioso.

Autor: Pe. Cícero (*idem*).

Destinatário: Padre Cyriaco Hislscher (alto nível de escolaridade, *status* social privilegiado, religioso).

Nível de registro da carta: semi-formal.

Observações: Início e desfecho em latim.

Transcrição:

Meu caro e bom amigo Revmo. Cyriaco Hislscher

Salutem in Domino

(...)

Oremus ad invicem

De seu amigo e irmão em J. C.

Pe. Cícero Romão Baptista.

31) Carta [p. 09-10] f2

Local e data: Iguatu, 29 de agosto de 1886.

Tema: religioso.

Autor: Pe. Cícero (*idem*).

[98] Oremos por todos. Ó Deus nosso, livra-nos dos nossos inimigos. ***N.B.***: várias passagens na *Vulgata Latina* assemelham-se a essa, tais como o *Evangelium secundum Lucam* 1, 71.

Destinatário: Dom Joaquim, Bispo do Ceará (alto nível de escolaridade, *status* social privilegiado, religioso).

Nível de registro da carta: formal.

Observações: Expressões cristalizadas no corpo do texto, além de desfecho em latim.

Transcrição:

Eu, Padre Cícero Romão Bap.ta (...) peço (...) me conceda: (...) 3º) a de habilitar *"ad petendum"*[99]; 4º a de aplicar indulgência plenária *"in articulo mortis*[100]*"* segundo a fórmula de Benedicto XIV e o exercício de todas as minhas ordens.

Nestes termos,

Para V.Exm.a Rm.a se digne referir-me benignamente.

Et orabo ad Dominum.

32) Carta [p. 12-13] f2

Local e data: Joaz.ro, 8 de dezembro de 1892

Tema: religioso.

Autor: Pe. Cícero (*idem*).

Destinatário: Padre An.to Alexandrino (alto nível de escolaridade, *status* social privilegiado, religioso).

Nível de registro da carta: semi-formal.

Observações: Frase bíblica em latim no corpo do texto.

Transcrição:

Vai a M.a hoje. Não precisa, meu amigo, tanto zelo até tornar-se imprudente, nem queira tomar a carta, que ella lhe mandou desculpas não poder comparecer naquella brevidade, redigida por outra mocinha (porque ella não sabe ler) na simplicidade de coração,

[99] Para pedir.
[100] Em perigo de morte.

seja um documento tão valioso contra ella e contra a causa do Joaseiro que o leve a repetir o *"Quid adhuc egimus testibus?... ecce nunc audistis...*[101]*"*.

33) Carta [p. 14-15] f2

Local e data: Joaseiro, 21 de junho de 1894.

Tema: meio-termo entre o religioso e o prosaico.

Autor: Pe. Cícero (*idem*).

Destinatário: Monsenhor Antônio Alexandrino de Alencar (alto nível de escolaridade, *status* social privilegiado, religioso).

Nível de registro da carta: formal.

Observações: Provérbio latino no corpo do texto.

Transcrição:

Assim pois não tinha mais lugar a satisfação do chamado, nem também se revelava a necessidade desta entrevista, porque se há algum assmpto reservado a tratar-se ainda hoje mesmo ou quando queira V.Rma. pode fazê-lo com melhor vantagem por escripto; pois *"verba volant et scripta manent*[102]*"*.

34) Carta [p. 73-74] f2

Local e data: Joaseiro, 13 de janeiro de 1893.

Tema: religioso.

Autor: Pe. Cícero (*idem*).

Destinatário: Padre João Cândido (alto nível de escolaridade, *status* social privilegiado, religioso).

---

[101] ***N.B.***: A forma como aparece na *Vulgata Latina* é *quid adhuc* ***egemus*** *testibus ecce nunc audistis* (*Evangelium secundum Matthaeum* 26, 65). Tradução: Que necessidade temos ainda de testemunhas? Acabastes de ouvir...

[102] *Vide* nota de rodapé 63.

Nível de registro da carta: formal.

Observações: Frase-cópia do Pai-Nosso em latim no corpo do texto.

Transcrição:

Resignado com a sua graça pretendo dizer sempre – *"fiat voluntas tua sicut in coelo et in terra*[103]*"* – Espero que o Sagrado Coração não me deixará trahir a sua causa ainda que custe mais.

35) Carta [p. 56] f2

Local e data: Ceará, Brasil, (sem data).

Tema: religioso.

Autor: Pe. Cícero (*idem*).

Destinatário: Papa Pio X (alto nível de escolaridade, *status* social privilegiado, religioso).

Nível de registro da carta: formal.

Observações: Telegrama totalmente escrito em língua latina.

Transcrição:

Pio X Roma

In unione totius Santa Ecclesia genuflexi Deus adorant propter divinam electionem Sanctitatis Vestrae, precantur longevum, gloriosum Pontificatum, sicut, ... (?) postulant Sanctam Benedictionem.

Sacerdos Cicero

Populusque Joaseiri.[104]

---

[103] Seja feita a Tua vontade assim no céu como na terra.

[104] ***N.B.*** O trecho inicial desta carta não foi traduzido por esta fonte secundária conter provavelmente algumas falhas de transcrição e por não dispormos da fonte primária para dirimirmos as dúvidas.
(...) oram por causa da divina eleição de Vossa Santidade, desejam um longo e glorioso pontificado, assim como, ...(?) clamam a santa bênção. Sacerdote Cícero e o povo de Juazeiro.

36) Carta [p. 77] f2

Local e data: (sem local), 02 de janeiro de 1895.

Tema: religioso.

Autor: Pe. Cícero (*idem*).

Destinatário: Papa Leão XIII (alto nível de escolaridade, *status* social privilegiado, religioso).

Nível de registro da carta: formal.

Observações: Telegrama totalmente escrito em língua latina.

Transcrição:

Beatissime Pater

Per amorem Dei nihil pronuncies, nihil statuas de factis quos acciderunt in Joaseiro, priusquam ad pedes tuos adveniat petitio filii tui.

P. Cícero Romão.

Parce angustiis quibus conficior.[105]

37) Carta [p. 77] f2

Local e data: (sem local), 02 de janeiro de 1895.

Tema: religioso.

Autor: Pe. Cícero (*idem*).

Destinatário: Cardial Mônaco (alto nível de escolaridade, *status* social privilegiado, religioso).

Nível de registro da carta: formal.

Observações: Telegrama totalmente escrito em língua latina.

Transcrição:

[105] Ó santíssimo padre, nada julgues pelo amor de Deus, nada determines acerca dos fatos que aconteceram em Juazeiro, antes que aos teus pés chegue a petição de teu filho. P. Cícero Romão. Poupa-me das angústias por que sou oprimido. ***N.B.***: *ad pedes* (aos pés) é uma expressão recorrente na *Vulgata Latina*.

Eminentissimi Cardinales Inquisitores, per amorem Dei nihil iterum pronuncietis, ac statuatis de factis quos acciderunt in Joaseiro, priusquam ad pedes vestros advenit petitio humilis servi.

P. Cícero Romão.

Parce angustiis quibus conficior.[106]

38) Carta [p. 78] f2

Local e data: (sem local), 30 de janeiro de 1896.

Tema: religioso.

Autor: Pe. Cícero (*idem*).

Destinatário: Papa Leão XIII (alto nível de escolaridade, *status* social privilegiado, religioso).

Nível de registro da carta: formal.

Observações: Telegrama totalmente escrito em língua latina.

Transcrição:

Sanctissime Pater

Per angustias tuas suscipe apellationem facti Joaseiro, succurre millibus filiorum persecutorum, mitte comissionem, humiliter petimus expensis nostris. Per Jesum benigne respondere digneris.

Presbyter Cicero Romanus.[107]

39) Carta [p. 79] f2

Local e data: (sem local), 2 de junho de 1896.

---

[106] Ó eminentíssimos cardeais inquisidores, de novo pelo amor de Deus nada julgueis e determineis acerca dos fatos que aconteceram em Juazeiro, antes que aos vossos pés chegue a petição do humilde servo. P. Cícero Romão. Poupa-me das angústias por que sou oprimido.

[107] Ó santíssimo padre, responda pelas tuas angústias a apelação do fato de Juazeiro, socorre dos perseguidores aos milhares de filhos, envia a comissão, humildemente pedimos por nossas censuras. Por Jesus, de boa vontade, digna-te responder. Padre Cícero Romão.

Tema: religioso.

Autor: Pe. Cícero (*idem*).

Destinatário: Papa Leão XIII (alto nível de escolaridade, *status* social privilegiado, religioso).

Nível de registro da carta: formal.

Observações: Telegrama totalmente escrito em língua latina.

Transcrição:

Per Jesum benigne respondere digneris. Presbyter Cicero Romão Baptista.[108]

40) Carta [p. 79] f2

Local e data: (sem local), (sem data)

Tema: religioso.

Autor: Pe. Cícero (*idem*).

Destinatário: Papa Leão XIII e cardeais Gotti e Mônaco (alto nível de escolaridade, *status* social privilegiado, religioso).

Nível de registro da carta: formal.

Observações: Telegrama totalmente escrito em língua latina.

Transcrição:

Cardinalis Gotti

Per Jesus intercede, veniat Comissio expensis nostris inquirendum veritatem Joaseiro, persecutionem millium fidelium, etiam per Deum responde. Presbyter Cicero Romanus.[109]

[108] Por Jesus, de boa vontade, digna-te responder. Padre Cícero Romão Batista.

[109] Cardeal Gotti, intervenha por Jesus, que venha a comissão por nossas censuras para investigar a verdade em Juazeiro, a perseguição dos milhares de fiéis, também responde por Deus. Padre Cícero Romão.

41) Carta [p. 60-63] f2

Local e data: Joaseiro, 14 de agosto de 1891.

Tema: religioso.

Autor: Pe. Cícero (*idem*).

Destinatário: Bispo Diocesano (alto nível de escolaridade, *status* social privilegiado, religioso).

Nível de registro da carta: semi-formal.

Observações: Considerável trecho de composição original em latim no corpo do texto.

Transcrição:

(...) respondeu que dava o testemunho e em seguida proferiu estas palavras que eu ouvia distinctamente: *"Ego sum Jesus, hostia sancta, hostia pura, hostia immaculata et vivificavit sanguinem Cordis ad peccatores"*[110] e parou ahi dizendo que deixasse para o dia seguinte e que me preparasse melhor. (...).

E Elle respondeu que sim e começou a fallar, mas eu não confiando em minha memória interrompi pedindo-lhe que me permitisse ir ver um lápis e papel para escrever; o que fiz e chegando pedi pelo amor de Deus que dissesse e Elle começou dizendo e eu escrevendo palavra por palavra e quando acontecia eu errar a palavra, Elle repetia corregindo *"Vide me feceris Conservus tuus sum et fratruum habentium testimonium Jesu. Deum adora testimonium sanguinis mei et spiritus prophetias. Ego sum Jesus Vitis vera, hostia sancta, hostia immaculata"*[111] – E eu perguntei se jurava isto, e respondeu que jurasse por Elle mesmo como Criador, como Amigo, como Esposo e como Redemptor.

---

[110] Eu sou Jesus, hóstia santa, hóstia pura, hóstia imaculada e que vivificou o sangue do coração aos pecadores. ***N.B.***: a expressão *ego sum Jesus* (eu sou Jesus) aparece na *Vulgata Latina* nos Actus Apostolorum.

[111] Vê-me quando fizeres uma obra, sou teu companheiro e dos irmãos que têm o testemunho de Jesus. Adora a Deus, o testemunho do meu sangue e as profecias do espírito. Eu sou Jesus, a videira verdadeira, a hóstia santa, a hóstia imaculada. ***N.B.***: a frase *ego sum vitis vera* (eu sou a videira verdadeira) aparece na *Vulgata Latina* no *Evangelium secundum Ioannem* 15, 1.

42) Carta [p. 12] f2

Local e data: Crato, 22 de abril de 1892.

Tema: meio-termo entre o religioso e o prosaico.

Autor: Pe. Cícero (*idem*).

Destinatário: Bispo do Ceará, D. Joaquim José Vieira (alto nível de escolaridade, *status* social privilegiado, religioso).

Nível de registro da carta: formal.

Observações: Uma expressão cristalizada em latim no corpo do texto.

Transcrição:

Recebi dous officios de V.Exa. Rema. um datado de 2 de janeiro e outro de 12 do mesmo mez, ambos para o cumprimento de várias determinações com pena de suspensão *ipso facto*[112].

43) Carta [p. 162] f2

Local e data: Salgueiro, 2 de agosto de 1897.

Tema: prosaico.

Autor: Pe. Cícero (*idem*).

Destinatária: Angélica – irmã (nível de escolaridade provavelmente razoável, *status* social mediano, leiga).

Nível de registro da carta: formal.

Observações: S.O., salvo a abreviatura *P.S.* (do latim *post scriptum*) no fim do texto.

[112] Por esse mesmo fato.

44) Carta [p. 164-165] f2

Local e data: Salgueiro, 20 de outubro de 1897.

Tema: prosaico.

Autor: Pe. Cícero (*idem*).

Destinatárias: Sua mãe e sua irmã Angélica (níveis de escolaridade provavelmente razoável, *status* social mediano, leigas).

Nível de registro da carta: informal.

Observações: S.O., salvo a abreviatura *P.S.* (do latim *post scriptum*) no fim do texto.

45) Carta [p. 212] f2

Local e data: Juazeiro do Cariry, 22 de agosto de 1910.

Tema: prosaico.

Autor: Pe. Cícero (*idem*).

Destinatário: Tenente Miguel de Castro Caminha (nível de escolaridade provavelmente razoável, *status* social privilegiado, leigo).

Nível de registro da carta: formal.

Observações: S.O.

46) Carta [p. 217] f2

Local e data: Juazeiro, 17 de agosto de 1913.

Tema: prosaico.

Autor: Pe. Cícero (*idem*).

Destinatário: Coronel Barroso (alto nível de escolaridade, *status* social privilegiado, leigo).

Nível de registro da carta: semi-formal

Observações: S.O., salvo a abreviatura *P.S.* (do latim *post scriptum*) no fim do texto.

47) Carta [p. 170] f2

Local e data: Crato, 23 de fevereiro de 1899.

Tema: prosaico.

Autor: Pe. Cícero (*idem*).

Destinatária: Joanna – afilhada (nível de escolaridade provavelmente mediano, *status* social desconhecido, leiga) [?].

Nível de registro da carta: informal.

Observações: S.O.

48) Carta [p. 180-181] f2

Local e data: Joazeiro, 5 de setembro de 1932.

Tema: prosaico.

Autor: Pe. Cícero (*idem*).

Destinatário: Sr. Félix Virgulino de Senna – amigo (nível de escolaridade provavelmente razoável, *status* social mediano, leigo).

Nível de registro da carta: semi-formal.

Observações: S.O.

49) Carta [p. 79-81] f2

Local e data: Joaseiro, 8 de janeiro de 1896.

Tema: meio-termo entre o religioso e o prosaico.

Autor: Pe. Cícero (*idem*).

Destinatária: Amiga D. Jeronima (nível de escolaridade razoável, *status* social mediano, leiga).

Nível de registro da carta: semi-formal.

Observações: S.O.

50) Carta [p. 275] f2

Local e data: Joaseiro, 5 de julho de 1916.

Tema: prosaico.

Autor: Pe. Cícero (*idem*).

Destinatário: Manoel Furtado de Oliveira – compadre (nível de escolaridade provavelmente razoável, *status* social baixo, leigo).

Nível de registro da carta: informal.

Observações: S.O.

51) Carta [p. 276-277] f2

Local e data: Joaseiro, 13 de outubro de 1916.

Tema: prosaico.

Autor: Pe. Cícero (*idem*).

Destinatário: Candido Ribeiro Campos – amigo e compadre (nível de escolaridade provavelmente baixo, *status* social baixo, leigo).

Nível de registro da carta: semi-formal.

Observações: S.O.

4.1.4 Bloco IV

O bloco IV é constituído de apenas 04 cartas (de 52 a 55, todas de autoria de Dom Quintino) retiradas do livro: SOBREIRA, Azarias. **O primeiro bispo de Crato: Dom Quintino**. Fortaleza: Expressão, [1937] 2006.

52) Carta [p. 105-106[113]] f2

Local e data: Crato, 18 de novembro de 1918.

Tema: prosaico.

Autor: Dom Quintino (alto nível de escolaridade, *status* social privilegiado, religioso).

Destinatário: Pe. Azarias (alto nível de escolaridade, *status* social privilegiado, religioso).

Nível de registro da carta: semi-formal.

Observações: Uma frase em latim no meio da carta, além de início e desfecho em latim.

Transcrição:

Pe. Azarias:

Salutem in Domino

(...)

Não me surpreende, se bem que não satisfaça, o que me diz relativamente à sua melhora; é o caso de, parodiando o poeta, dizer-se: *longa fuit injuria, longae ambages*[114].

(...)

Amigo e servo *in Christo*[115].

[113] Leia-se páginas 105-106 do livro: SOBREIRA, Azarias. **O primeiro bispo de Crato:** Dom Quintino. Fortaleza: Expressão, [1937] 2006.
[114] A injustiça foi longa, longos os rodeios.
[115] em Cristo.

53) Carta [p. 109-112] f2

Local e data: Crato, 2 de junho de 1919.

Tema: meio-termo entre o religioso e o prosaico.

Autor: Dom Quintino (*idem*).

Destinatário: Pe. Azarias (*idem*).

Nível de registro da carta: semi-formal.

Observações: Início em latim

Transcrição:

Pe. Azarias:

Laudetur Jesus Christus.

54) Carta [p. 123-124] f2

Local e data: Crato, 5 de dezembro de 1919.

Tema: meio-termo entre o religioso e o prosaico.

Autor: Dom Quintino (*idem*).

Destinatário: Pe. Azarias (*idem*).

Nível de registro da carta: formal.

Observações: Frase-cópia da Vulgata Latina no meio da carta, além de início em latim.

Transcrição:

Pe. Azarias:

Pax[116].

(...)

Muito bem; *Deus, autem, intuetur cor*[117].

[116] Paz!

[117] Mas Deus olha o coração (Na *Vulgata Latina*: *Liber I Samuelis* 16, 7, aparece: *Dominus autem intuetur cor*).

55) Carta [p. 139-140] f2

Local e data: Crato, 23 de janeiro de 1923.

Tema: prosaico (abertura do Colégio Santa Teresa de Jesus).

Autor: Dom Quintino (*idem*).

Destinatário: Naninha Couto (nível de escolaridade provavelmente razoável, *status* social mediano, leiga).

Nível de registro da carta: semi-formal.

Observação: S.O.

A tabela seguinte resume as ocorrências (ou não ocorrências) de latim nas cartas, bem como as quantifica e as identifica.

Descrição das ocorrências de latim	**Quantidade**	**Identificação das Cartas**
Com ocorrência de latim	35	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 17, 18, 19, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 52, 53 e 54.
Sem ocorrência de latim	20	9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 20, 21, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51 e 55.
Início e/ou desfecho em latim	11	18, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30 e 53.
Pequenas expressões no corpo do texto, além de início e/ou desfecho em latim	3	31, 52 e 54.
Somente termos ou expressões em latim no corpo do texto	11	1, 2, 3, 4, 5, 17, 19, 32, 33, 34 e 42.
Longas composições originais ou todo o texto em latim	10	6, 7, 8, 35, 36, 37, 38, 39, 40 e 41.

Tabela 1: Resumo das ocorrências de latim nas cartas.

4.2 Caracterização do latim usado nas cartas

Entre os séculos XIX e XX, tanto no Brasil como em Portugal, o latim ainda era louvado e estimado como uma espécie de patrimônio ou propriedade (veículo da cultura) da elite socioeconômica e cultural e digno de ser ostentado dependendo da ocasião, como é possível depreender das palavras da ilustríssima filóloga da língua portuguesa Carolina Michaëlis de Vasconcelos, ditas no início do século XX:

> Quem sabe latim, tem na mão a chave que abre os tesouros da antiguidade e os da cultura moderna, pois ela deriva da grego-romana e do cristianismo. É preciso respeitarmo-lo como vaso sagrado do pensamento humano durante mais de dois mil anos. (Vasconcelos, 19—, p. 189).

Essa concepção era generalizada entre os cultos, mais fortemente, desde o Renascimento, como, por exemplo, lemos também no famoso filósofo alemão do século XIX, Schopenhauer (*apud* VASCONCELOS, 19—, p. 189):

> O homem que não sabe latim semelha-se a um viandante que em época de chuva e nevoeiro, atravessa uma paisagem formosa. O seu horizonte é extremamente acanhado. Só vê o que lhe fica perto, a poucos passos de distância não distingue nada. Mal reconhece vagos contornos. O horizonte do Latinista, pelo contrário, é amplo. Abrange, além dos tempos modernos, a Idade-Média e a Antiguidade.

Era, portanto, nesta atmosfera de concepção acerca do latim – diga-se de passagem, latim clássico – que se encontravam os redatores das cartas que constituem o *corpus* desta pesquisa, alguns dos quais eram indubitavelmente bilíngues, pela desenvoltura com que alternavam, nos discursos, os usos de português e de latim, como, por exemplo, o professor José Marrocos, ex-seminarista e filho de padre, e que, posteriormente se transferiu

para o Juazeiro do Norte, pela estima que tinha ao padre Cícero, seu primo e amigo, querendo com isso apoiá-lo no período mais acirrado da perseguição a este sacerdote católico.

Já, por exemplo, em relação ao próprio padre Cícero, não encontramos outras evidências, além das ocorrências de latim que aparecem nas cartas, de que ele fosse um grande conhecedor do latim. Não temos certeza se – com óbvia ressalva feita aos termos e expressões comuns ao discurso religioso – o padre Cícero recorria a José Marrocos ou a outros estudiosos do latim para traduzir seus telegramas destinados a Roma, totalmente escritos em latim, ou os longos trechos de composição em impecável latim que aparecem em meio às cartas basicamente redigidas em português.

De outra forma, só encontramos, em meios às 55 cartas do *corpus*, um caso de "erro" (desvio da norma gramatical) no uso do latim. É o que aparece na carta 4. "(...) vigario de Missão-Velha, e outros teem lhe comfiado suas disposições, *in articuli morti*, não só juridicamente (...)". A forma típica do latim clássico é aquela, como aparece na carta 31, de autoria do Pe. Cícero: *"in articulo mortis"*.

É importante registrar que muito provavelmente foi o próprio Tenente Coronel José Joaquim de Maria Lobo quem escreveu o atestado de próprio punho, não recorrendo aos serviços de um tabelião, o que fica evidente pela mesma caligrafia no texto e na assinatura. Anotamos isso pelo fato de que, em muitos casos – como nos das públicas-formas – o autor era um e o escritor era outro, um tabelião.

Alguns cidadãos provavelmente conheciam o latim apenas de ouvido – principalmente porque assistiam às missas nessa língua –, outros tinham estudado latim na infância, porque era comum naquela época aulas de língua latina na escola básica, como atestam as palavras de Farias Filho (2007, p. 111) sobre o Crato em 1857: "a instrução pública estava a cargo de uma aula latina e três primárias". De uma forma ou de outra, sem um conhecimento aprofundado do assunto, às vezes erravam, quando queriam usar o seu "latim

para impressionar", nas palavras de Peter Burke (BURKE; PORTER, 1993, p. 65), tentando usá-lo como um sinal de distinção.

Pequenos erros desse tipo ainda são visto nos dias de hoje em expressões latinas usadas por pessoas que têm um pouco de conhecimento sobre essa língua e escrevem "In memoria**n**", por exemplo, em vez de *In memoria**m***[118], ou dizem "pro form**e**" no lugar de *"pro form**a**"*[119].

Em resumo, podemos dizer que, é claro, no período histórico e no lugar em que se situa esta pesquisa, o latim não era mais aquela pasilíngua[120], como fora na Idade Média, "enquanto as línguas modernas – românicas, germânicas, eslávicas – ainda não estavam bem constituídas, [e] careciam de unidade e do grau de cultura preciso para darem expressão a todas as ideias", como registra Vasconcelos (19—, p. 188); tampouco era o latim das cartas desse *corpus* o latim macarrônico, pois não há um uso irônico de formas latinas à imitação de construções frasais sintaticamente portuguesas; não encontramos nas públicas-formas (que são documentos de cartórios) nada que se assemelhasse à maneira como os tabeliães medievais usavam o latim bárbaro, ou seja, com expressões e jargões notariais em rude e desleixado latim entremeados ao texto em vernáculo; não garimpamos um vestígio sequer do latim vulgar, como há em textos medievais, em que não raro veem-se vocábulos e construções sintáticas despercebidamente ali deixados pelas falhas dos copistas que escreviam em latim vulgar algo que deveriam escrever com a forma clássica do latim.

Enfim, não esqueçamos que o latim era disciplina obrigatória nos seminários católicos e, em quase todas as escolas do Cariri cearense do século XIX, como vimos no capítulo anterior.

---

[118] Em memória; em lembrança de. (SOUZA, 1990, p. 40).
[119] Por simples formalidade; para não contrariar os costumes; para manter as aparências. (Idem, p. 58).
[120] Língua que pode ser entendida internacionalmente.

Os padres poderiam não ser especialistas em língua latina, mas tinham, no mínimo, um conhecimento da *Vulgata Latina*, das encíclicas, concílios e outros documentos oficiais da Igreja que eram redigidos em latim, sem falar nos hinos e orações repetidos em latim e que aprenderam, muitas vezes, para realizar o ritual da missa, que, afora à pregação, era proferida em latim. E eles usavam termos, expressões ou mesmo partes inteiras desses textos eclesiásticos em suas cartas, como registramos nas notas de rodapés junto às traduções que fizemos das ocorrências de latim, no item 4.1.

Portanto, como já prediziam as expectativas, o latim usado nas cartas analisadas no *corpus* desta pesquisa, é um latim mais próximo do modelo clássico (ou literário), visto que, em sua maioria, os redatores destas cartas eram padres, que, pela sua formação, tinham, em menor ou em maior grau, experiência no uso do latim eclesiástico; e, ainda, visto que, nos casos em que os redatores não eram religiosos, eram cidadãos da elite econômica, social e cultural caririense que ou podiam ter solicitado a algum especialista no assunto a tradução ou, o mais provável, tinham adquirido, ainda que pouco, na sua formação educacional na escola e no lar, um conhecimento do latim clássico e usavam-no, quando o contexto de uso da linguagem favorecia a isso.

4.3 Uma análise dos condicionantes históricos e sociais dos usos do latim

Na intenção de analisar os usos do latim nas cartas do *corpus* (variável dependente), levamos em conta três aspectos históricos e sociais (variáveis independentes), a saber: (i) tema: filosófico-religioso/prosaico; (ii) papéis sociais dos envolvidos (*status*, escolaridade, religioso, leigo etc.); (iii) níveis de registro: formal/informal. Dessa forma, subdividimos esta parte do trabalho.

A fim de apresentarmos as análises de forma mais clara e, por que não dizer, didática, organizamos as informações principais em gráficos coloridos e as informações coadjuvantes em tabelas simples.

4.3.1 Tema

Certos de que há, por trás dos usos do latim, determinantes históricos e sociais, iniciamos as análises das cartas observando, o que a qualquer um seria o mais provável: o tema.

Ao analisarmos a variável independente *tema*, procuramos determinar aqueles que mais favoreciam os usos do latim: os filosóficos-religiosos ou os prosaicos? E qual a proporção dessa determinação.

Logo percebemos que teríamos que modificar essa variável independente para três tipos de temas (os que ocorriam nas cartas): *religioso*, *prosaico*, e *meio-termo entre o religioso e o prosaico*.

Passemos, então, a uma análise quantitativa.

Das 55 cartas do *corpus*, 27 têm tema *religioso* (49% do total), 17 têm tema *meio-termo entre o religioso e o prosaico* (31% do total) e 11 têm tema *prosaico* (20% do total), conforme ilustrado na tabela abaixo:

	Quantidade e percentual de cartas
Tema *religioso*	27 (49%)
Tema *meio-termo entre o religioso e o prosaico*	17 (31%)
Tema *prosaico*	11 (20%)
TOTAL DAS CARTAS DO *CORPUS*	55 (100%)

Tabela 2: Distribuição das cartas do *corpus* quanto aos temas.

A partir desses dados preliminares, identificamos a quantidade de cartas com e sem ocorrência de latim em cada um dos temas.

Das 27 cartas de tema *religioso*, 26 trazem ocorrências de latim (96% dessas) e apenas 1 (uma) não traz nenhuma ocorrência de latim (4% dessas).

Das 17 cartas de tema *meio-termo entre o religioso e o prosaico*, 8 trazem ocorrências de latim (47% dessas) e 9 não trazem nenhuma ocorrência de latim (53% dessas).

Das 11 cartas de tema *prosaico*, 1 (uma) traz ocorrência de latim (9% dessas) e 10 não trazem nenhuma ocorrência de latim (91% dessas).

Esses dados estão apresentados na tabela abaixo:

	Com ocorrência de latim	Sem ocorrência de latim	TOTAIS
Tema *religioso*	26 cartas (96%)	1 carta (4%)	27 cartas (100%)
Tema *meio-termo entre o religioso e o prosaico*	8 cartas (47%)	9 cartas (53%))	17 cartas (100%)
Tema *prosaico*	1 carta (9%)	10 cartas (91%)	11 cartas (100%)

Tabela 3: Quantidade e percentual de cartas com e sem latim em cada tema.

Mas o dado principal e que mais nos interessa agora é justamente o percentual de temas entre as cartas em que aparecem usos do latim, que é o seguinte: de um total de 35 cartas que têm ocorrência de latim, 26 delas têm tema *religioso,* o que correspondem a 74%; 8 delas têm tema *meio-termo entre o religioso e o prosaico,* o que corresponde a 23%; e apenas 1 delas tem tema *prosaico*, o que corresponde a 3%.

Para apoiar a análise, apresentamos o percentual de temas entre as cartas em que não há ocorrências de latim: de um total de 20 cartas que não têm ocorrência de latim, apenas

1 delas tem tema *religioso,* o que correspondem a 5%; 9 delas têm tema *meio-termo entre o religioso e o prosaico,* o que corresponde a 45%; e 10 delas tem tema *prosaico*, o que corresponde a 50%.

O gráfico abaixo ilustra com mais clareza essas informações:

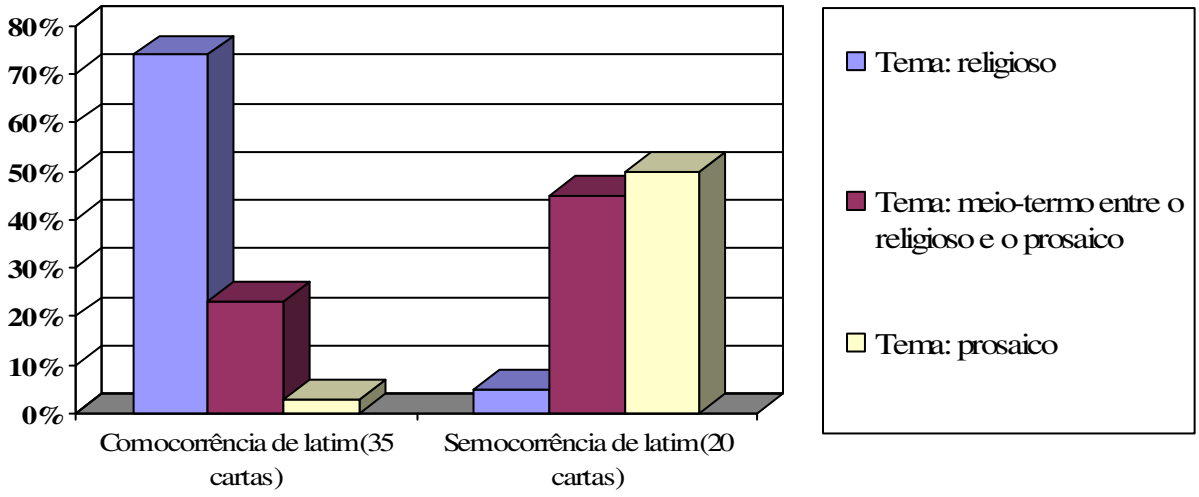


Gráfico 3: Variável independente *tema.*

Fica clara a forte relação existente entre o tema *religioso* e as ocorrências de latim nas cartas. E essa relação é facilmente explicada pela história da parceria entre o latim e a Igreja, que remonta os primórdios da Era Cristã.

O latim era a língua oficial da Igreja Católica, aliás, como ainda é hoje, e obrigatória em correspondências internacionais, principalmente, destinadas a Roma.

A proporção de ocorrência de usos do latim decresce quando o tema é *um meio-termo entre o religioso e o prosaico* e, praticamente, some quando o tema é *prosaico*.

Além disso, uma análise qualitativa das ocorrências de latim nas cartas revela que as oito (8) cartas de tema *meio-termo entre o religioso e o prosaico* trazem apenas início e/ou desfecho em latim, ou, ainda, pequenas formas-fórmulas latinas de uso mais comum.

Cartas totalmente escritas em latim ou com trechos mais longos em latim só ocorrem quando o tema é *religioso*.

Noutras palavras, subentende-se, ainda entre o século XIX e o século XX, a seguinte tendência medieval: para assuntos religiosos, textos em latim (na totalidade ou em partes); para assuntos prosaicos, textos em vernáculo (basicamente na totalidade).

4.3.2 Papéis sociais dos envolvidos

Analisando os dados acerca das ocorrências ou não de latim nas cartas, tentamos compreender a força do papel social de um indivíduo (um clérigo, um militar, um político, com sua formação escolar e seu *status* social) sobre o fato de ele usar ou para ele ser usado o latim.

De modo a facilitar o trabalho de análise e descrição com relação a esta variável independente: *papéis sociais dos envolvidos*, adotamos a seguinte legenda, conforme a tabela abaixo:

A = autor
D = destinatário
N1 = nível 1: alto nível de escolaridade, *status* social privilegiado, religioso (típico do clérigo).
N2 = nível 2: alto nível de escolaridade, *status* social privilegiado, leigo (típico do médico, ou do próspero professor).
N3 = nível 3: nível de escolaridade razoável, *status* social privilegiado, leigo (típico do coronel).
N4 = nível 1: nível de escolaridade razoável, *status* social mediano, leigo (típico do vereador e, *e.g.*, de familiares do padre Cícero).
N5 = nível 1: nível de escolaridade razoável, *status* social baixo, leigo (típico do pequeno comerciante).
N6 = nível 1: nível de escolaridade baixo, *status* social baixo, leigo (típico do agricultor).
N? = nível indeterminado (em geral, por se tratar de vários autores).

Tabela 4: Legenda para a variável independente *papéis sociais dos envolvidos.*

O gráfico abaixo auxilia numa melhor visualização da relação existente entre a variável independente: *papéis sociais dos envolvidos* e a variável dependente: *ocorrência ou não de latim nas cartas*:

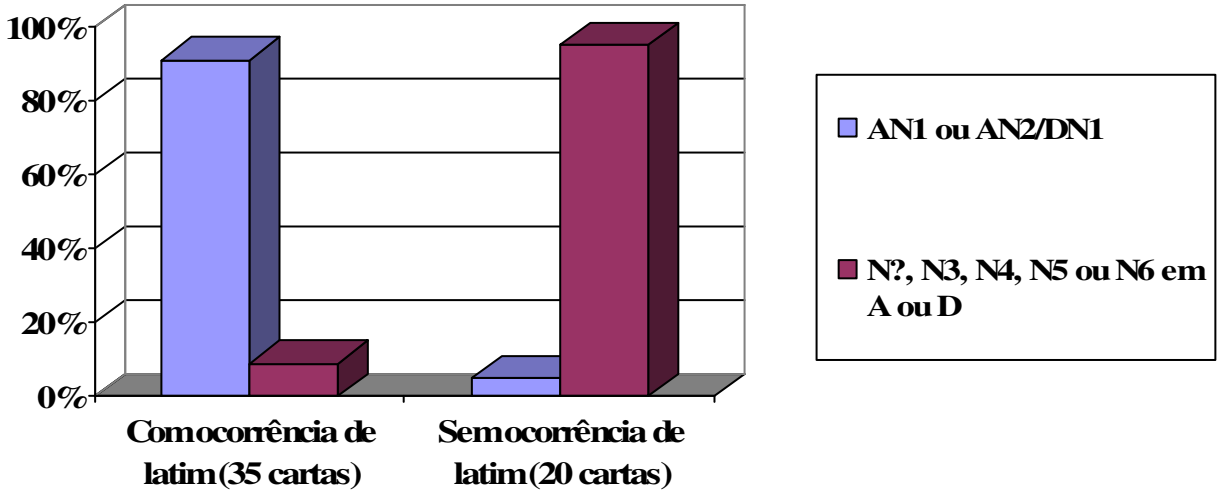


Gráfico 4: Variável independente *papéis sociais dos envolvidos*.

Dessas 35 cartas que têm ocorrência de latim, 32 delas têm a combinação AN1 ou AN2/DN1 (91% delas), constituindo esta, portanto, o condicionante social mais favorável à ocorrência de latim nas cartas. 3 cartas apenas (9% delas) fogem levemente desta combinação.

Das 20 cartas que não têm ocorrência de latim, apenas 1 tem a combinação AN1/DN1 (logo, 5% delas); as outras 19 cartas (95% delas, portanto) têm N?, N3, N4, N5 ou N6 na posição de A ou de D, ou seja, quanto mais o autor ou o destinatário foge do padrão N1 e N2, mais aumentam as chances de não ocorrência de latim nas suas cartas.

Esses dados revelam a clara relação entre a sociedade e a maneira como ela usa a língua de maneira diferente conforme seus interesses. Como lembra Ramos (1998, p. 153):

> A história social de uma língua é descrita a partir do reconhecimento de que os falantes pertencem a grupos sociais diferentes e de que a língua não é homogênea: manifestada em diferentes modalidades, ela reflete os diferentes interesses dos grupos de uma mesma nação.

Concepção que não pode ser negligenciada por quem deseja ter uma visão mais clara e precisa da língua que existe hoje, que é, com certeza, resultado dos diversos usos que ocorreram com essa mesma língua no passado.

4.3.3 Níveis de registro

Nesta parte do trabalho, pretendemos tratar exclusivamente da relação existente entre os níveis de registro das cartas e o uso ou não do latim.

Preliminarmente, constatamos que das 55 cartas do corpus, 40 têm nível de registro *formal* (73% do total), 12 têm nível de registro *semi-formal* (22% do total) e apenas 3 têm nível de registro *informal* (5% do total). Assim:

	Quantidade e percentual de cartas
Nível de registro *formal*	40 cartas (73%)
Nível de registro *semi-formal*	12 cartas (22%)
Nível de registro *informal*	3 cartas (5%)
TOTAL DAS CARTAS DO *CORPUS*	55 cartas (100%)

Tabela 5: Distribuição das cartas do *corpus* quanto aos níveis de registro.

Mas, para esta análise, o que mais interessa é que, de um total de 35 cartas que têm ocorrência de latim, 28 delas têm nível de registro: *formal,* o que correspondem a 80%; 7 delas têm nível de registro: *semi-formal,* o que corresponde a 20%; e nenhuma delas tem nível de registro: *informal.*

Das 20 cartas que não têm ocorrência de latim, 12 delas têm nível de registro: *formal,* o que correspondem a 60%; 5 delas têm nível de registro: *semi-formal,* o que corresponde a 25%; e 3 delas tem nível de registro: *informal*, o que corresponde a 15%.

A tabela 6, seguinte, auxilia numa melhor visualização da relação existente entre a variável independente: *nível de registro das cartas* e a variável dependente: *ocorrência ou não de latim nas cartas*:

	Com ocorrência de latim	Sem ocorrência de latim
Nível de registro: formal	28 cartas (80%)	12 cartas (60%)
Nível de registro: semi-formal	7 cartas (20%)	5 cartas (25%)
Nível de registro: informal	nenhuma carta (0%)	3 cartas (15%)
TOTAIS	35 cartas (100%)	20 cartas (100%)

Tabela 6: Distribuição dos níveis de registro entre as cartas com e sem latim.

Esse percentual maior de nível de registro *formal* em ambas as situações (com ocorrência e sem ocorrência de latim) se dá pelo fato de que a grande maioria (73% de todas as cartas do *corpus*) serem desse nível de registro.

Para que seja compreendida melhor a atuação que tem o nível de registro sobre o uso ou não do latim, melhor é vermos o percentual de ocorrência e de não ocorrência de latim em cartas enquadradas nos três níveis de registro. Assim:

Das 40 cartas que têm nível de registro: *formal,* 28 delas trazem ocorrência de latim (70% dessas cartas), enquanto somente 12 delas não trazem ocorrência de latim (30% dessas cartas).

Das 12 cartas que têm nível de registro: *semi-formal,* 7 delas trazem ocorrência de latim (58% dessas cartas), enquanto 5 delas não trazem ocorrência de latim (42% dessas cartas).

Nenhuma das 3 cartas que têm nível de registro: *informal* apresenta ocorrência de latim.

O gráfico abaixo ilustra claramente a atuação da variável independente: *nível de registro das cartas* sobre a variável dependente: *ocorrência ou não de latim nas cartas*.

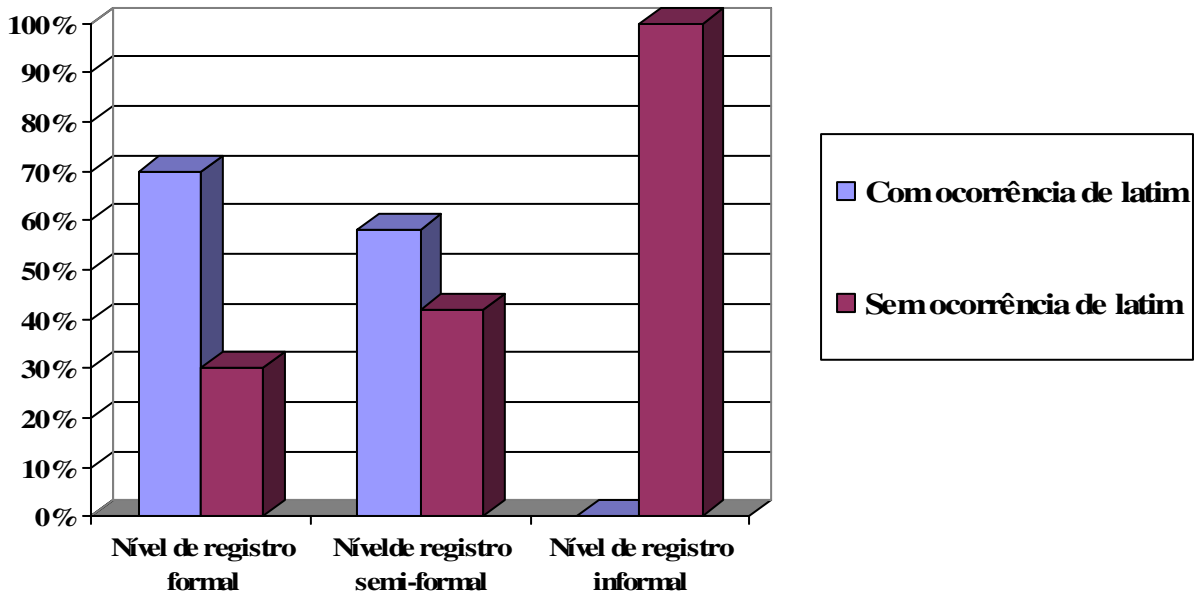


Gráfico 5: Variável independente *nível de registro*.

Portanto, quanto mais *formal* o nível de registro da carta, maior a probabilidade de ocorrência de latim, decrescendo essa probabilidade à medida que o nível de registro passa a *semi-formal*, até tender a sumir a ocorrência de latim em cartas com nível de registro *informal*.

Assim fica claro que o nível de registro *informal* é o que mais se aproxima de um vernáculo oral, diacronicamente herdeiro direto do latim vulgar, de uso popular, portanto ao povo associado e, pelo contrário, desassociado do latim literário. Já o nível de registro *formal*,

com um léxico culto e uma sintaxe prevista pela gramática padrão, é o que faz uso daquela variedade (ou norma) do português que mais recebe influência do adstrato permanente: latim literário (eclesiástico), não sendo estranha, justamente pela relativa proximidade entre ambos, a alternância entre um (português) e outro (latim) nesse nível de registro.

Os indivíduos que escrevem no nível de registro *formal* são, quase que na sua totalidade, bilíngues – falam português e conhecem o latim –, dessa forma, portanto, como diz Oesterreicher (1996, p. 326): "muy a menudo se producen mezclas",[121] ao tratar, especificamente, de interferências entre línguas em contato.

Além desses condicionantes, podemos ainda citar a clara distância que há entre a quantidade de cartas escritas por homens e por mulheres. Em geral, a situação sociocultural do Cariri cearense não era diferente da do resto do Brasil, no início do século XX, ou seja, a educação feminina era voltada às artes e necessidades do lar, como é possível presumir a partir das palavras de Pinheiro (1950, p. 173): "em todos os estabelecimentos de instrução dirigidos pelas Filhas de Santa Teresa de Jesus há cursos de datilografia, bordado, desenho e arte culinária".

Portanto, a própria educação diferenciada que era dada a homens (voltada à formação intelectual) e mulheres (voltada à educação artística) era fator determinante para os usos diferenciados do latim por aqueles e por estas. Isso ainda pode ser considerada uma histórica herança preconceituosa, com origem na antiga sociedade romana, que resistia até a primeira metade do século XX: a de que "é melhor que uma mulher 'não compreenda muito do que lê nos livros', pois nada mais insuportável do que uma mulher instruída". (CAVALLO, 2002, p. 85).

[121] Muito frequentemente misturas acontecem.

4.4 As dimensões de significado social dos usos do latim

Blom e Gumperz (1998, p. 56) se dizem convencidos da "importância do significado social, ou não referencial, para o estudo da linguagem em sociedade". E complementam dizendo que "a simples observação naturalística do comportamento verbal não basta", querendo dizer com isso que é necessário que se busque na cultura, na história e nas tradições de um povo as bases para a compreensão dos significados sociais, os quais extrapolam os limites puramente linguísticos.

Trilhando essa linha de raciocínio, intentamos algumas interpretações das dimensões de significado social dos usos do latim nas cartas escritas por caririenses na segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX. Usos esses que podem ir, quantitativamente, desde cartas sem ocorrências de latim a carta completamente escrita em língua latina, ou, qualitativamente, desde uma expressão cristalizada a um discurso original. De uma forma ou de outra, todos esses usos podem dizer muito acerca da época, do lugar, da sociedade, cultura e língua em que estavam inseridos, pois, como diz Garrioch (1997, p. 121), "até mesmo o mais desgastado dos clichês, se observado em um contexto, pode pulsar repleto de significado".

Começamos, portanto, notando que, das 35 cartas do *corpus* em que se registram usos do latim, 11 têm apenas o início e/ou o desfecho em latim, sem nenhuma outra ocorrência de termos, expressões ou qualquer tipo de frase em latim no corpo do texto. Além dessas, 3 cartas trazem, além do início e/ou do desfecho em latim, umas poucas expressões cristalizadas ou frases feitas em latim no corpo do texto, somando um total de 14 cartas.

Muito provavelmente, a razão para que os escritores caririenses dos séculos XIX e XX usassem expressões em latim no início e/ou no desfecho de suas cartas era aquela mesma dos escritores da Itália do século XV e da Alemanha do século XVII, conforme registra Peter

Burke (BURKE; PORTER, 1993, p. 61): “as cartas em vernáculo podiam começar ou terminar com expressões latinas, talvez para dar mais respeitabilidade ao texto.”

Dessas 14 cartas, apenas a 18 não tem como autor um religioso – trata-se de um abaixo-assinado com assinaturas de diversos autores –, sendo, portanto, 13 cartas escritas por um padre ou um bispo. Mas, ao analisarmos o destinatário, notamos que todos são religiosos – padre, monsenhor, bispo ou cardeal –, indivíduos que, pelos seus papéis sociais, além de deverem saber latim, exigiam um trato mais cerimoniosos e respeitosos, coisa a que o latim servia adequadamente.

As saudações iniciais recorrentes são: *Laudetur Jesus Christus* (com as formas variantes: *Laudetur J. C.* e *Laudetur Js. Christus*), *Salutem in Domino* e *Pax.*

Já os desfechos que ocorrem são: *Et orabo ad Dominum* (com as formas variantes: *Et orabit ad Dominum* e *Et orabunt ad Dominum*); *Ita de gratia etc; Oremus ad invicem; Deus super omnia*; Amigo e servo *in Christo*.

Além de um tom mais pomposo, esses inícios e desfechos em latim fazem lembrar uma certa espécie de código reservado; ou uma espécie de senha para lembrar os interlocutores sobre uma associação comum entre eles: a dos católicos de alto nível de escolaridade e *status* social privilegiado

É sabido que naquela época se estudava mais latim do que hoje, no século XXI, e que mais gente, guardadas as proporções, tinha conhecimento da língua latina que hoje. O latim era ainda a língua universal, mas não é demais lembrar que escolas públicas no Ceará eram poucas, portanto, uma cultura escolar era privilégio, em geral, da elite econômica ou da Igreja.

Socialmente, essas saudações iniciais e desfechos em latim dizem mais do que o seu sentido referencial de um “Jesus Cristo seja louvado” ou então um “orarei ao senhor”.

Elas diziam algo como: cumprimentemo-nos numa língua reservada a uns poucos da elite cultural e que por ela podemos também nos identificar.

Vejamos o caso de outras 11 cartas que não têm início ou desfecho em latim, mas trazem termos, expressões, provérbios ou frases feitas em latim no corpo do texto. Constituem, em sua maioria, expressões já cristalizadas, jargões de uso consagrado pela Igreja, tais como: *ad instar* (carta 1), *verbo et opere* (carta 2), *in dominicis per annum* (carta 3), *per annum* (carta 5), *Corpus Christi* (carta 19); *ipso facto* (carta 42); em outros casos, são trechos maiores, que correspondem a sentenças completas, em geral, retiradas da Bíblia, de documentos da Igreja ou de orações, tais como: *absolutum a censuris quomodo libet incursis* (carta 3); *amice, ad quid venisti?* (...) *ex his, quos dedisti mihi, non perdidi unum* (carta 5); *Quamquam dolores*; e *obedire Deos magis quam hominibus* (carta 17); *Quid adhuc egimus testibus?... ecce nunc auditis...* (carta 32); *fiat voluntas tua sicut in coelo et in terra* (carta 34).

Além dessas 11 cartas, existem aquelas 3 já citadas anteriormente, que trazem início e/ou desfecho em latim, bem como algumas ocorrência de latim no meio do texto, tais como: *ad petendum* e *in articulo mortis* (carta 31); *longa fuit injuria, longae ambages* (carta 52); *Deus, autem, intuetur cor* (carta 54).

Dessas 14 cartas, 9 têm tanto o autor quanto o destinatário como sendo um religioso, mas as outras 5 têm como autor um leigo. Entre essas 5 cartas, uma é um atestado de destinatário indeterminado (fora esta, as outras 4 têm destinatário religioso). E é justamente nessa carta 4 que aparece um raro caso de infração ao latim clássico (já citado anteriormente), aliás o único entre as cartas que constituem o *corpus*: o que não nos autoriza a aprofundamentos em análises e interpretações acerca do uso do latim por parte daqueles que sabiam apenas um "latim de cozinha" ou um "latim de missa"[122].

[122] **Latim de cozinha**: Mau latim. **Latim de missa**: Latim fácil de ler e interpretar. (FERREIRA, 1986, p. 1013).

Com relação, entretanto, a essa mudança constante de termos vernáculos para termos latinos nas cartas, podemos dizer que o latim era aqui, no Brasil, inclusive no Cariri, como o era na Europa ainda no século XIX, a segunda língua da maioria dos cidadãos instruídos e, por que não dizer, até mesmo dos incultos e semi-cultos que tinham sido evangelizados ou alfabetizados por padres e freiras que, costumeiramente, alternavam o uso do vernáculo com o do latim, voltando àquele em seguida, o que faz transparecer vários significados, que vão além dos anotados no dicionário, além, mesmo, daqueles que interessam exclusivamente à linguística, pois como diz Garrioch (1997, p. 138): "num sentido mais amplo, estudar a maneira como as palavras eram usadas permite-nos, em certa medida, entrar no mundo mental das pessoas do passado".

No *corpus* deste nosso trabalho, apenas 3 cartas trazem – para não dizer que não tinham ocorrências de usos do latim – uma só abreviação de uma expressão latina, o famoso *P.S.* (abreviação de *post scriptum*, do latim). A carta 27 além de início e desfecho em latim, também traz essa mesma abreviação.

Essa pequena, quase inexpressiva, quantidade de abreviações latinas é de estranhar, devido ao fato de serem tão comuns as abreviações em latim e também em português, como comprovam estas retiradas das cartas do *corpus*: V Ex^{cia} (carta 2); 7brº (carta 3); Test$^{as.}$ (carta 4); S. S. P. Pio 9º (carta 17); Pe. Cícero Romão Bap.ta. (carta 23); Ds. (carta 44). Talvez o fato se devesse ao desejo de se fazer entendido sem dúvidas; mas o que dizer de situações em que ambos os interlocutores eram conhecedores do latim e, mesmo assim, não usarem abreviações latinas?

20 são as cartas em que não há nenhuma ocorrência de usos do latim (nesse número estão incluídas aquelas três cartas em que há apenas a abreviação *P.S.*).

Analisando a relação entre autor e destinatário e a ocorrência ou não de usos do latim, observamos que em apenas 8 cartas os autores não eram religiosos, mas o destinatário

era o mesmo, o bispo. Nas outras 12 cartas, os autores eram todos religiosos, mas em 10 delas o destinatário era um leigo, ou seja, em metade das 20 cartas sem ocorrência de latim.

Isso aponta para uma tendência: o destinatário é quem mais fortemente determina a ocorrência do uso do latim nas cartas. Assim podemos dizer que os dados sugerem um significado social dos usos do latim: existem uns – na maioria religiosos – a quem o latim pode servir como língua de comunicação e outros – em sua maioria leigos – a quem é reservado apenas o vernáculo como língua de comunicação.

Nesse último sentido, convém lembrar uma expressão popularizada: "perder o meu latim", à qual subjaz um claro significado social que associa o uso do latim para com uns poucos (da elite), de modo que usá-lo para com outros (da plebe) significa perdê-lo. É claro que esse significado social dissimula-se em outros sentidos, ditos conotativos, tais como: "fazer alguma coisa em vão", que aparece em frase do tipo: "perdi o meu latim aconselhando-o a que estudasse". (FERREIRA, 1986, p. 1013).

Isso vem a se confirmar quando analisamos as 10 cartas do *corpus* em que há longos trechos de composição original em latim ou são cartas (ou telegramas) totalmente escritas nessa língua.

Mais uma vez fica notória a relação existente entre destinatário e ocorrência ou não ocorrência de usos de latim nas cartas, ou seja, em 3 delas o autor é um leigo, nas outras 7 o autor é um religioso; mas em todas as 10 cartas supracitadas os destinatários são grandes autoridades religiosas: bispo, cardeal ou o Papa. É o que podemos chamar de vestígios da concepção medieval de que o latim é a língua apropriada a ser usada em assuntos sagrados.

Sabemos que, desde o surgimento da Igreja Católica, o latim é a sua língua oficial, e ele é, segundo Gilmont (2002, p. 52), "a língua técnica do debate teológico, com uma vantagem incomparável na comunicação internacional".

Podemos, pois, dizer que, no período em que situamos a nossa pesquisa e ainda hoje em nossos dias, o latim contribui para essas "tradições ortodoxas da Igreja", como diz Parkes (2002, p. 106).

Curioso é observar que em algumas dessas cartas até o próprio nome do autor foi traduzido em latim, o que acontece nas cartas 38 e 40: *Cicero Romanus*.

Usar o latim como língua internacional sempre foi interessante para a Igreja Católica, por sua vez, uma instituição internacional, além do que, como lembram Burke e Porter (1993, p. 43), "o uso de uma língua não-vernacular funcionava como um marcador, sublinhando a natureza especial de textos como a Bíblia e de rituais como a missa", portanto ainda necessária aos interesses da Igreja, assim como ainda é o sânscrito para os hindus, ou o hebraico clássico para os judeus.

Outro caso peculiar é o da carta 41, não apenas porque traz longos trechos de composição (não apenas reprodução) em latim, alternando com longos trechos em português, mas, o mais importante, por representar aquela concepção – já corrente na Europa do século X, como registra Parkes (2002, p. 105) – de que o latim é, no mais extremado sentido da expressão, o "idioma da vida espiritual".

A carta relata uma experiência mística em que o Padre Cícero se comunica numa espécie de transe ou sonho com Jesus Cristo e, o mais curioso, Ele fala e dita recados em latim, parecendo dar a ideia de que essa é a língua do mundo espiritual, ou seja, a língua em que os espíritos se comunicam.

Finalmente, consideramos oportuno pensar, referentemente ao assunto, sobre a ideia de "comunidade de prática", tratada por Carlos Alberto Faraco, no seu recente trabalho intitulado "Norma culta brasileira". Para ele:

> *Grosso modo*, pode-se entender por comunidade de prática um agregado de pessoas que partilham experiências coletivas no trabalho, nas igrejas, nas

> escolas, nos sindicatos e associações, no lazer, no cotidiano da rua e do bairro etc. (...)
> Em cada uma dessas comunidades, costuma haver modos peculiares de falar (ou seja, há normas específicas) e o comportamento normal do falante é variar sua fala de acordo com a comunidade de prática em que ele/ela se encontra. (...) Por isso se diz que cada falante é um camaleão linguístico. (FARACO, 2008, p. 40).

Dessa forma podemos dizer que o uso do latim termina por caracterizar ou mesmo definir, se não uma, algumas comunidades de prática, certamente, típicas da elite socioeconômica e cultural laica ou clerical.

Por exemplo, o Padre Cícero usa, em algumas cartas destinadas a outro padre ou a um bispo, início e/ou desfecho em latim (*e.g.*, cartas 22, 26 e 29), mas, nas cartas destinadas a seus familiares ou a um cidadão leigo de papel social inferior ao seu (*e.g.*, um tenente), não ocorre esse uso: nas cartas para estes, há saudações iniciais e desfecho somente em português, tais como: "Deus lhe abençoe" (carta 43) e "Saúde e fraternidade" (carta 45). Daí subentender-se que ele pertencia a mais de uma comunidade de prática (*e.g.*, a da Igreja, a da Família e a da Política), sendo que sua irmã ou sua mãe ou mesmo o tenente, obviamente, não pertenciam a uma outra comunidade de prática que o Padre Cícero também pertencia (bem como outros padres e bispos): a dos clérigos (ou da Igreja).

Nesse sentido, podemos dizer que, muito provavelmente, se sua afilhada Joana fosse uma madre superiora que pertencesse à mesma comunidade de prática que ele (a da Igreja), aquele "orem por mim", desfecho da carta 47, seria algo como um *orate pro me*!

Situação idêntica vemos nas saudações iniciais de duas cartas diferentes escritas pelo bispo do Crato, Dom Quintino. Na carta 53, destinada ao padre Azarias, aparece a frase latina: *Laudetur Jesus Chistus*; mas na carta 55, destinada a uma leiga, Naninha Couto (diga-se de passagem: mulher!), temos em bom e singelo português: "Deus seja bendito", visto que a ela não cairia bem um "cabalístico" *Benedicatur Deus!* A hipotética expressão poderia,

devido ao papel social dele superior ao dela, soar com um indesejado significado social de pedantismo.

Assim como o dialeto de Hemnesberget, a pequena cidade norueguesa do estudo de Blom e Gumperz (1998, p. 39), tinha "o sabor destes relacionamentos localmente enraizados", o português vernáculo (em termos labovianos), aprendido em contextos informais, tem um gosto local, familiar e próprio a ser usado em situações com tais características. Por sua vez, o latim literário (clássico ou eclesiástico) era aprendido na escola ou na igreja, sendo-lhe associado um sabor meio-exótico da cultura livresca ou sacra.

CAPÍTULO 5

CONCLUSÕES

No início deste trabalho, apresentamos a *problematização* da pesquisa, que, entre outras questões, trazia justamente esta: por que, na segunda metade do século XIX e na primeira metade do século XX, no Cariri cearense, um indivíduo, ao escrever uma carta, em alguns momentos, deixava de escrever em português para escrever em latim?

Consideramos necessário retomá-la agora, visto seja ela uma questão conclusiva.

Esse porquê suscita uma série de questões que já abordamos no decorrer deste trabalho e que as resumiremos, quando necessário, ou as citaremos à guisa de arremate.

Vimos que o latim não é uma língua morta, da maneira como muitas pessoas entendem. Como sabemos, na sua modalidade oral, o latim apenas se transformou nas línguas neolatinas: português, espanhol, italiano, francês, etc. e, na sua modalidade escrita e culta, vimos que as elites culturais sempre tiveram um interesse numa relativa conservação do latim numa literatura, num léxico e numa gramática tida como modelos exemplares e riquíssimos.

Como vimos, o latim permeia o nosso cotidiano disfarçado entre os usos do português, na forma de abreviaturas, de latinismos, de expressões e termos técnicos, jurídicos, científicos ou religiosos, de máximas, insígnias, epígrafes, lemas de bandeiras, etc.

Dessa forma, se podemos dizer que os exemplos apresentados são suficientes para nos convencer do quanto o latim está imbricado no português na contemporaneidade, imaginemos, pois, como essa realidade era mais forte ainda há oitenta ou cento e cinquenta anos atrás.

Como já abordamos, no item 2.4 e 4.4, hoje se estuda menos o latim do que, *v.g.*, no século XIX, e nem é mais possível se afirmar que o latim seja a segunda língua da maioria dos falantes da língua portuguesa, mas o seu nessa quantidade enorme de abreviaturas,

termos, expressões etc. não nos autoriza a dizer que ele é insignificante a um falante contemporâneo do português. Em algumas situações, desconhecer o latim acarreta a perda de sutilezas de significados de determinados discursos.

Vimos ainda que nem sempre o significado de um termo ou expressão resume-se à acepção relacionada no dicionário, ou ao significado referencial, em termos saussurianos.

Essa pesquisa nos despertou a possibilidade de se perceber num uso de uma forma/fórmula latina aquilo que se chama significado social, ou seja, o valor social embutido num elemento linguístico (palavra, frase, texto etc.) em um contexto específico. Um usuário pode usar o latim como uma senha de modo a que seu interlocutor o reconheça como outro erudito, "um companheiro do mesmo time". De outra forma, um indivíduo pode (poderia), *v.g.*, expressar-se em português com entremeados de formas/fórmulas latinas para, obtendo do interlocutor a ignorância, caracterizá-lo como populacho, zé-povinho, etc.

Esse último uso pode ser vislumbrado numa expressão corrente desde há muito e que ainda hoje se escuta: "gastar o latim" (que ocorre em frases do tipo: "não vou gastar meu latim com aquele povinho), com um significado referencial de "usar à toa, desperdiçar", mas com um claro significado social relacionado à soberba, por parte de quem a profere, acerca da sua erudição em contraste com a falta desta por parte daqueles a quem a frase se dirige.

Vimos, pois, que sem os contextos, perdem-se parcelas importantíssimas dos significados dos textos: aquelas relativas ao significado social. Daí, no caso específico deste trabalho, a importância da apresentação relativa à investigação do contexto de produção das cartas, como ocorre no capítulo 3.

Além disso, concluímos que, como prenunciava a hipótese desde o início da pesquisa, existem situações contextuais mais propícias e outras menos propícias a que se encontre o uso de latim. Em suma, identificamos a situação contextual **mais** propícia à ocorrência de latim nas cartas como sendo: tema: *religioso*, nível de registro: *formal*, autor e

destinatário do sexo masculino e com papel social N1 ou N2 (= alto nível de escolaridade, *status* social privilegiado, religioso ou leigo). Pelo contrário, a situação contextual **menos** propícia à ocorrência de latim nas cartas como sendo: tema: *prosaico*, nível de registro: *informal*, autor e destinatário do sexo feminino ou, independente de sexo, com papel social diferente de N1 ou N2.

Podemos, por fim, concluir que o latim usado nas cartas que constituem o *corpus* dessa pesquisa – diga-se de passagem, um latim ao modo clássico – revela diversificados usos, que vão desde um uso neutro a um uso como marca de atualização, passando pelos mais diversos matizes de valores e significados sociais, tais como: imposição institucional, coerção social, opção estilística, teste sociocultural, senha agremiativa, etc., significados estes, cujas bases para a sua compreensão – conforme objetivávamos identificar desde o início da pesquisa – encontram-se diretamente enraizadas na história, na sociedade e na cultura.

Exemplificando esses usos e retomando aquela pergunta sobre o porquê de um indivíduo, ao escrever uma carta, em alguns momentos, deixar de escrever em português para escrever em latim, podemos dizer que não existe um porquê, mas sim vários porquês, se não vejamos:

O uso neutro ocorre quando algumas expressões ou abreviações latinas poderiam nem ser percebidas como latinas, como é o caso de várias delas citadas no item 1.4 e que ainda encontramos nos dias de hoje. De tão secularizadas que estavam, passavam por portuguesas: é o caso do *Corpus Christi* da carta 19, ou do *P.S.* das cartas 43, 44 e 46, aliás, arroladas entre as que não têm ocorrências de latim.

O uso por imposição institucional é aquele das correspondências escritas totalmente em latim e destinadas a Roma ou a altos sacerdotes representantes da autoridade papal, como é o caso das cartas 8, 35, 36, entre outras.

O uso por coerção social se dá nos casos em que, coercitivamente impelido pelo papel social do destinatário (*e.g.*, alguém superior que sabe ou deve saber latim), um autor usa termos e expressões latinas para quem suposta ou realmente era praxe esse uso; como percebemos na carta 2.

O uso por concepção generalizada é o caso do uso que aparece na carta 41, que revela a concepção de que o latim é *o idioma da rotina espiritual*.

O uso por opção estilística é aquele em que, intentando eloquência, um autor, *e.g.*, podendo escolher entre um provérbio vernáculo ou um latino (ao modo do eixo paradigmático saussuriano), opta por este último, como observamos na carta 33. Esse uso em quase nada se diferencia do latim usado para impressionar, ou como marca de distinção, sobre o qual – parafraseando Obelkevich (1997, p. 49), no seu trabalho intitulado "Provérbios e história social", que diz: "com os provérbios, todos podem ter sua parcela de boas falas" – dizemos: *com o latim, todos podem ter seus momentos de boas falas*.

O uso como teste sociocultural chamamos àquele em que o autor usa o latim na intenção de perceber se o destinatário é um membro da "fina flor" cultural ou então se é "mais um" da plebe rude. Cogitamos a existência desse uso, mas não temos um bom exemplo para comprovação empírica, apenas conjecturamos vislumbrá-lo na carta 4, na qual, também vemos nuanças do latim usado para dar boa impressão.

O uso como senha agremiativa denominamos aquele em que o autor quer identificar-se para o seu destinatário como também sendo um douto, um da elite, etc., como é o caso das várias cartas com saudações iniciais e desfechos em latim.

E o uso como marca de atualização ou "antenação"– mesmo que a denominação pareça paradoxal, tratando-se de um uso de uma língua antiga – ocorre quando se pretendia demonstrar atualização com o que acontecia na época. Por exemplo: na carta 17, escrita pelas freiras da Casa de Caridade de Missão Velha (pequena cidade do Cariri cearense), em janeiro

de 1874, o uso daquela expressão latina: *Quamquam Dolores* – referindo-se a um documento do papa Pio IX, escrito no ano anterior (1873), no qual ele abordava a relação da Igreja brasileira com o Estado e a Maçonaria – pode ter essa intenção de demonstrar atualização com os assuntos de interesses do grupo a que elas pertencem, evocando, portanto, um significado além do referencial (Embora os sofrimento...), *i.e.*, um significado social que gira em torno de: "apesar da distância geográfica que nos separa dos grandes centros, estamos atentas ao que acontece por lá".

Enfim, registramos que não esgotamos tudo a ser dito sobre os usos do latim, até porque, obviamente, não encontramos nas cartas do *corpus* todas as possibilidades de usos que o latim possa ter, com seus inúmeros significados sociais, como por exemplo, não encontramos o uso do latim *para se tirar proveito das pessoas simples*, uso típico de alguns juristas, já registrado por Peter Burke, conforme apresentamos no item 1.3.5.

Portanto, vários usos, pois quantos contextos, tantos significados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALKMIM, Tânia. *Sociolinguística* (Parte I). *In*: MUSSALIM, F. & BENTES, A. Christina (orgs). **Introdução à linguística:** domínios e fronteiras, v. 1., 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

ARRUDA, José Jobson de A.; PILETTI, Nelson. **Toda a História**: História geral e História do Brasil. 11. ed. São Paulo: Ática, 2002.

BASSETTO, Bruno Fregni. **Elementos de filologia românica**: história externa das línguas. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2005.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. **Dicionário contemporâneo de português**. Petrópolis: Vozes, 1992.

BLOM, Jan-Petter e GUMPERZ, John J. *O significado social da estrutura linguística*: alternância de códigos na Noruega. In: RIBEIRO, Branca Telles e GARCEZ, Pedro M. (Orgs.). **Sociolinguística interacional:** antropologia, linguística e sociologia em análise do discurso. Porto Alegre, AGE, 1998. p. 31-56.

BORGES, Raimundo de Oliveira. **O padre Cícero e a educação em Juazeiro.** Rio – São Paulo – Fortaleza: ABC Editora, 2004.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Biblioteca.** Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br>. Acessado em: 20 ago. 2008.

BRÍGIDO, João. **Apontamentos para a história do Cariri** [edição reproduzida do Diário de Pernambuco de 1861 fac-similar *In*: Gazeta do Norte, 1888.]. Fortaleza: Expressão, 2007.

BURKE, Peter; PORTER, Roy (Orgs.). **Linguagem, indivíduo e sociedade**: história social da linguagem. (trad. de Álvaro Luiz Hattnher). São Paulo: Unesp, 1993.

CÂMARA JÚNIOR, J. Mattoso. **Dicionário de linguística e gramática**. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. **História e estrutura da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1976.

CARDEIRA, Esperança. **O essencial sobre história da língua portuguesa**. Lisboa: Caminho, 2006.

CARDOSO, Zelia de Almeida. **Iniciação ao latim**. 5. ed. São Paulo: Ática, 2002.

CAVALLO, G. *Entre volumen e codex: a leitura no mundo romano*. *In*: CAVALO, G. e CHATIER, R. (Orgs.). **História da leitura no mundo ocidental**. Vol. 1. São Paulo: Ática, 2002. (Coleção Múltiplas Escritas, v. I). p. 71-102.

CHAGAS, Paulo. *A mudança linguística*. *In*: FIORIN, José Luiz (org.). **Introdução à linguística**: objetos teóricos. São Paulo: Contexto, 2002, p. 141-163.

COSERIU, Eugênio. **Sincronia, diacronia e história**. Rio de Janeiro: Presença, 1979a.

_____. **Teoria da linguagem e linguística geral**: cinco estudos. Rio de Janeiro: Presença, 1979b.

COUTINHO, Ismael de Lima. **Gramática histórica**. 7. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.

DELLA CAVA, Ralph. **Milagre em Joaseiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

DESBORDES, Françoise. **Concepções sobre a escrita na Roma antiga**. Tradução de Fulvia M. L. Moretto e Guacira M. Machado. São Paulo: Ática, 1995.

ELIA, Sílvio. **A língua portuguesa no mundo**. 2. ed. São Paulo: Ática, 2000.

_____. **Preparação à linguística românica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguística histórica**: uma introdução ao estudo da história das línguas. 2. ed. São Paulo: Ática, 1998.

_____. **Norma culta brasileira:** desatando alguns nós. São Paulo: Parábola, 2008.

FARIAS FILHO, Waldemar Arraes de. **Crato**: evolução urbana e arquitetura – 1740-1960. Fortaleza: Expressão, 2007.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa.** 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FONSECA, Maria Cristina de Assis Pinto. **A escrita oficial**: manuscritos paraibanos dos séculos XVIII e XIX. Recife: Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPE, 2005.

FURLAN, Oswaldo Antônio. **Língua e literatura latina e sua derivação portuguesa**. Petrópolis: Vozes, 2006.

FURLAN, Oswaldo A. e BUSSARELO, Raulino. **Gramática básica do latim**. 3. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1997.

GARRIOCH, David. *Insultos verbais na Paris do século XVIII*. *In*: BURKE, Peter; PORTER, Roy (Orgs.). **História social da linguagem**. (trad. de Álvaro Hattnher). São Paulo: Unesp, 1997, p. 121-140.

GILMONT, Jean-François. *Reformas Protestantes e leitura*. *In*: CAVALLO, G. & CHARTIER, R. (orgs.). **História da leitura no mundo ocidental**. São Paulo: Ática, 2002. (Coleção Múltiplas Escritas, v. I), p. 47-77.

HAUY, Amini Boainain. **História da língua portuguesa I**: séculos XII, XIII e XIV. São Paulo: Ática, 1994.

HAVELOCK, Eric A. *As consequências do alfabeto*. *In*: **A revolução da escrita na Grécia e suas consequências culturais**. (trad. Ordep J. Serra). São Paulo: Ed. Unesp; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

HERCULANO, Alexandre. **Eurico, o presbítero**. São Paulo: Três livros e fascículo, 1984.

ILARI, Rodolfo. **Linguística românica**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2000.

JÚNIOR, David Jardim. **Dicionário de expressões em latim usadas no Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1988.

MARTINS, Nilce Sant'Anna. **História da língua portuguesa V**: século XIX. São Paulo: Ática, 1988.

MOREL PINTO, R. **História da língua portuguesa IV**: séc. XVIII. São Paulo: Ática, 1988.

NETO, Serafim da S. **História da língua portuguesa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Presença, 1986.

_____. **História do latim vulgar**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1977.

OBELKEVICH, James. *Provérbios e história social*. *In*: BURKE, P.; PORTER, R. (Orgs.). **História social da linguagem**. (trad. de Álvaro Hattnher). São Paulo: Unesp, 1997, p. 43-81.

OESTERREICHER, Wulf. *Lo hablado en lo escrito. Reflexiones metodológicas y aproximación a una tipologia*. *In*: KOTSCHI, Thomas; OESTERREICHER, Wulf e ZIMMERMANN (eds). **El español hablado y la cultura oral en España e Hispanoamérica**. Frankfurt am Main: Verveurt; Madrid: Iberoamaericana, 1996. p. 317-340.

PAIVA, Dulce de Faria. **História da língua portuguesa II**: século XV e meados do século XVI. São Paulo: Ática, 1988.

PARKES, Malcolm. *Ler, escrever, interpretar o texto*: práticas monásticas na Idade Média. *In*: CAVALO, G. e CHATIER, R. (Orgs.). **História da leitura no mundo ocidental**. Vol. 1. São Paulo: Ática, 2002. (Coleção Múltiplas Escritas, v. I). p.103-122.

PINHEIRO, Irineu. **O Cariri**. Fortaleza: s/ed., 1950.

PINTO, Edith Pimentel. **História da língua portuguesa VI**: século XX. São Paulo: Ática, 1988.

POSSEBON, Fabricio. **A língua gótica**. Disponível em: <http://www.abrem.org.br/gotica.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2008.

QUEIROZ, Zuleide Fernandes de. **Em cada sala um altar, em cada quintal uma oficina:** o tradicional e o novo na história da educação tecnológica no Cariri cearense. Fortaleza: Edições UFC, 2008.

RAMOS, Jânia. *História social do português brasileiro: perspectivas*. *In*: CASTILHO, Ataliba T. de. (Org.). **Para a história do português brasileiro**. Vol. I – Primeiras Ideias. São Paulo: Humanitas Publicações/FFLCH/USP, 1998. p. 153-167.

RÓNAI, Paulo. **Não Perca o seu latim**. Rio de janeiro: Nova Fronteira, 1980.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. 25. ed. São Paulo: Cultrix, 1999.

SCHRÖDER, Peter. **Cultura e sociedade no Cariri**. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/docs/text/bib-cariri.html>. Acessado em: 19 ago. 2008.

SILVA, Antenor de Andrade. **Cartas do Padre Cícero (1877 – 1934)**: dos originais manuscritos. Salvador: E. P. Salesianas, 1982.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. **Ensaios para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2004.

_____. **Orientações atuais da linguística histórica brasileira**. DELTA, v. 15 n. especial. São Paulo: versão impressa, 1999.

SITE OFICIAL DO PADRE CÍCERO ROMÃO BATISTA. Disponível em: <http://www.padrecicero.com.br/portug.htm.>. Acessado em: 10 dez. de 2008.

SOBREIRA, Azarias. **O primeiro bispo de Crato: Dom Quintino**. Fortaleza: Expressão, [1937] 2006.

SOUZA, Rui Barbosa de. **Dicionário de citações:** máximas, aforismos, expressões, ditados e locuções latinas, gregas e estrangeiras. Porto Alegre: Rígel, 1990.

SPINA, Segismundo. **História da língua portuguesa III**: segunda metade do século XVI e século XVII. São Paulo: Ática, 1987.

TEYSSIER, Paul. **História da língua portuguesa**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de. **Lições de filologia portuguesa**. Porto: Dinalivro, [19—].

WILLIAMS, Edwin Bucher. **Do latim ao português**: fonologia e morfologia históricas da língua portuguesa. 6. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo